

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE VILA DO PORTO

Diagnóstico Estratégico e Propostas Preliminares de Reordenamento da Rede Educativa

(Documento de Trabalho)

Fevereiro 2011

Índice

APRESENTAÇÃO.....	3
ENQUADRAMENTO: CONCEITOS E PRINCÍPIOS ORIENTADORES A NÍVEL NACIONAL E REGIONAL/LOCAL	5
PARTE I - DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DA REALIDADE SÓCIO-EDUCATIVA DO CONCELHO DE VILA DO PORTO	
1. ANÁLISE DEMOGRÁFICA	11
1.1. Enquadramento do concelho de Vila do Porto no Contexto Regional	11
1.2. Evolução e distribuição da população no concelho	12
1.3. Movimentos e estrutura da população	19
1.4. Projeções da população residente	27
2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA E TERRITORIAL DO CONCELHO	37
2.1. Caracterização da actividade económica e qualificação dos recursos humanos.....	37
2.1.1. Nível de actividade económica e desemprego.....	37
2.1.2. Estrutura do emprego, sectores de actividade económica e localização	41
2.1.3. Qualificação dos trabalhadores	42
2.2. Política de ordenamento do concelho	44
2.2.1. Hierarquização dos aglomerados	44
2.2.2. Acessibilidades e transportes	48
2.2.3. Projectos previstos	51
3. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO	53
3.1. Caracterização e evolução do sistema educativo - Análise de enquadramento.....	53
3.2. Caracterização da oferta de educação e formação de Vila do Porto.....	58
3.2.1. Agrupamento de escolas	58
3.2.2. Tipologia e localização do parque educativo	59
3.2.3. Estabelecimentos suspensos.....	60
3.2.4. Caracterização das instalações e espaços escolares	61
3.2.5. Estado de conservação, adequação e segurança dos espaços	69
3.2.6. Alterações detectáveis e necessidade de obras	72
3.2.7. Taxa de ocupação, irradiação e saturação dos espaços	73
3.2.8. Possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios	76
3.2.9. Partilha de instalações entre instituições	77
3.2.10. Rede concelhia centros educativos e bibliotecas escolares	77
3.2.11. Serviços de psicologia e orientação.....	77
3.2.12. Movimento associativo de encarregados de educação	78
3.2.13. Educação especial	78
3.2.14. Actividades de tempos livres e actividades extra-curriculares	78
3.2.15. Os projectos educativos e processos de auto-avaliação	79
3.2.16. Recursos humanos	82
3.3. Acção social e transportes escolares.....	82
3.3.1. Acção social	82

3.3.2. Transportes escolares	83
4. A PROCURA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NO CONCELHO DE VILA DO PORTO	85
4.1. Enquadramento geral	85
4.2. Educação Pré-escolar	88
4.3. Ensino Básico	89
4.4. Ensino Secundário	91
4.5. Ensino Profissional	92
4.6. Ensino Recorrente	92
4.7. Currículos Alternativos.....	93
5. DIAGNÓSTICO E SÍNTESE ESTRATÉGICA DA SITUAÇÃO DA REDE EDUCATIVA DE VILA DO PORTO	95
5.1. Síntese estratégica	95
5.2. Desafios que se colocam no âmbito do (re)ordenamento da rede educativa de Vila do Porto	98
 PARTE II - PRÉ-PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DO CONCELHO DE VILA DO PORTO	
1. Critérios de referência para o exercício de referência da rede educativa	103
2. Propostas - Rede educativa do concelho de Vila do Porto	107
2.1. Objectivos e princípios de intervenção.....	107
2.2. Propostas de intervenção específica de reordenamento da rede educativa para o concelho	108
2.2.1. Pré-propostas a curto prazo (2010/11, com impacto no ano lectivo de 2011/12).....	108
2.2.2. Pré-propostas a médio prazo (com impacto no ano lectivo de 2012/13)	108
2.2.3. Pré-propostas a longo prazo.....	109

APRESENTAÇÃO

O Relatório que se apresenta corresponde ao diagnóstico previsto no processo de elaboração da carta educativa do Concelho de Vila do Porto, na Ilha de Santa Maria, como também ao exercício preliminar de reordenamento da rede educativa, prevista apenas para a fase seguinte, depois da validação do diagnóstico.

O programa de trabalhos considera a existência de três fases, considerando as duas primeiras na entrega do presente relatório:

- Diagnóstico e análise da realidade sócio-educativa;
- Proposta de Carta Educativa;
- Carta Educativa do Município de Vila do Porto (Relatório Final), com base no parecer sobre as propostas de reordenamento apresentado no relatório anterior.

Neste contexto, o documento encontra-se dividido em duas partes:

- a primeira diz respeito à caracterização, diagnóstico e análise da realidade sócio-educativa do concelho;
- a segunda apresenta uma pré-proposta de reordenamento da rede educativa.

O presente relatório, na **Parte I**, é composto pelos seguintes capítulos:

- no primeiro, procede-se a uma análise demográfica do município em que se faz, numa primeira fase, o enquadramento do concelho, seguida da evolução e distribuição da população, dos movimentos e estrutura da população e das projecções da população residente;
- no segundo, realiza-se uma breve abordagem às características económicas e de qualificação dos recursos humanos, bem como uma leitura sintética, da política de reordenamento do concelho, particularmente sobre a hierarquização dos aglomerados, acessibilidades e transportes e ainda dos projectos previstos;
- no terceiro, caracteriza-se o sistema educativo e sua evolução, do ensino pré-escolar ao secundário, integrando para além da análise de enquadramento, a caracterização da oferta de educação e formação de Vila do Porto e da acção social e transportes escolares;
- no quarto capítulo, efectua-se a análise da procura de educação, também nos seus diferentes níveis, incorporando para além do ensino regular o ensino recorrente, a educação especial e extra-escolar.
- finalmente, no quinto capítulo, em jeito de balanço, apresenta-se uma síntese do diagnóstico, tendo em conta algumas das dimensões analisadas nos capítulos anteriores. Apresenta-se ainda um ponto em que se destacam um conjunto de questões e desafios que se colocam à rede educativa do município, em matéria de requalificação e reordenamento. Este capítulo será ainda reforçado com um desenvolvimento da análise, permitindo um aprofundamento da fundamentação das propostas de reordenamento da rede educativa do concelho.

A **Parte II**, em que se associa o conjunto de pré-propostas para reordenamento da rede educativa, é composta pelos seguintes capítulos:

- no primeiro, são identificados os critérios de referência para o exercício de reordenamento da rede educativa;
- e no segundo apresentam-se as pré-propostas de reordenamento da rede educativa do concelho de Vila do Porto, com um carácter preliminar. Estas propostas servirão de matéria de discussão e reflexão em sede de reunião de conselho local de educação, embora as propostas apresentadas careçam ainda de maior fundamentação a partir de uma segunda leitura, à distância, do diagnóstico e a partir da integração de novos dados, a recolher junto às escolas após o período de matrículas, relativamente ao número de alunos matriculados nos estabelecimentos do concelho.

Em termos metodológicos, o presente trabalho recorreu a um conjunto de fontes de informação:

- documental (documentos diversos fornecidos por entidades diversas e da legislação e regulamentação específica);
- estatística (INE, Direcção Regional de Educação e Formação dos Açores);
- e inquirição (fichas de sistematização física, questionário às escolas da rede educativa e entrevistas a algumas escolas da rede).

Após discussão e validação do presente relatório pela Câmara Municipal e Conselho Municipal de Educação dar-se-á início à fase final do trabalho de formalização a apresentação das propostas finais de reordenamento educativo.

ENQUADRAMENTO: CONCEITOS E PRINCÍPIOS ORIENTADORES A NÍVEL NACIONAL E REGIONAL/LOCAL

A Carta Educativa constitui um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo dos recursos educativos (edifícios e equipamentos educativos) de responsabilidade municipal, organizada de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

A construção de novas escolas, quer ao nível do ensino básico quer do secundário, está dependente da existência deste instrumento de planeamento. Por outro lado, o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, as novas tendências e alterações demográficas e sócio-culturais sugerem a necessidade de uma profunda reflexão em torno da problemática da reorganização da rede educativa.

A definição do horizonte temporal terá de ser definido em função do estudo das problemáticas, das dinâmicas do território previsíveis e das oportunidades de valorização da rede educativa. O lançamento de novos dados estatísticos pode ser um motivo para revisão das projecções, salientando que 2011 será um ano de recenseamento da população (Censos 2011). A monitorização da carta educativa, que deve ser anual, é um excelente indicador da necessidade de revisão deste instrumento. No entanto, a experiência ao nível da elaboração das cartas educativas tem-se pautado pela baliza dos 10 anos em consonância, em particular, com os Planos Directores Municipais.

As cartas educativas têm como objectivo central:

“formular uma proposta de reordenamento da rede educativa, que delinea os contornos da rede educativa que se considera mais adequada num determinado horizonte temporal, balizada pela evolução da política educativa, pelas oscilações da procura da educação e pela necessidade de rentabilização do parque escolar existente”.

Do qual se desagregam os seguintes objectivos, que são indissociáveis das propostas do Plano Director Municipal (PDM), que são os seguintes:

↗ “Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar”;

↗ “Assegurar a racionalização e complementaridade [da oferta de educação e formação] e seu desenvolvimento qualitativo (...), num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas”;

↗ “Promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis”;

↗ “Incluir uma análise prospetiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos”;

↗ “Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município” (DL nº7/2003 de 15 de Janeiro).

Assim, a Carta Educativa, deverá contemplar/equacionar medidas estratégicas no sentido de:

- “Reorganizar a oferta no sentido de articular vários níveis do sistema escolar com actividades formais e informais de educação e formação profissional;

- Diversificar as instâncias de formação na perspectiva do desenvolvimento de oportunidades de formação (contínua, recorrente e alternância);
- Organizar parcerias envolvendo actores sociais diversos tais como escolas, autarquias, colectividades, associações profissionais e empresariais”.

Em termos globais “a carta educativa tem por objecto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respectiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extra-escolar”.

Especificamente, inclui os seguintes aspectos:

- Identificar os recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas, bem como uma análise da integração dos mesmos a nível municipal, de acordo com os cenários de desenvolvimento urbano e escolar;
- Incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária;
- Incide, também, sobre a concretização da acção social escolar no município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades;
- Prever os termos da contratualização entre os municípios e o Ministério da Educação, ou outras entidades, relativamente à prossecução pelo município de competências na área das actividades complementares de acção educativa e do desenvolvimento do desporto escolar, de acordo com tipologias contratuais e custos padronizados, a fixar em protocolo a celebrar entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Neste processo, os conselhos municipais de educação - nos Açores, conselhos locais de educação - têm um papel importante. Estes cumprem o seguinte objectivo:

“ (...) é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.” (DL n.º 7/2003 de 15 de Janeiro).

Tratam-se de “estruturas de participação dos agentes e parceiros sociais com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais, nomeadamente

Para além de outras competências no âmbito das cartas educativas espera-se deste órgão o seguinte:

- *“acompanhamento do processo de elaboração e de actualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a, assegurando a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do concelho, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal”;*

Ainda no campo das competências, o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro estabelece os seguintes objectivos às Autarquias:

- Constituição do conselho municipal de educação que deverá ter um representante de cada um das estruturas educativa existentes no concelho;
- O reordenamento da rede educativa;
- Elaboração da Carta Educativa do Concelho.

A par deste diploma existem outros que também determinam as competências das autarquias em matéria de educação:

- Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88 - definição dos princípios gerais da planificação da Rede Escolar;
- Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro - Lei-quadro da educação pré-escolar;
- Despacho Conjunto n.º 15/SEAF/SEEI/97 de 8 de Abril - extinção do ensino básico mediatizado;
- Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Junho - regime jurídico da educação pré-escolar; criação de uma rede pública e privada de educação pré-escolar visando a universalidade da mesma;
- Despacho Conjunto n.º 128/97 de 9 de Julho - determinação da articulação entre Autarquias e Ministérios da Educação de forma a assegurar o apoio sócio-educativo às famílias, bem como, as condições para que as crianças e os jovens realizem percursos escolares bem sucedidos;
- Decreto de Lei n.º 115/98 de 4 de Maio - Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino básico e secundário;
- Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro - aprovação do quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de ensino e educação;
- Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de Setembro - transferência de competências para os municípios/ estabelecimento dos critérios e a fórmula de cálculo da dotação máxima de referência dos auxiliares de acção educativa e dos assistentes de administração escolar.
- Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho - reforço e qualificação do poder local/transferência de competências para os municípios;
- Lei nº 13/2006, de 17 de Abril - Transporte colectivo de crianças;
- Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto - Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade;
- Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A de 16 de Junho - estabelece o regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo da RAA e o regime jurídico do desporto escolar, das associações de escolas, do Conselho Local de Educação e do Conselho Coordenador do Sistema Educativo;
- Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A de 10 de Novembro - aprova o regime jurídico do planeamento, protecção e segurança das construções escolares;
- Portaria n.º 107/2009 de 28 de Dezembro (S. R. da Educação e Formação / S. R. do Trabalho e Solidariedade Social) - estabelece as normas de organização, estrutura curricular e funcionamento dos cursos integrados no Programa REACTIVAR;
- Decreto Legislativo Regional n.º 17/2010/A de 13 de Abril - altera o regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, aprovado pelo DLR n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelo DLR n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010 de 14 de Junho - orientações para o reordenamento da rede escolar;
- Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010/A de 24 de Junho - Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional;

- Resolução da Assembleia da República n.º 92/2010 de 11 de Agosto - Recomenda ao Governo que proceda a uma reavaliação do reordenamento da rede escolar estabelecida pela RCM n.º 44/2010 de 14 de Junho;
- Resolução da Assembleia da República n.º 93/2010 de 11 de Agosto - Definição de critérios para o reordenamento do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico;
- Resolução da Assembleia da República n.º 94/2010 de 11 de Agosto - Recomenda a criação de uma carta educativa nacional e a suspensão da aplicação da RCM n.º 44/2010 de 14 de Junho;
- Resolução da Assembleia da República n.º 95/2010 de 11 de Agosto - Recomenda ao Governo critérios de qualidade no reordenamento da rede escolar.

Analisando o disposto nestes e noutros diplomas ficam definidas as seguintes competências das autarquias em matéria de educação:

- Construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação pré-escolar e básica de 1º ciclo;
- Assegurar a gestão dos transportes escolares;
- Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de ensino básico do 1º ciclo;
- Assegurar uma boa gestão da acção social escolar, assegurando as participações aos alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- Gerir o pessoal não-docente de educação pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico; (a aguardar legislação específica)
- Apoiar e promover o envolvimento em actividades complementares e extra-curriculares no âmbito da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

PARTE I

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DA REALIDADE SÓCIO-EDUCATIVA DO CONCELHO DE VILA DO PORTO

1. ANÁLISE DEMOGRÁFICA

1.1. Enquadramento do concelho de Vila do Porto no Contexto Regional

O concelho de Vila do Porto localiza-se a SE do arquipélago dos Açores, no grupo oriental, ocupa cerca de 97 km², com um perímetro aproximadamente de 78 km e tem cerca de 5 574 habitantes, o que corresponde a cerca de 2,3 % da população da RAA e a 4% do grupo oriental. (Anuário Estatístico Regional 2008)

Figura 1.1_Enquadramento regional



A divisão administrativa do concelho está actualmente organizada em 5 freguesias: Vila do Porto, Almagreira, Santo Espírito, Santa Bárbara e São Pedro.

Santa Maria corresponde a duas ilhas soldadas entre si através de uma cordilheira de picos vulcânicos cujo ponto mais alto se situa a 590m (Pico Alto). A parte ocidental da ilha apresenta uma configuração essencialmente plana e de baixas altitudes, enquanto a parte oriental se apresenta mais declivosa e sempre acima da cota 200m. A morfologia litoral é bastante recortada com existência frequente de baías, por vezes com falésias de grande altura.

A tendência de diminuição da população residente registada deste 2007 - de acordo com o Anuário Estatístico da RAA, entre 2001 e 2007 o concelho de Vila do Porto registou uma taxa de variação da população negativa (-0,2%) perdendo cerca de 13 residentes em 6 anos -, não é acompanhada pela RAA, que apresenta uma evolução positiva no mesmo período, embora contida (0,9%). Alargando esta análise até à década de 1950 conclui-se que apenas em 1960 se verificou um aumento populacional no concelho face à década anterior (11,8%), tendo este sido muito superior ao da média da RAA para o mesmo período (2,8%).

Desde então a população tem vindo continuamente a diminuir, tendo sido a regressão do efectivo populacional mais acentuada na década de 70 (-26,2%), perdendo o concelho, neste período, mais de ¼ da sua população. Nas décadas posteriores, a ilha de Santa Maria continuou a perder população, mas a um ritmo mais lento, sendo no ano de 2007 a variação de população face a 2001 quase inexistente.

Tabela 1.1_Evolução populacional verificada nas últimas décadas ao nível regional e concelho

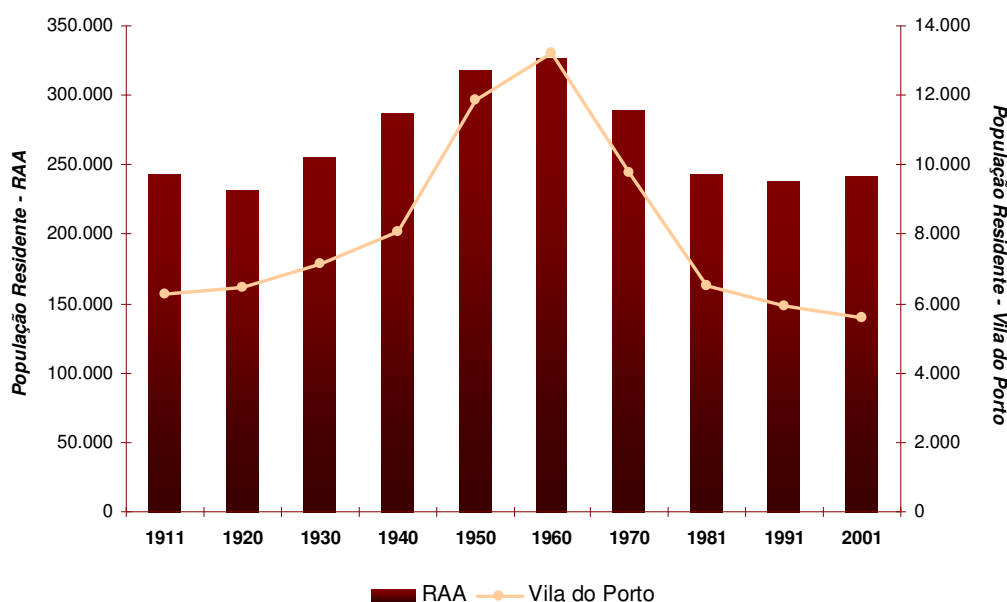
Unidade Geográfica	1960		1970		1981		1991		2001		2007**	
	Pop. Resid	Var. 50-60	Pop. Resid	Var. 60-70	Pop. Resid	Var. 70-81	Pop. Resid	Var. 81-91	Pop. Resid	Var. 91-01	Pop. Resid	Var. 01-07
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
RAA	327 446	2,8%	289 096	-11,7%	243 410	-15,8%	237 795	-2,3%	241 763	1,7%	244 006	0,9%
Vila do Porto	13 233	11,8%	9 762	-26,2%	6 500	-33,4%	5 922	-8,9%	5 578	-5,8%	5 565	-0,2%

Fonte: Recenseamentos Gerais da População (50/ 60/ 70/ 81/ 91/ 01), INE

(**) Fonte: SREA, Anuário Estatístico Regional de 2007

A RAA, em geral, registou perdas de população no período de 70 a 90, tendo vindo desde então a obter taxas de variação da população positivas, registrando-se um aumento de 6.211 residentes de 1991 até 2007. Contudo, verifica-se que a taxa foi mais alta de 1991 para 2001 (1,7%), do que de 2007 face a 2001 (0,9%), podendo isto significar que a tendência de evolução positiva estará a abrandar.

Figura 1.2_Evolução populacional registada no último século no concelho de Vila do Porto



(*) Fonte: Recenseamentos Gerais da População (50/ 60/ 70/ 81/ 91/ 01), INE

(**) Fonte: SREA, Anuário Estatístico Regional de 2007

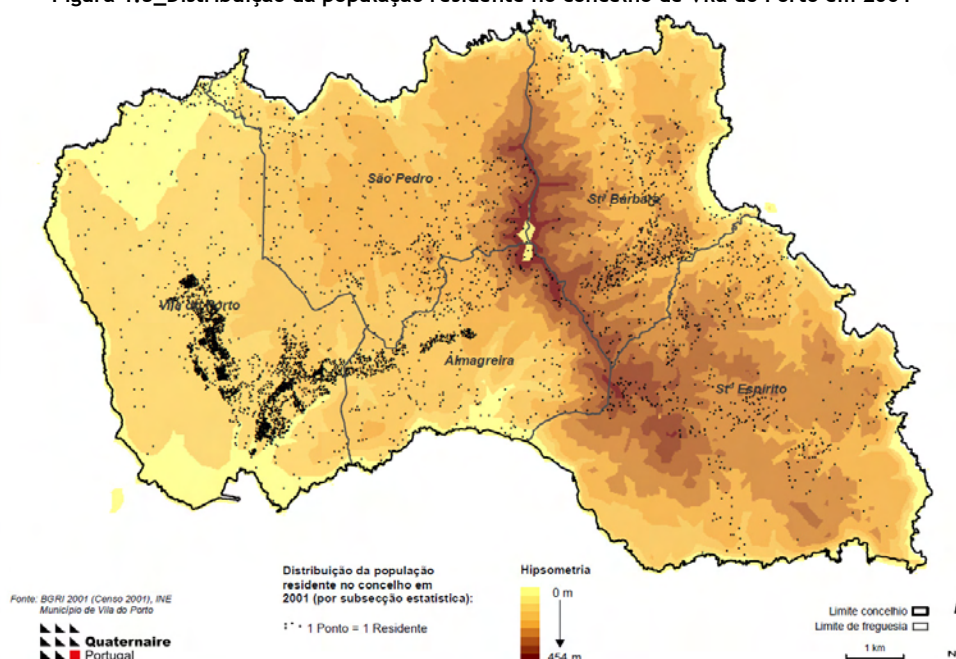
A figura anterior sintetiza a evolução da população residente até agora descrita, permitindo uma rápida comparação das tendências quer na RAA, quer no concelho de Vila do Porto.

1.2. Evolução e distribuição da população no concelho

Através da análise de dados estatísticos referentes à população pretende-se traçar o perfil sociográfico e respectiva evolução e distribuição da população residente no concelho de Vila do Porto, considerando também o seu enquadramento na Região Autónoma dos Açores.

Em termos administrativos, a ilha de Santa Maria corresponde a um único concelho - Vila do Porto -, o qual se subdivide em 5 freguesias: Santo Espírito e Santa Bárbara situadas a Nascente; Almagreira, a Sul; São Pedro, a Norte e a freguesia de Vila do Porto, sede de concelho, a Poente.

Figura 1.3_Distribuição da população residente no concelho de Vila do Porto em 2001



O concelho apresenta em termos territoriais um povoamento claramente disperso e descontínuo, exceptuando na freguesia sede do concelho (veja-se figura 1.3). Na zona litoral, nas principais baías que ocupam as cotas mais baixas da ilha, encontram-se também pequenos aglomerados, de características distintas, apresentando uma maior concentração de edifícios, embora de ocupação essencialmente sazonal.

Tabela 1.2_Evolução da densidade populacional entre 1960 e 2007

Âmbito Geográfico	Área	1960 (*)		1970 (*)		1981 (*)		1991 (*)		2001 (*)		2007 (**)	
		Pop. Resid.	Dens. pop.	Pop. Resid.	Dens. pop.	Pop. Resid.	Dens. pop.	Pop. Resid.	Dens. pop.	Pop. Resid.	Dens. pop.	Pop. Resid.	Dens. pop.
	km ²	Nº	hab/km ²	Nº	hab/km ²	Nº	hab/km ²	Nº	hab/km ²	Nº	hab/km ²	Nº	hab/km ²
RAA	2332,74	327446	140,37	289096	123,93	243410	104,35	2377795	101,94	241763	103,64	244,006	104,60
Vila do Porto	97	13233	136,56	9762	100,74	6500	67,08	5922,	61,11	5578	57,56	5565	57,43

(*) Fonte: Recenseamentos Gerais da População (50/ 60/ 70/ 81/ 91/ 01), INE

(**) Fonte: SREA, Anuário Estatístico Regional de 2007

Em termos de concentração populacional, o concelho do Vila do Porto revela, em 2007, uma densidade populacional baixa (57,4 hab/km²), comparando com a média da Região Autónoma dos Açores (104,6 hab/km²). Relativamente à sua evolução, a densidade populacional tem vindo a diminuir desde 1960, sendo a diminuição mais significativa entre 1970 e 1980 (-33%). Contudo o ritmo de dispersão dos residentes tem vindo a abrandar a partir da década de 90, com alguma tendência para a estagnação, tendo-se verificado uma diminuição de apenas 0,2% de 2001 para 2007. Pelo contrário, a nível regional assistiu-se, no mesmo período, a um aumento da densidade populacional de 0,9%.

Relativamente à freguesia de Vila do Porto, o aglomerado urbano principal apresenta um tecido edificado concentrado, desenvolvido ao longo dos arruamentos, implantado entre duas linhas de água vincadas que cortam o planalto.

Na tabela 1.3 é feito o enquadramento da evolução populacional ao nível das freguesias, podendo observar-se que até à década de 60, a evolução populacional segue a mesma tendência verificada no município e em todo o arquipélago dos Açores. É nesta época que a dimensão populacional atinge o valor mais alto, verificando-se a partir daqui um declínio do número de residentes em quatro das freguesias do concelho, com excepção de São Pedro que, face à década anterior, em 2001 registou um aumento de 30 residentes.

Tabela 1.3_Evolução da população residente, por freguesia, no último século

Unidade geográfica	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
RAA	13325	13767	25544	287 080	318 449	327 446	289 096	243 410	237 795	241 763
Concelho de Vila do Porto	6247	6457	7158	8 067	11 839	13 233	9 762	6 500	5 922	5 578
Almagreira	831	853	926	983	1 133	1 379	877	618	525	537
Santa Bárbara	1 087	1 181	1 268	1 430	1 699	1 750	1 248	621	512	480
Santo Espírito	1 945	2 026	2 498	2 698	3 088	3 276	2 218	1 005	758	723
São Pedro	837	848	868	1 085	1 287	1 455	1 098	788	811	841
Vila do Porto	1 547	1 549	1 598	1 871	4 632	5 373	4 321	3 468	3 316	2 997

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores

(*) Freguesia inexistente no ano de referência

Esta variação populacional deve-se sobretudo aos fortes contingentes emigratórios registados nos anos 1960 e 1970, tendo maioritariamente como destino os Estados Unidos da América, mas também à progressiva alteração do equilíbrio das faixas etárias, registando-se uma inversão da pirâmide de distribuição geracional, como se verá posteriormente.

Dado que à escala da freguesia não existem dados (provenientes de fontes oficiais) para além dos disponibilizados pelo último Recenseamento Geral da População de 2001, não foi possível completar o quadro anterior com informação mais recente, estando os indicadores demográficos mais actuais disponíveis no Anuário Estatístico Regional apenas a nível do concelho.

Por seu turno, na figura 1.4 ilustra-se o comportamento da evolução da população, focando a análise ao nível da freguesia. Para além do já referido decréscimo de população, destaca-se o peso que a freguesia de Vila do Porto assume em todos os períodos, comportamento justificado, fundamentalmente, por se tratar da sede de concelho, mas também por concentrar a maior área urbana da ilha.

Figura 1.4_Distribuição da população residente no concelho de Vila do Porto, por lugar, em 2001

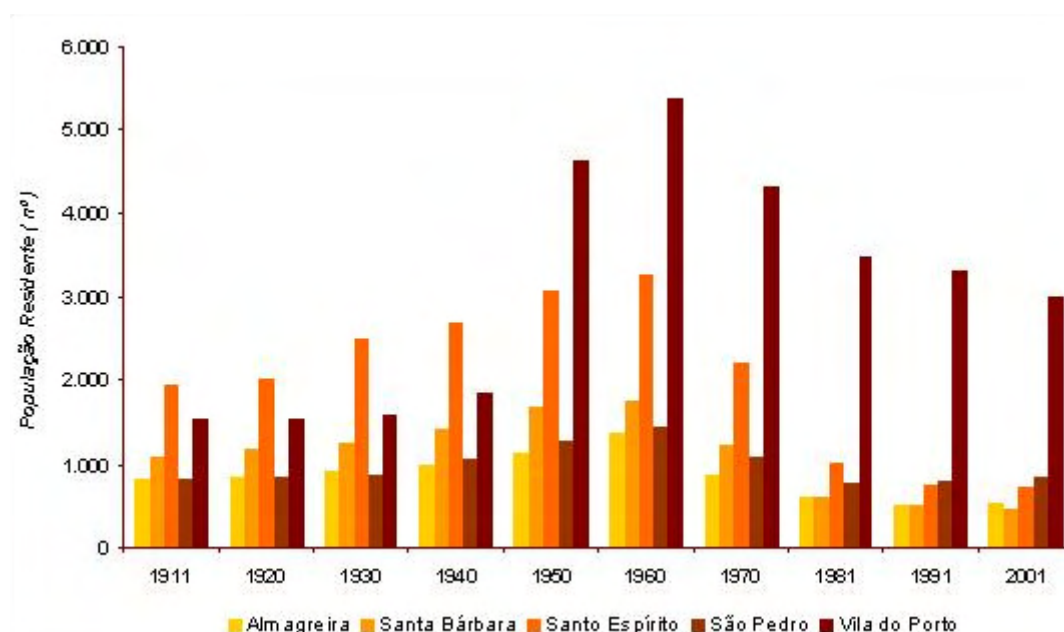


Tabela 1.4_População residente nas freguesias do concelho de Vila do Porto

Unidade Geográfica	População Residente		Taxa de Variação	Peso das freguesias no concelho	
	1991	2001		1991	2001
RAA	237 795	241 763	1,7%	—	—
Concelho de Vila do Porto	5 922	5 578	-5,8%	—	—
Almagreira	525	537	2,3%	8,9%	9,6%
Santa Bárbara	512	480	-6,3%	8,6%	8,6%
Santo Espírito	758	723	-4,6%	12,8%	13,0%
São Pedro	811	841	3,7%	13,7%	15,1%
Vila do Porto	3 316	2 997	-9,6%	56,0%	53,7%

Fonte: Censos 1991 e 2001

Da leitura da tabela anterior confirma-se a tendência geral de decréscimo do efectivo populacional registada no concelho desde meados do século XX, quer no total do concelho (-5,8%), quer nas freguesias, com excepção das freguesias de Almagreira e São Pedro, que registaram taxas de variação da população residente positivas, entre os anos de 1991 e 2001, 2,7% e 3,7%, respectivamente. Destaca-se pela taxa de variação negativa a freguesia sede de concelho, que perdeu em 10 anos cerca de 319 residentes.

Embora não se registre um acréscimo populacional ao nível concelhio (antes pelo contrário), constata-se um aumento populacional nas freguesias de Almagreira (12 residentes) e São Pedro (30 residentes), originado por movimentos populacionais com origem nas restantes três freguesias que viram diminuir o seu número de habitantes.

Quanto ao peso demográfico das freguesias no concelho, a sua representatividade é bastante desigual (veja-se figura 1.4). De acordo com os dados de Censo de 2001 (INE) a população concelhia era em 2001 de 5.578 efectivos residentes, destacando-se o peso da freguesia de Vila do Porto, que concentrava mais de metade da população do concelho (2.997 residentes (53,7%). Por oposição, a freguesia de Santa Bárbara possui apenas 480 residentes, representando menos de 10% do total da população concelhia (8,6%).

É, mais uma vez, evidente o peso demográfico da freguesia onde se localiza a sede do concelho, na qual o aglomerado de Vila do Porto apresenta maior dinamismo populacional e sócio-económico, reflexo da concentração dos principais equipamentos e serviços da ilha.

Com o objectivo de analisar de forma mais detalhada o padrão de distribuição da população residente no concelho de Vila do Porto, considerou-se pertinente ter uma maior desagregação espacial, optando por descer à escala do lugar (ou aglomerado populacional)¹.

Do total das 230 subsecções estatísticas existentes no concelho de Vila do Porto (correspondentes à área total concelhia: 97 km²), 20 são classificadas como “residuais”, ou seja, não estando associadas a nenhum lugar. Contudo importa referir que estas 20 subsecções (8,7% do total) têm uma representatividade territorial de 29,9 km², isto é, 30,6% da área total do concelho. Na figura seguinte apresentam-se as divisões administrativas consideradas relevantes para esta análise:

- Concelho;
- Freguesia;

¹ Para isso tomou-se como referência a Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI, 2001), da responsabilidade do INE, cuja unidade elementar de representação é a subsecção estatística. A partir desta unidade é possível, por agregação, construir qualquer representação de nível hierárquico superior, como é o caso do lugar, que não é mais do que uma unidade espacial constituída por uma agregação de subsecções contíguas, identificadas pelo mesmo topónimo, desde que configurem aglomerados com pelo menos 10 alojamentos (dada a dificuldade de efectuar a sua delimitação rigorosa, esta agregação, definida exclusivamente para fins estatísticos, baseou-se em indicações fornecidas pelas autarquias locais e respectivos instrumentos de planeamento em vigor).

- Conclui-se ainda que, de acordo com esta informação, estavam identificados em 2001 cerca de 59 lugares no concelho de Vila do Porto. De salientar que os lugares de Cruz Teixeira, Boavista, Termo da Igreja e Valverde, são abrangidos territorialmente por mais do que uma freguesia.

Delimitações Administrativas:

- Limite concelhio
- Limite de freguesia
- Limite de subsecção estatística
- Lugares (INE)

Quaternaire Portugal

1 km

Ranking	Lugar	Pop. Residente	Peso total do concelho	Ranking	Lugar	Pop. Residente	Peso total do concelho
1	Vila do Porto	1562	28,003%	45	Barreiro	20	0,359%
2	Aeroporto	969	17,372%	46	Azenha	19	0,341%
3	Termo da Igreja***	321	5,755%	47	Brejo de Cima	18	0,323%
4	Igreja	157	2,815%	48	Fonte do Mourato	18	0,323%
5	Jogo	141	2,528%	49	Brejo do Meio	16	0,287%
6	Valverde****	136	2,438%	50	Feteirinha	16	0,287%
7	Pedras de São Pedro	132	2,366%	51	Granja	16	0,287%
8	Malbusca	130	2,331%	52	Pocilgas	15	0,269%
9	Ribeira do Engenho	127	2,277%	53	Panasco	12	0,215%
10	Flor da Rosa	110	1,972%	54	Forno	11	0,197%
11	Chão de João Tome	107	1,918%	55	Lapa	11	0,197%
12	Outeiro	87	1,560%	56	Cruz de São Mor	8	0,143%
13	Paul	84	1,506%	57	Maia	7	0,125%
14	Santo António	84	1,506%	58	Norte	4	0,072%
15	Feteiras de Cima	80	1,434%	59	Almagreira	0	0,0%

(*) Este lugar divide-se por três freguesias (Almagreira, St^a Bárbara e S. Pedro), (****) Este lugar divide-se por duas freguesias (Vila do Porto e Almagreira)

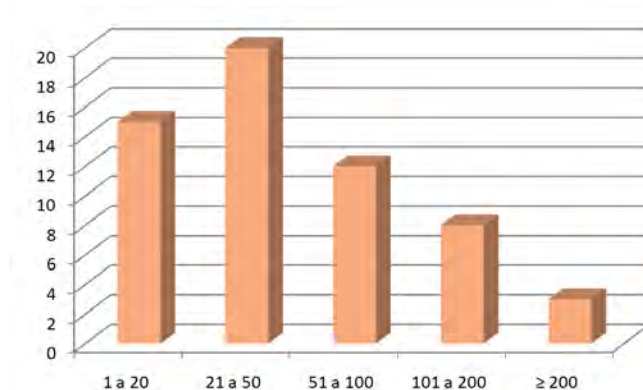
16

freguesia se de concelho, detendo no seu conjunto quase metade da população residente no município. Dos restantes lugares que ocupam as primeiras 15 posições no ranking, ressalta o lugar de Termo da Igreja, que é abrangido pelas freguesias de Vila do Porto, Santa Bárbara e Almagreira, na 3ª posição do ranking com 6% da população. Os lugares do Igreja e Malbusca, na freguesia de Santo Espírito, Jogo e Ribeira do Engenho, na freguesia de São Pedro, Pedras de São Pedro, na freguesia de Vila do Porto, e Valverde nas freguesias de São Pedro e Almagreira detêm ainda um quantitativo populacional algo relevante face ao quadro geral, representando cada um cerca de 2,5% da população concelhia.

Na posição inversa, ou seja, nos últimos lugares do ranking de acordo com o número de população residente, encontram-se os lugares de Cruz de São Mor, Maia e Norte representando, cada um deles menos de 1,5% de população residente no concelho.

Analisando o gráfico seguinte, pode observar-se que mais de metade dos lugares (60%) têm menos de 50 residentes, sendo que destes 36% apresentam até 20 habitantes. Apenas 19% dos lugares mais de 100 habitantes, havendo apenas 3 com mais de 200 habitantes (7%).

Figura 1.6_Distribuição dos lugares por classe de nº de habitantes, segundo a população residente



Fonte: Censos 2001, BGRI (INE)

Tabela 1.6_Variáveis demográficas à escala do concelho, freguesia e lugar (2001)

Freguesia/Lugar	Área (km²)	População Residente (hab)	Densidade populacional (hab/km²)	Peso do nº residentes no total do concelho (%)	Peso do nº residentes no total da freguesia
Concelho de Vila do Porto	96,56	5578	58	100,0	
Almagreira	11,21	537	48	9,6	100,0
Bom Despacho Velho	0,24	55	233	1,0	10,2
Brejo de Baixo	0,40	24	60	0,4	4,5
Brejo do Meio	0,28	16	58	0,3	3,0
Carreira	0,35	66	186	1,2	12,3
Covas	0,05	26	532	0,5	4,8
Fonte João Luís	0,03	40	1159	0,7	7,4
Fonte do Mourato	0,11	18	159	0,3	3,4
Granja	0,16	16	101	0,3	3,0
Praia	0,84	21	25	0,4	3,9
Valverde	0,08	10	128	0,2	1,9
Rua do Congro	0,30	37	124	0,7	6,9
Fonte Nova	0,34	78	231	1,4	14,5
Termo da Igreja	0,15	106	721	1,9	19,7
Brejo de Cima	0,14	18	125	0,3	3,4
Residual	7,75	6	1	0,1	1,1
Santa Barbara	14,98	480	32	8,61	100,0

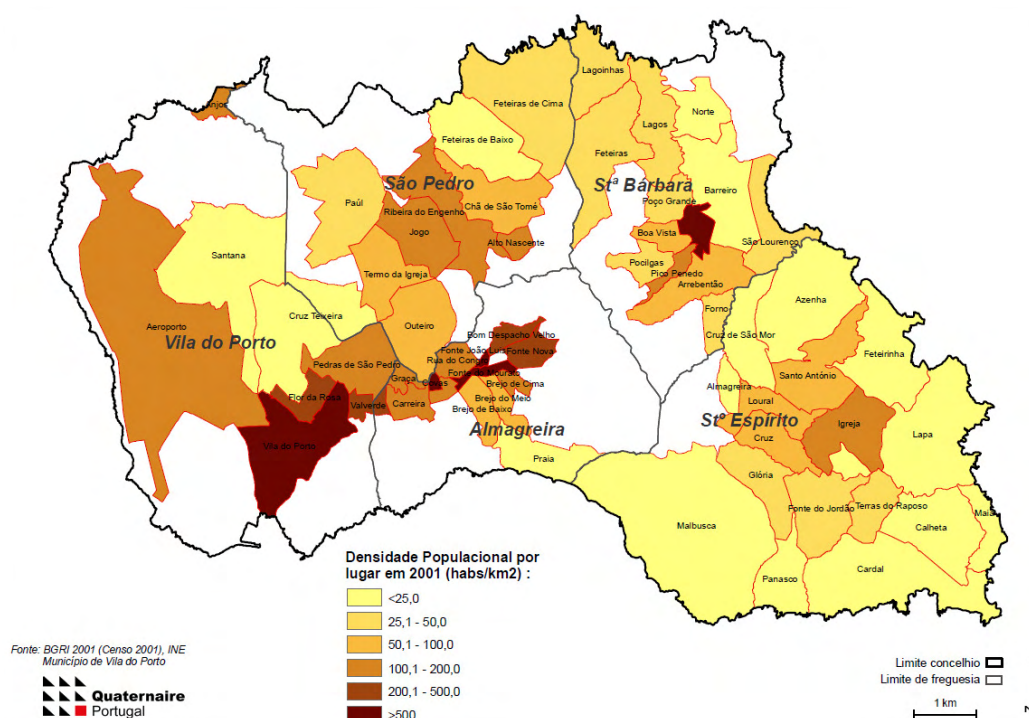
Freguesia/Lugar	Área (km ²)	População Residente (hab)	Densidade populacional (hab/km ²)	Peso do n° residentes no total do concelho (%)	Peso do n° residentes no total da freguesia
Arrebetão	1,10	65	59	1,17	13,5
Forno	0,36	11	31	0,20	2,3
Norte	0,69	4	6	0,07	0,8
São Lourenço	0,86	22	26	0,39	4,6
Barreiro	1,61	20	12	0,36	4,2
Boa Vista	0,32	27	85	0,48	5,6
Feteiras	1,74	65	37	1,17	13,5
Lagoinhas	0,93	31	33	0,56	6,5
Lagos	1,12	34	30	0,61	7,1
Pico Penedo	0,20	27	133	0,48	5,6
Pocilgas	0,43	15	35	0,27	3,1
Poço Grande	0,44	21	48	0,38	4,4
Termo da Igreja	0,03	138	4452	2,47	28,8
Residual	5,17	0	0	0,00	0,0
Santo Espírito	26,67	723	27	12,96	100,0
Azenha	2,23	19	9	0,34	2,6
Boa Vista	0,21	3	14	0,05	0,4
Cruz	0,66	43	65	0,77	5,9
Cruz de São Mor	0,95	8	8	0,14	1,1
Igreja	1,19	157	132	2,81	21,7
Loural	0,64	50	78	0,90	6,9
Santo António	1,32	84	64	1,51	11,6
Almagreira	0,25		0	0,00	0,0
Calheta	1,52	32	21	0,57	4,4
Cardal	2,63	28	11	0,50	3,9
Feteirinha	1,64	16	10	0,29	2,2
Lapa	2,44	11	5	0,20	1,5
Maia	0,49	7	14	0,13	1,0
Fonte do Jordão	1,18	56	47	1,00	7,7
Gloria	0,91	36	39	0,65	5,0
Malbusca	5,63	130	23	2,33	18,0
Panasco	0,84	12	14	0,22	1,7
Terras do Raposo	0,63	31	49	0,56	4,3
Residual	1,32		0	0,00	0,0
São Pedro	18,08	841	47	15,08	100,0
Alto Nascente	0,21	40	190	0,72	4,8
Chão de João Tome	1,19	107	90	1,92	12,7
Feteiras de Baixo	1,50	33	22	0,59	3,9
Feteiras de Cima	2,57	80	31	1,43	9,5
Jogo	1,06	141	133	2,53	16,8
Outeiro	1,30	87	67	1,56	10,3
Paul	1,74	84	48	1,51	10,0
Ribeira do Engenho	1,23	127	103	2,28	15,1
Termo da Igreja	0,96	77	80	1,38	9,2
Cruz Teixeira	0,74	45	61	0,81	5,4
Residual	5,57	20	4	0,36	2,4
Vila do Porto	25,62	2997	117	53,73	100,0
Anjos	0,20	30	154	0,54	1,0
Flor da Rosa	0,39	110	286	1,97	3,7
Pedras de São Pedro	1,06	132	125	2,37	4,4

Freguesia/Lugar	Área (km ²)	População Residente (hab)	Densidade populacional (hab/km ²)	Peso do n° residentes no total do concelho (%)	Peso do n° residentes no total da freguesia
Santana	3,07	54	18	0,97	1,8
Valverde	0,23	126	560	2,26	4,2
Vila do Porto	1,94	1562	807	28,00	52,1
Cruz Teixeira	1,69	14	8	0,25	0,5
Aeroporto	6,90	969	141	17,37	32,3
Residual	10,17	0	0	0,00	0,0

Fonte: Censo 2001, INE(*) Este lugar divide-se por duas freguesias (St^a Bárbara e St^o Espírito); (**) Este lugar divide-se por duas freguesias (S. Pedro e Vila do Porto); (***) Este lugar divide-se por três freguesias Almagreira, St^a Bárbara e S. Pedro), (****) Este lugar divide-se por duas freguesias (Vila do Porto e Almagreira)

Em função da dimensão do concelho, poderá considerar-se a densidade populacional como baixa, registando o valor médio do concelho: 58 hab/km², sobretudo ao comparar com outros concelhos de reduzida dimensão, e todavia mais populosos. Como seria de esperar, a densidade populacional é substancialmente mais elevada na freguesia de Vila do Porto (117 hab/km²) e no respectivo centro urbano principal (lugar de Vila do Porto com 807 hab/km²) em relação às restantes freguesias e lugares. A freguesia do Santo Espírito apresenta a menor densidade populacional da ilha com apenas 27 hab/km².

Figura 1.7_Densidade populacional no concelho de Vila do Porto, por lugar, em 2001



1.3. Movimentos e estrutura da população

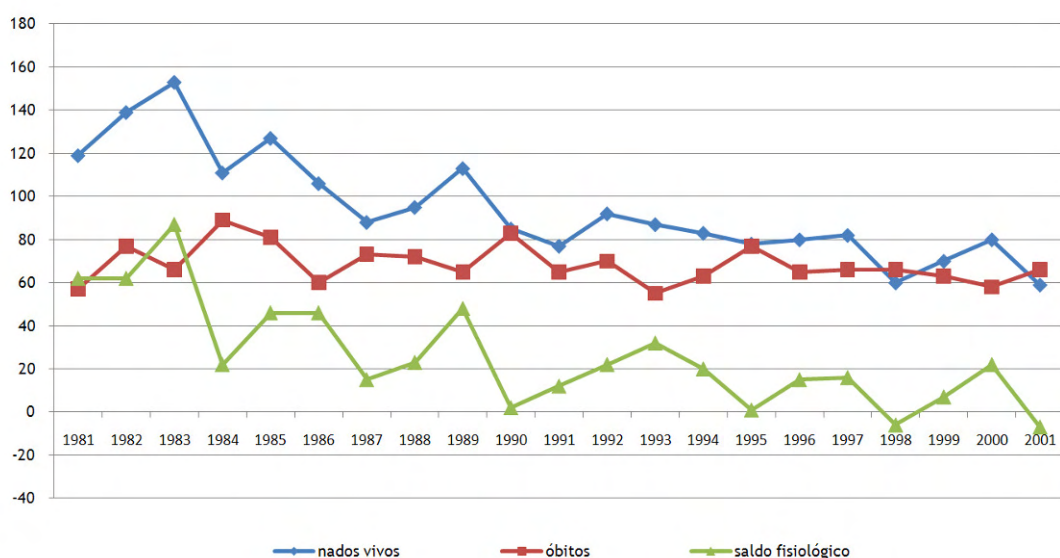
A evolução demográfica analisada no subcapítulo anterior está relacionada não só com a evolução do saldo natural (diferença entre nados vivos e óbitos num dado ano), como também com a do saldo migratório (diferença entre imigração e emigração num dado ano).

Deve-se salientar contudo, que os últimos dados existentes reportam a 2001, altura dos últimos Censos, existindo por isso uma década de intervalo até à actualidade.

No que respeita ao movimento natural da população no concelho de Vila do Porto constata-se uma tendência decrescente, registando uma variação negativa no período de 1981 a 2001, passando de um saldo fisiológico positivo de 62 indivíduos para um saldo negativo de 7 indivíduos em 2001. Os valores mais altos de saldo fisiológico neste período de 20 anos, ou seja, quando houve mais nados vivos do que óbitos, foram verificados em 1981 e 1982 (62) e 1983, em 1989 (48), e em 1985 e 1986 (46), enquanto que no extremo oposto, com saldos fisiológicos negativos, se encontram os anos de 1990 (2), 1993 (1), 1998 (-6) e 2001 (-7).

O saldo natural sofreu várias oscilações neste período, sendo quase impossível definir uma tendência. Contudo pode observar-se através da tabela seguinte que o saldo fisiológico registado em 2001 foi o mais baixo dos 20 anos em análise.

Figura 1.8_Movimento Natural da População de Vila do Porto, 1981-2001



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas. Tratamento: Quaternaire Portugal

Analisando os valores dos nados-vivos e dos óbitos separadamente, verificou-se que os valores mais elevados, tanto de nados-vivos, em 1983 (153) e 1982 (139) como de óbitos, em 1984 (89) e 1990 (83) foram registados na década de 80. Traçou-se assim, uma tendência, se for possível criar alguma, para a diminuição dos óbitos, o que por si só poderia aumentar o saldo fisiológico, contudo o número de nados - vivos tem também diminuído, chegando mesmo a ser menor que o número de óbitos, o que se reflecte num saldo fisiológico negativo, perdendo-se população (isto se se contar apenas com o crescimento natural).

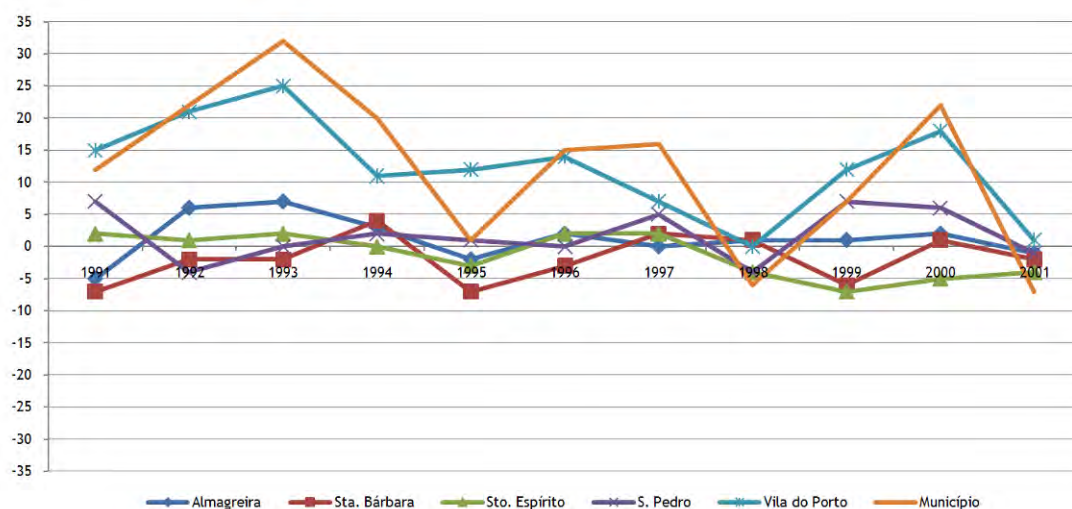
Considerando agora os dados à escala da freguesia, verifica-se que no último período intercensitário (1991-2001), o saldo fisiológico nas cinco freguesias sofreu várias oscilações, mas considerando os valores apenas de 1991 e 2001, esta registou um decréscimo em três freguesias - Santo Espírito, S. Pedro e Vila do Porto -, -300%, - 114% e -93%, respectivamente, atingindo valores negativos.

Nas freguesias de Santa Bárbara e Almagreira o saldo fisiológico era já negativo em 1991, tendo-se vindo a aproximar do zero.

De referir que a freguesia de Santa Bárbara só registou saldo fisiológico positivo em 4 dos 11 anos do período de análise. Por oposição, os valores de saldo fisiológico mais elevados foram registados na freguesia sede do concelho, tendo sido esta a única freguesia a manter sempre saldo positivo.

No que toca aos nados vivos, cuja quantificação é importante ao nível do planeamento da rede educativa do concelho, todas as freguesias, à excepção de Santa Bárbara, verificaram um decréscimo dos nados vivos em 2001, face aos valores de 1991, sendo a variação mais negativa verificada na freguesia de São Pedro (-43%), encontrando-se no extremo oposto a freguesia de Santa Bárbara com uma variação positiva no mesmo período de 67%.

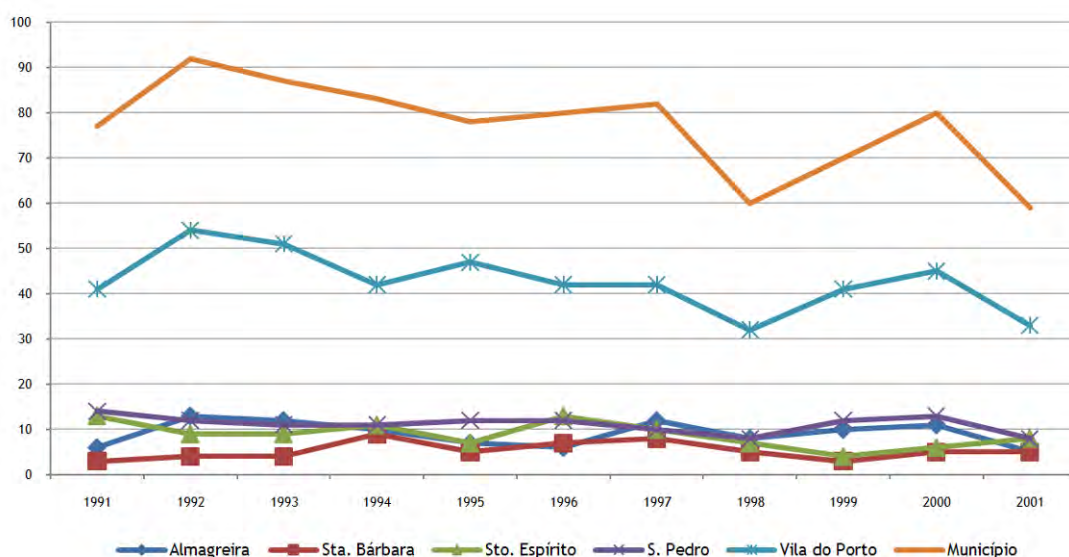
Figura 1.8_Saldo fisiológico por freguesia, no concelho do Vila do Porto, 1991-2001



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas. Tratamento: Quaternaire Portugal

De qualquer forma, apesar de várias oscilações, verifica-se uma tendência geral para a diminuição do número de nados vivos nas freguesias, tendo sido na freguesia do Vila do Porto que se verificaram mais oscilações do número de nados vivos, no período de 1991 a 2001, e na freguesia de S. Pedro que o número de nados vivos se manteve mais constante.

Figura 1.9_Nados vivos por freguesia, no concelho do Vila do Porto, 1981-2001



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas. Tratamento: Quaternaire Portugal

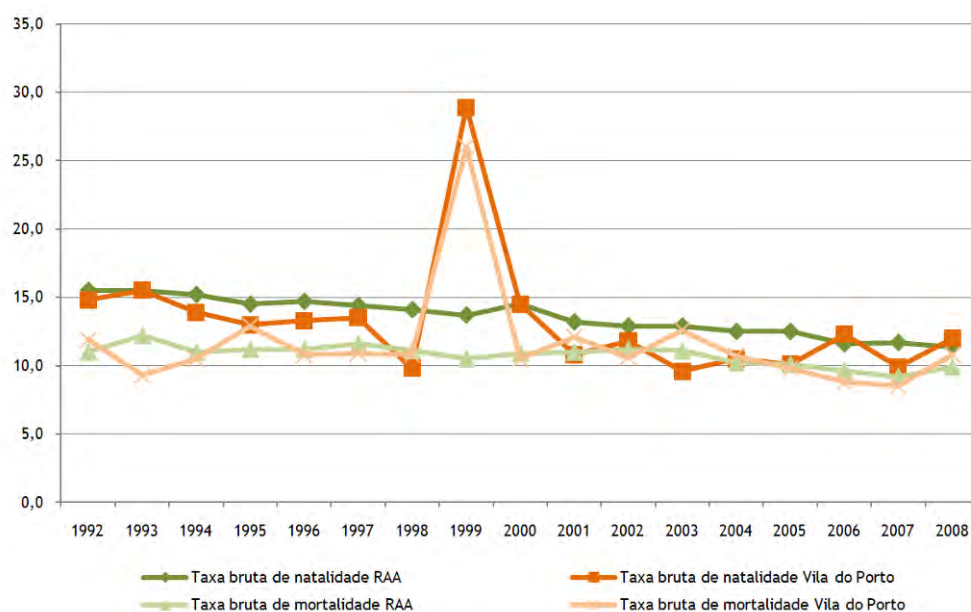
Ao considerar as taxas brutas de natalidade, no período de 1992 a 2008, percebe-se que a tendência evolutiva do concelho de Vila do Porto acompanha a evolução negativa da média regional (que passa de uma taxa bruta de natalidade de 15,5‰ em 1991 para 11,4‰ em 2008) embora com bastantes oscilações, apresentando em 1992 uma taxa de natalidade de 14,8‰, inferior à média da RAA, descendo para 12,0‰ em 2008. A taxa de natalidade atingiu, no concelho do Vila do Porto, o seu valor mais elevado em 1999 (28,9‰) e o valor mais baixo em 2003 (9,6‰).

Relativamente à taxa de mortalidade, a RAA registou uma diminuição no mesmo período, passando de 11‰ em 1992 para 9,9‰ em 2008, enquanto que no concelho de Vila do Porto esta também baixou, de 11,9‰ em 1992 para 10,8‰ 2008, encontrando-se contudo, ainda acima da média regional.

As taxas de mortalidade mais elevadas na RAA rondam os 11‰ e no concelho variaram entre 12,9‰ em 1995 e 26‰ em 1999. Os valores mais baixos registaram-se a RAA em 2007 (9,2‰) e 2006 (9,6‰) e no concelho em 2007 (8,5‰) e 2006 (8,8‰).

Pode concluir-se que taxa de natalidade média da RAA se encontra neste período sempre acima da taxa de mortalidade, o mesmo não acontecendo no concelho de Vila do Porto, no qual os dois indicadores sofreram grandes oscilações.

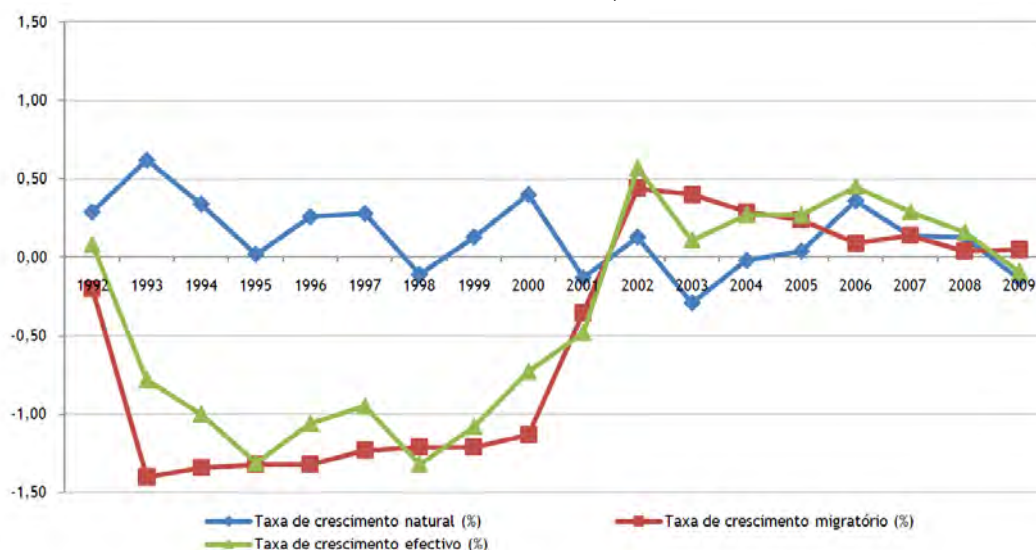
Figura 1.10_Evolução das taxas de natalidade e mortalidade, na RAA e no concelho do Vila do Porto, 1992-2008



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas. Tratamento: Quatenaire Portugal

No que toca aos movimentos migratórios percebe-se através da análise da figura 1.11 que a taxa de crescimento migratório no concelho de Vila do Porto foi negativa entre 1992 e 2001, o que significa que durante este período houve mais emigração do que imigração, tendo esta sido mais acentuada entre 1992 (-1,40%) e 1996 (-1,32%). A partir de 2001 até 2008 a taxa de crescimento migratório tem-se apresentado no concelho sempre positiva, estando a imigração a superar a emigração, a par da tendência registada na RAA.

Figura 1.11_Evolução das taxas de crescimento efectivo, natural e migratório, no concelho do Vila do Porto, 1992-2008



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas. Tratamento: Quatenaire Portugal

A taxa de crescimento natural em Vila do Porto manteve-se de uma forma geral sempre positiva neste período, embora com algumas oscilações e com tendência para decrescer, com excepção dos anos de 1991 (-0,11%), 2001 (-0,13%), 2003 (-0,29%), 2004 (-0,02%) e 2009 (-0,14%), nos quais o crescimento natural foi negativo.

Neste contexto, a taxa de crescimento efectivo do concelho tem vindo a evoluir conforme as flutuações destas duas taxas, tendo sido negativa, no período de 1994 a 2001, embora a evoluir positivamente, mantendo-se positiva desde então, com os valores mais elevados em 2004, 2006 e 2002. Esta evolução do crescimento efectivo acompanha a tendência evolutiva da RAA. Contudo em 2009, a taxa de crescimento efectivo voltou a ser negativa no concelho de Vila do Porto.

Torna-se assim claro que a quase estagnação demográfica que se tem verificado no concelho nos últimos anos tem sido resultado de um crescimento natural quase nulo, mais do que por uma perda populacional relacionada com os movimentos migratórios, o que deverá ser levado em conta ao nível do planeamento da rede escolar, não só numa óptica territorial e economicista, mas também social.

Analisando agora a população concelhia de acordo com a sua estrutura etária, por grupos quinquenais, é possível verificar que 55,6% dos residentes do concelho tinha, em 2001, entre 25 e 64 anos, revelando uma população activa considerável.

No entanto, o grupo etário dos 65 ou mais anos revela-se substancialmente superior no concelho de Vila do Porto face à média da RAA e à média nacional, que apesar de ser ligeiramente mais elevada do que a média da RAA, continua a ser menor do que o valor registado para o concelho de Vila do Porto.

Ao considerar esta diminuição do peso dos grupos etários em idade escolar não se perspectiva acréscimos de procura de equipamentos de educação, que a médio prazo continuarão em idade de frequentar o sistema educativo.

Neste ponto serão ainda abordados outros aspectos sociográficos da população residente no concelho de Vila do Porto, nomeadamente, no que diz respeito à estrutura etária e ao nível de qualificação dos residentes.

De acordo com dados do Anuário Estatístico Regional de 2008, havia em 2007 uma similitude percentual da população com idades entre os 15 e 24 anos, na RAA e no concelho de Vila do Porto, 15,3% e 15,5%, respectivamente, semelhança também verificada no grupo etário dos 65 ou mais anos (12,4%). Note-se que a média de população idosa na RAA e no concelho de Vila do Porto é significativamente inferior à média nacional, o que revela uma população menos envelhecida no arquipélago açoriano.

Já no caso da população em idade activa (25 aos 64 anos), o seu peso é ligeiramente maior em Vila do Porto (54%), face à média regional (53%), embora seja inferior à média nacional. Contudo, o grupo de população com mais de 75 anos é inferior no concelho relativamente à RAA.

Tabela 1.7_Distribuição da população residente por grupos etários (em %), em 2007

Unidade Geográfica	Total	0 a 14 anos		15 a 24 anos		25-64 anos		65 e mais anos			
			%		%		%	Total	%	75 e mais anos	%
Portugal	10.617.575	1.628.852	15,3	1.236.004	11,6	5.902.888	55,6	1.849.831	17,4	845.671	8,0
RAA	244.006	46.437	19,0	37.408	15,3	129.933	53,2	30.228	12,4	13.578	5,6
Vila do Porto	5.565	999	18,0	860	15,5	3.016	54,2	690	12,4	301	5,4

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2007, INE/ SREA, 2008

Tabela 1.8_Distribuição da população residente por grupos etários (em %), por freguesia, em 2001

Unidade Geográfica	Residentes (%)						
	0- 4 anos	5 - 9 anos	10 - 13 anos	14 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 64 anos	> = 65 anos
Concelho de Vila do Porto	6,4	7,1	5,7	10,8	8,1	49,3	12,6
Almagreira	7,4	6,5	7,3	11,4	8,6	45,6	13,2
Santa Bárbara	5,6	6,3	4,2	10,2	6,9	48,1	18,8
Santo Espírito	5,3	8,0	5,8	11,9	8,0	46,7	14,2
São Pedro	6,8	7,4	6,3	10,2	9,2	46,7	13,4
Vila do Porto	6,4	7,0	5,4	10,8	8,0	51,6	10,8

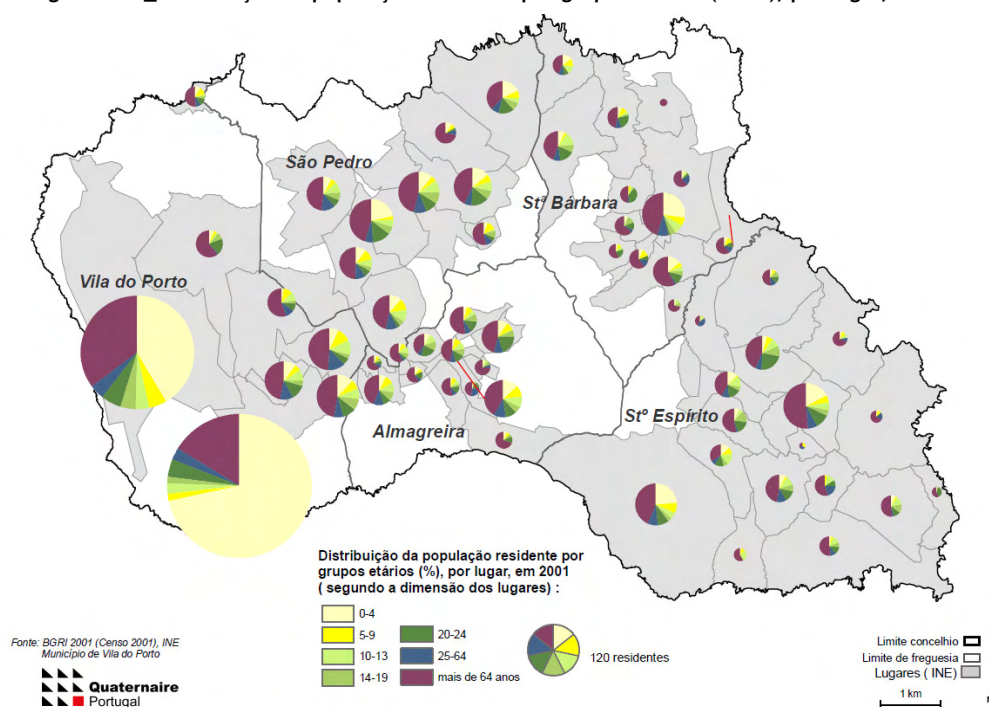
Fonte: Censo 2001, INE

Observando a Tabela 1.7, que contém dados de 2001 para o concelho de Vila do Porto, verifica-se que houve um acréscimo significativo de cerca de 5% da população em idade activa até o ano de 2007. Já o grupo etário da população jovem, até aos 24 anos, sofreu uma perda de 4,6%. O grupo da população com mais de 65 anos, sofreu também, no mesmo período, uma ligeira diminuição. Este aumento da população activa aliado à diminuição da população idosa, resultará numa diminuição do índice de dependência de idosos, (veja-se Tabela 1.10).

À escala intraconcelhia, tendo em consideração a informação estatística oficial de 2001 apresentada na tabela anterior, é possível verificar que a freguesia de Vila do Porto, é aquela em que o grupo que representa a população activa tem maior peso, mais de metade da população da freguesia, sendo superior à média concelhia.

A freguesia de Almagreira destaca-se por ser a que tem uma maior percentagem de população jovem, até aos 24 anos. Santa Bárbara surge com mais população com idade acima dos 65 anos, apresentando uma percentagem muito superior à média concelhia.

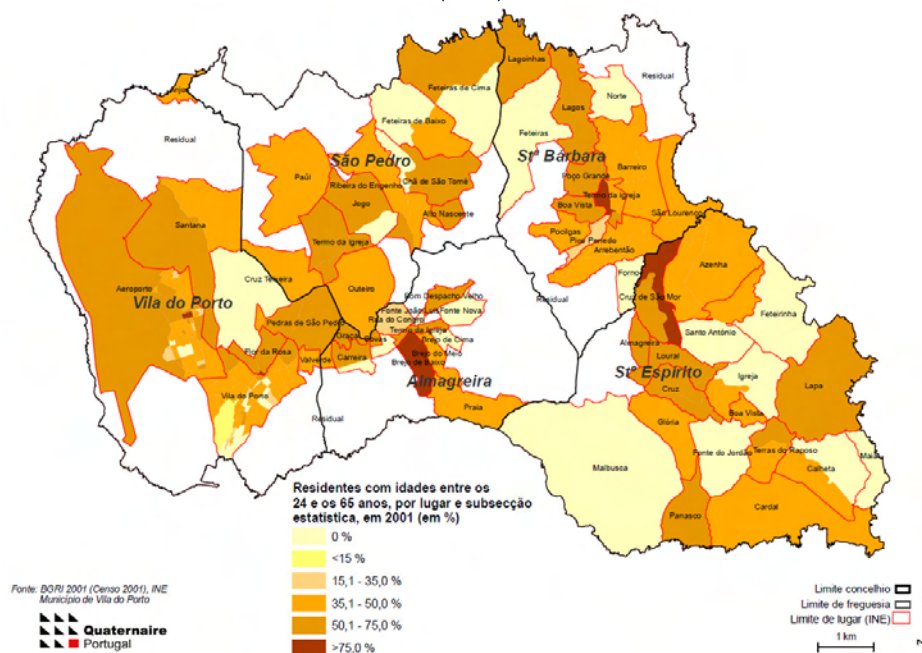
Figura 1.12_Distribuição da população residente por grupos etários (em %), por lugar, em 2001



Importa referir os dois lugares mais populosos da ilha: Vila do Porto e Aeroporto com cerca de 1.562 e 969 residentes, respectivamente, apresentando a população distribuída, segundo os grupos etários definidos anteriormente, da seguinte forma:

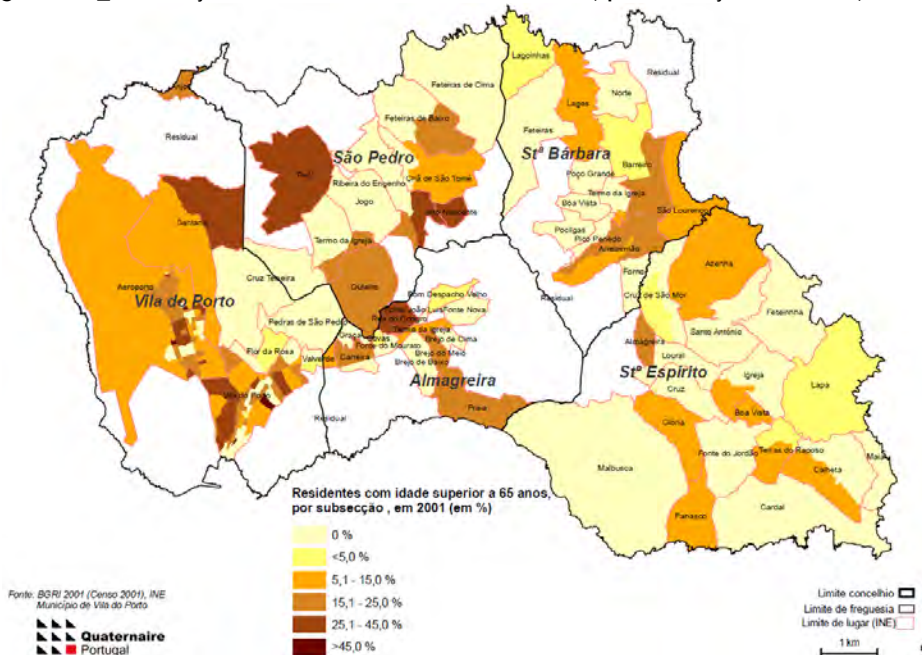
- 0-13 anos - 16,5% (Vila do Porto) e 21,2% (Aeroporto)
- 14-19 anos - 9,1% (Aeroporto) e 12% (Vila do Porto)
- 20-24 anos - 6,7% (Aeroporto) e 8,4% (Vila do Porto)
- 25-64 anos - 49,3% (Vila do Porto) e 56,2% (Aeroporto)
- 65 e mais anos - 6,8% (Aeroporto) e 13,9% (Vila do Porto)

Figura 1.13_Distribuição dos residentes com idades entre os 24 e os 65 anos, por subsecção estatística, em 2001 (em %)



A figura anterior representa a distribuição territorial da população em idade activa (em 2001). Analisando o mapa, pode verificar-se que os lugares com maior população entre os 25 e os 64 anos acabam por corresponder aos maiores aglomerados urbanos, situados na freguesia de Vila do Porto.

Figura 1.14_Distribuição dos residentes com mais de 65 anos, por subsecção estatística, em 2001



Ainda de acordo com a mesma informação estatística de 2001, verifica-se pela análise da figura 1.14 que os lugares nos quais a população apresenta maior proporção de idosos, se situam nas freguesias de Santo Espírito, Santa Bárbara e Almagreira.

Por fim, e de acordo com as tabelas 1.9 e 1.10, analisa-se o índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens até aos 14 anos) e o índice de dependência de idosos (número de idosos por cada 100 adultos em idade activa dos 15-64 anos).

Tabela 1.9_Índice de envelhecimento e de dependência de idosos, em 2007

Unidade Geográfica	População jovem (0-14 anos)	População em idade activa (25-64 anos)	População idosa (> =65 anos)	Índice de Envelhecimento	Índice dependência idosos
Portugal	1 628 852	7 138 892	1 849 831	113,6	25,9
R. A. Açores	46 437	167 341	30 228	65,1	18,1
Vila do Porto	999	3 876	690	69,1	17,8

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2007, INE/ SREA, 2008

Tabela 1.10_População em idade activa e Índice de envelhecimento em 2001, por freguesia

Freguesia/ Lugar	População jovem (0-14 anos)	População em idade activa (25-64)	População idosa (> =65 anos)	Índice de envelhecimento	Índice dependência Idosos
concelho	1067	3810	701	65,7	18,4
<i>Almagreira</i>	114	352	71	62,3	20,2
<i>Santa Barbara</i>	77	313	90	116,9	28,8
<i>Santo Espírito</i>	138	482	103	74,6	21,4
<i>São Pedro</i>	172	556	113	65,7	20,3
<i>Vila do Porto</i>	566	2107	324	57,2	15,4

Fonte: Censo 2001, INE

Segundo dados do Anuário Estatístico Regional de 2008, em 2007, o índice de envelhecimento no concelho de Vila do Porto era de 69,1%, valor superior à média da RAA, mas substancialmente inferior à média nacional de 113,6 idosos por 100 jovens até aos 14 anos. Comparativamente a 2001, o índice de envelhecimento aumentou no concelho de Vila do Porto em cerca 3,4%.

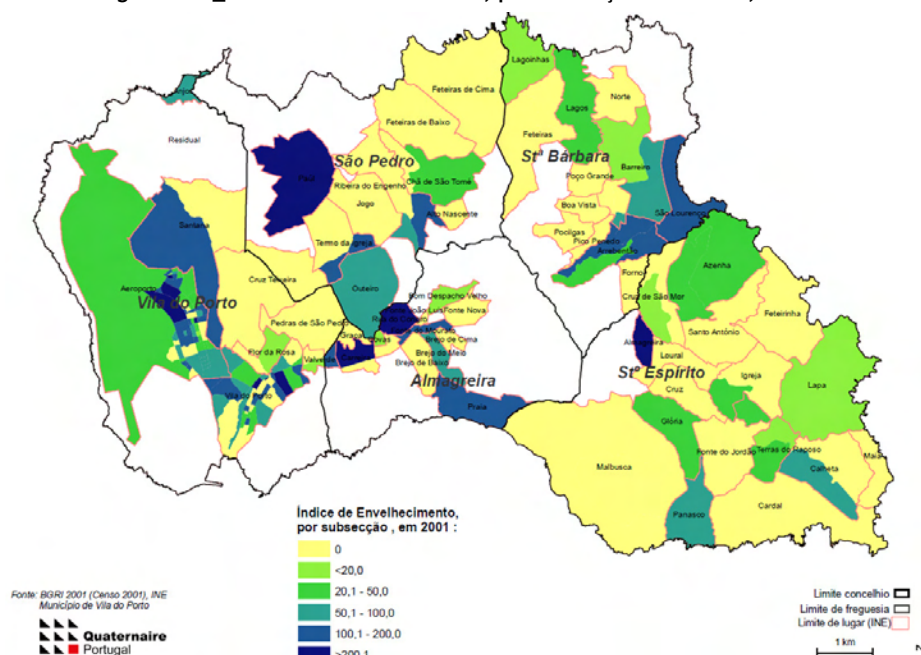
Quanto ao índice de dependência de idosos, este é mais baixo, em 2007, no concelho de Vila do Porto (18%) face à média da RAA (18%) e face à média nacional (26%). Face a 2001, o índice de dependência de idosos diminuiu cerca de 0,6%, o que resulta não só da diminuição da população idosa, como também do aumento de população activa no concelho.

Analisando agora os mesmos indicadores à escala intraconcelhia (considerando que a esta escala os dados mais recentes correspondem a 2001), verifica-se que, no que se refere ao índice de envelhecimento, este apresenta algumas especificidades, sendo o valor mais baixo registado na freguesia de Vila do Porto (57%), e o mais elevado em Santa Bárbara (117%) cujo valor chega mesmo a superar a média nacional (113%).

Relativamente ao índice de dependência de idosos, a freguesia com maior número de idosos por indivíduos em idade activa, é a freguesia de Santa Bárbara (29%), sendo o valor mais baixo registado na freguesia de Vila do Porto (15%). Estes dados devem ser balizados desde logo, pela dimensão demográfica, dimensão geográfica e localização do lugar.

Como se pode verificar através da figura seguinte, a geografia parece influenciar o índice de envelhecimento, sendo que a freguesia de Santa Bárbara, localizada na vertente Vila do Porto da ilha, possui lugares com índices de envelhecimento elevados: São Lourenço, Lagoinhas e Barreiro, localizados no litoral norte da ilha, distante do principal centro urbano; Arrebetão, Pico Penedo, Pocilgas e Boavista localizados junto ao Pico Alto, portanto no interior da ilha.

Figura 1.15_Índice de envelhecimento, por subsecção estatística, em 2001



A freguesia de Santo Espírito regista um comportamento idêntico, onde os lugares com maiores índices de envelhecimento se encontram sobretudo nos lugares localizados junto ao litoral: Feteirinha, Azenha, Malbusca, Lapa e Maia (não se registam jovens). De igual forma, na freguesia de São Pedro são os lugares de Feteiras de Baixo e Feteiras de Cima, localizados no litoral norte da ilha e distantes dos principais núcleos urbanos, que revelam índices de envelhecimento mais elevados, o mesmo acontecendo com o lugar de Anjos na freguesia de Vila do Porto.

No que respeita à freguesia de Almagreira, destaca-se um conjunto de lugares próximos entre si, numa área intermédia entre litoral e interior da ilha os quais apresentam maiores índices de envelhecimento: Brejo do Meio, Fonte do Mourato, Granja, Praia e Brejo de Cima.

1.4. Projecções da população residente

A metodologia de projecção dos residentes no município de Vila do Porto e nas respectivas freguesias atendeu às seguintes orientações ou princípios gerais:

- Presença de um território de reduzida dimensão populacional, o que requer alguns cuidados na análise dos resultados da projecção. O município de Vila do Porto, com cerca de 5 578 habitantes em 2001, apresenta um significativo grau de sensibilidade demográfica, ou seja, é muito sensível a alterações conjunturais resultantes de fenómenos pontuais que poderão por em causa a projecção realizada;
- Análise centrada na unidade estatística Indivíduos e no atributo idade, considerando os grupos etários quinquenais;
- Análise histórica (1981, 1991 e 2001) e prospectiva (2011 e 2020);
- Utilização dos valores de referência do PROTA. Atendendo à existência, neste instrumento, de projecções da população, por sexo e grupo etário, e por Ilha da RAA, a metodologia seguida partiu destes valores de referência para estimar os valores para as freguesias de Vila do Porto, em 2011 e 2020;

Assinala-se, desde já, que este tipo de análise incorpora uma margem de erro que é, na generalidade dos casos, bastante difícil de controlar. A debilidade das bases estatísticas disponíveis principalmente a níveis territoriais muito desagregados e o período histórico de grande alteração dos padrões de qualidade de vida e de modelos territoriais que ocorrem actualmente introduzem factores de incerteza mais ou menos profundos.

Assim, o esquema metodológico adoptado na projecção demográfica assenta sinteticamente em três fases:

1ª Fase: Adopção e tratamento inicial da projecção disponibilizada pelo PROTA

A metodologia de projecção dos valores apresentados pelo PROTA seguiu o método das coortes sobreviventes, estimando-se a população natural da RAA para os anos de 2011 e 2016.

Tabela 1.11_Percentagens de distribuição da População pelas ilhas segundo um cenário tendencial

Ilhas	1981	1991	2001	2006	2011	2016
Corvo	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Faial	6,4%	6,3%	6,2%	6,2%	6,2%	6,1%
Flores	1,8%	1,8%	1,7%	1,7%	1,6%	1,6%
Graciosa	2,2%	2,1%	2,0%	1,9%	1,9%	1,8%
Pico	6,4%	6,3%	6,2%	6,1%	6,1%	6,0%
São Jorge	4,3%	4,2%	4,1%	4,0%	3,9%	3,9%
São Miguel	53,7%	53,9%	54,0%	54,0%	54,1%	54,2%
Santa Maria	2,7%	2,5%	2,3%	2,2%	2,1%	2,0%
Terceira	22,3%	22,8%	23,4%	23,7%	23,9%	24,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PROTA (2010) e Revisão do PDM (3ª fase)

De forma a determinar os valores para cada uma das ilhas da RAA, procederam a uma distribuição criteriosa da população, com base no peso relativo das Ilhas no Arquipélago, em termos de residentes (quotas de distribuição), e na projecção da tendência de histórica (valores de 1981, 1991 e 2001) para 2011 e 2016. As quotas de distribuição permitem inferir que a população de Santa Maria (e também de todas as outras Ilhas) se tem apresentado estável ao longo das 2 últimas décadas. Desta forma, é possível admitir com alguma segurança que a curto prazo esta estabilidade se manterá, pelo que se considerou um cenário tendencial das quotas de distribuição dos quantitativos populacionais.

Como a projecção do PROTA tem como limite o ano de 2016, aplicando a mesma metodologia resulta o valor relativo para 2020. Como resultado desta etapa, foram obtidos os seguintes valores para a Ilha de Santa Maria:

Tabela 1.12_Evolução da população residente no concelho de Vila do Porto

Grupo quinquenal	1981	1991	2001	2006	2011	2016	2020
0-4	25250	19359	16137	14699	12933	10952	8972
5-9	23878	20692	16838	16026	14624	12886	11148
10-14	23130	22806	18792	16816	16008	14609	13211
15-19	23305	21403	20306	18766	16798	15992	15186
20-24	19745	18521	20786	20257	18726	16766	14806
25-29	16025	18032	19190	20708	20190	18669	17149
30-34	13339	17036	17551	19106	20621	20111	19601
35-39	11904	14578	18150	17452	19007	20524	22041
40-44	11419	12511	16613	18003	17311	18863	20414

Grupo quinquenal	1981	1991	2001	2006	2011	2016	2020
45-49	12418	11069	14207	16367	17751	17079	16408
50-54	12311	10364	11871	13856	15984	17344	18705
55-59	12233	11046	10483	11502	13468	15579	17690
60-64	10981	10703	9520	10017	11021	12940	14859
65-69	10085	10124	9831	8781	9258	10202	11145
70-74	8237	8121	8324	8783	7892	8389	8887
75-79	5188	5982	6593	6815	7295	6643	5992
80-84	2654	3662	3899	4695	4961	5422	5883
>85	1311	1786	2672	2948	3608	4101	4595
Total	243413	237795	241763	245596	247455	247074	246692

Fonte: PROTA (2010) e Revisão do PDM (3ª fase)

2ª Fase: Redistribuição da projecção do município de Vila do Porto para as respectivas freguesias

O apuramento dos quantitativos populacionais das freguesias do município de Vila do Porto, segundo os grupos etários, seguiu igualmente o método das quotas de distribuição, ou seja foram apurados os pesos relativos das freguesias no concelho por grupo etário em 1981, 1991 e 2001, arrastando-se a tendência para 2011 e 2020. Os valores absolutos foram obtidos por multiplicação dos valores relativos das freguesias pela população do concelho, por grupo etário, para 2011 e 2020.

Tabela 1.13_Evolução da população residente nas freguesias do concelho de Vila do Porto

Freguesias	Ano	Total	0-14	15-24	25-34	35-44	45-64	>=65
Almagreira	1981	618	151	136	63	48	134	86
	1991	525	161	71	86	49	85	73
	2001	537	123	98	87	81	77	71
	2011	482	116	65	103	76	66	58
	2020	425	91	46	96	88	52	51
Santa Bárbara	1981	621	137	115	54	45	168	102
	1991	512	110	73	74	46	117	92
	2001	480	93	66	56	76	99	90
	2011	430	77	41	62	72	92	86
	2020	373	57	24	53	84	80	76
Santo Espírito	1981	1005	295	201	100	63	216	130
	1991	758	213	101	130	76	132	106
	2001	723	149	133	80	126	132	103
	2011	592	106	81	80	127	115	84
	2020	496	67	54	58	154	94	70
São Pedro	1981	788	234	139	87	63	167	98
	1991	811	235	129	126	90	146	85
	2001	841	185	150	137	112	144	113
	2011	859	170	135	167	114	164	109
	2020	838	132	115	158	134	179	119
Vila do Porto	1981	3468	1109	606	533	388	587	245
	1991	3316	871	522	590	455	572	306
	2001	2997	606	522	470	456	619	324
	2011	2904	459	433	456	384	801	372
	2020	2684	302	344	350	366	910	413

Fonte: PROTA (2010) e Revisão do PDM (3ª fase)

Análise dos resultados

Para além dos números que foram apresentados nas diversas tabelas, da nota explicativa da metodologia que serviu de base para os cálculos das projecções demográficas para o concelho de Vila do Porto (e que no fundo enformam a tendência da dinâmica populacional neste concelho para a próxima década), importa agora retirar algumas conclusões.

Como se pode concluir pela análise da tabela 1.14, a população residente na ilha de Santa Maria deverá registar um decréscimo populacional de -14% entre o último período censitário (2001) e o ano de 2020, passando o efectivo populacional para 4797 indivíduos, menos ¼ da população do que em 1981, acentuando-se mais ainda a perda de residentes que se tem verificado desde 1981.

Deste modo, a tendência de inversão da forte perda populacional na década de 1980 a que se assistiu na década seguinte, não só não se registará (visto que entre 2001 e 2011 se prevê um declínio populacional de cerca de -5,7%), como tenderá a agravar-se até 2020, prevendo-se uma redução do efectivo populacional na ordem dos 464 residentes.

Tabela 1.14_Projecção demográfica para o concelho de Vila do Porto e variação populacional

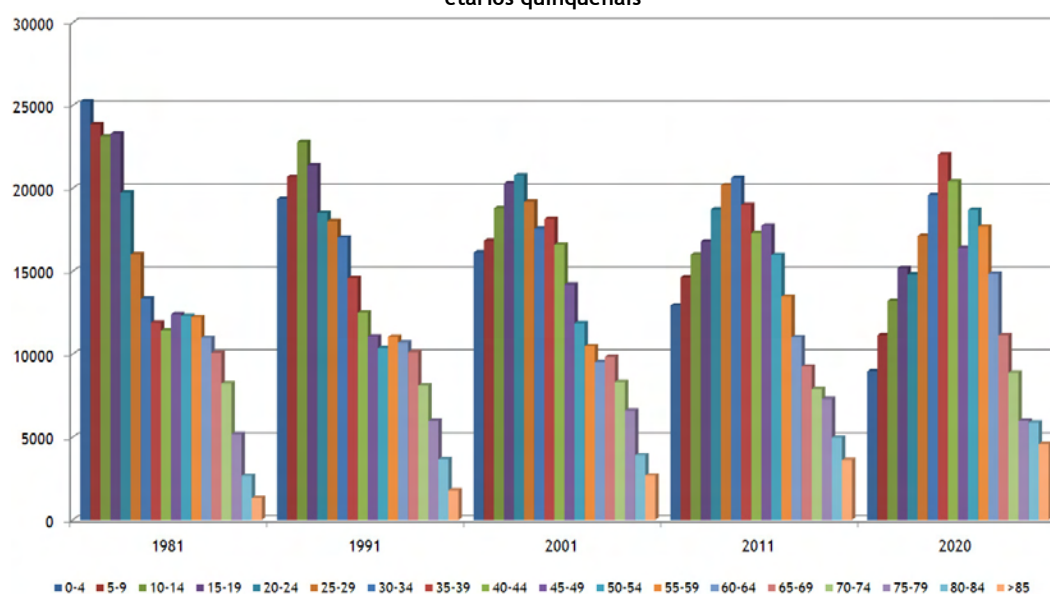
Concelho de Vila do Porto	Efectivo Populacional							Taxa de Variação (%)			
	1981	1991	2001	2006	2011	2016	2020	1981/1991	1991/2001	2001/2011	2011/2020
Total	6500	5922	5578	5445	5261	5029	4797	-8,9	-5,8	-5,7	-8,8

Fonte: PROTA (2010) e Revisão do PDM (3ª fase)

O gráfico seguinte ajuda a perceber a estimativa da evolução da população residente no concelho até ao ano 2020, de acordo com grupos etários quinquenais.

Como rapidamente se conclui, para além de estar em franca perda populacional, este território está a assistir a uma transformação da sua estrutura etária. Se em 1981 a estrutura etária dos residentes se mostrava piramidal, muito alargada na base (população jovem) a estreitar até aos grupos etários mais elevados, prevê-se que em 2020 esta estrutura seja mais fina na base, alargando de forma acentuada no meio (população activa) e voltando a estreitar, mas de forma menos acentuada, nos grupos etários mais elevados.

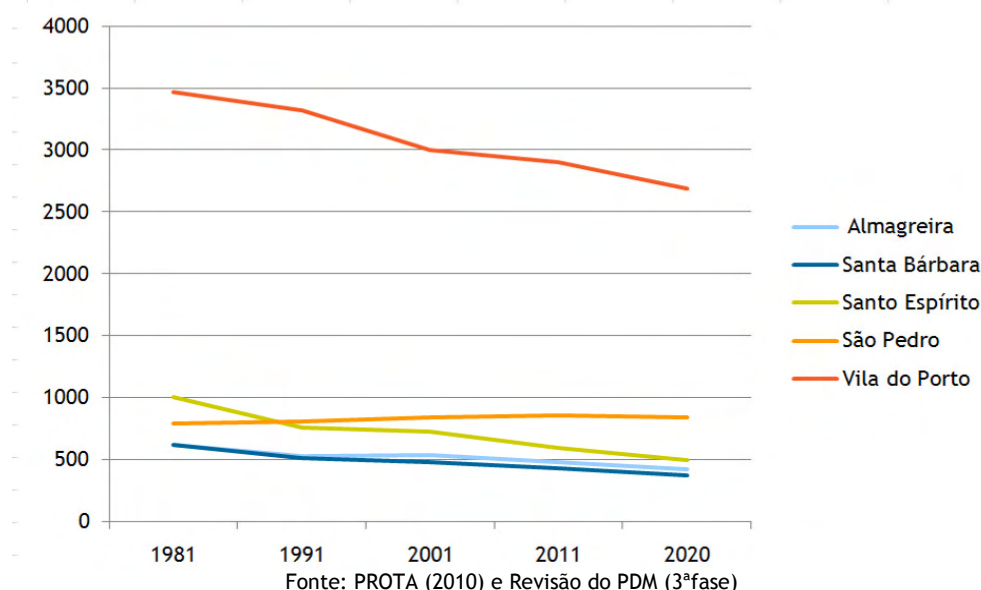
Figura 1.16_Estimativa da evolução da população residente no concelho de Vila do Porto, até 2020, por grupos etários quinquenais



Passando para uma análise mais desagregada espacialmente, nomeadamente ao nível da freguesia, auxiliada pela leitura da figura e tabela seguintes, conclui-se que a tendência de

decréscimo acentuado do efectivo populacional previsível para o concelho se repercute em todas as suas freguesias, sem excepção.

Figura 1.16_Estimativa da evolução da população residente nas freguesias do concelho de Vila do Porto



Como se comprova pela leitura da tabela seguinte, de acordo com as projecções demográficas efectuadas, das cinco freguesias que compõem o concelho de Vila do Porto, São Pedro e a sede de concelho são as únicas que não devem ultrapassar os 20% de variação negativa do seu efectivo populacional, entre os anos 2001 e 2020. Para a freguesia de Santo Espírito prevê-se mesmo que o declínio populacional seja na ordem dos 32% até ao final da próxima década.

Pode assim antever-se um cenário preocupante de diminuição do número de residentes a curto prazo, não só no concelho, como em todas as freguesias que o compõem.

Tabela 1.15_Estimativa e Variação da população residente nas freguesias do concelho de Vila do Porto

Freguesias	1981	1991	2001	2011	2020	Taxa Variação (%) 2001/2020
Almagreira	618	525	537	482	425	-20,85
Santa Bárbara	621	512	480	430	373	-22,28
Santo Espírito	1005	758	723	592	496	-31,41
São Pedro	788	811	841	859	838	-0,33
Vila do Porto	3468	3316	2997	2904	2684	-10,44
Total concelho de Vila do Porto	6500	5922	5578	5261	4797	-14,00

Fonte: PROTA (2010) e Revisão do PDM (3ª fase)

Evolução provável da população em idade escolar

A metodologia de projectão da população residente em idade escolar no município de Vila do Porto e nas respectivas freguesias baseou-se nos valores projectados para a população total, por grupos quinquenais no âmbito da Revisão do PDM de Vila do Porto.

Assim, seguindo o mesmo o esquema metodológico de três fases adoptado anteriormente, a projecção da população em idade escolar assenta em três fases, descritas a seguir.

1ª fase: Adopção dos valores da projecção da população, por município e freguesia, por grupos quinquenais até aos 19 anos de idade (valores estimados a partir dos valores projectados no PROTA)

O apuramento dos quantitativos populacionais das freguesias, do município de Vila do Porto, segundo os grupos etários quinquenais, seguiu o método das quotas de distribuição, ou seja foram apurados os pesos relativos das freguesias no município por grupo etário em 1981, 1991 e 2001, arrastando-se a tendência para 2011 e 2020.

Os valores absolutos foram obtidos por multiplicação dos valores relativos das freguesias pela população do município por grupo etário, para 2011 e 2020.

Tabela 1.16_Estimativa e projecção da população residente em idade escolar no concelho de Vila do Porto e freguesias

		0-4	5-9	10-14	15-19	0-19	Total
Município de Vila do Porto	1981	700	602	624	612	2538	6500
	1991	451	560	579	470	2060	5922
	2001	355	396	405	516	1672	5578
	2011	275	311	340	357	1283	5261
	2020	174	217	257	295	943	4797
Almagreira	1981	66	39	46	64	215	618
	1991	47	61	53	33	194	525
	2001	40	35	48	52	175	537
	2011	34	35	47	31	147	482
	2020	23	27	42	25	117	425
Santa Bárbara	1981	46	42	49	60	197	621
	1991	37	35	38	38	148	512
	2001	27	30	36	33	126	480
	2011	23	23	30	17	93	430
	2020	16	17	24	9	65	373
Santo Espírito	1981	107	85	103	103	398	1005
	1991	55	83	75	50	263	758
	2001	38	58	53	75	224	723
	2011	22	47	37	42	148	592
	2020	10	33	23	31	98	496
São Pedro	1981	96	69	69	72	306	788
	1991	78	77	80	71	306	811
	2001	57	62	66	73	258	841
	2011	50	55	65	57	227	859
	2020	34	43	55	51	183	838
Vila do Porto	1981	385	367	357	313	1422	3468
	1991	234	304	333	278	1149	3316
	2001	193	211	202	283	889	2997
	2011	146	151	162	210	668	2904
	2020	92	97	113	179	481	2684

Fonte: PROTA (2010) e Revisão do PDM (3ª fase)

2ª fase: Utilização dos valores da população residente, por município e freguesia, segundo a idade ano a ano (Censos de 1981, 1991 e 2001) para apuramento dos grupos etários 3 a 5, 6 a 9, 10 a 11, 12 a 14 e 15 a 17, e projecção do peso relativo da população destes grupos etários específicos para 2011 e 2020

Com base nos valores da população residente por ano de idade à data dos censos de 1981, 1991 e 2001, calcularam-se os quantitativos populacionais segundo os grupos etários específicos da população em idade escolar. Seguidamente calcularam-se os pesos relativos da população em idade escolar por grupos específicos no total da população dos 0 aos 19 anos de idade e projectou-se a tendência para os anos 2011 e 2020.

Tabela 1.17_Projecção para 2011 e 2020 do peso relativo da população em idade escolar, segundo os diferentes grupos etários, na população até aos 19 anos,

Freguesias		3 a 5	6 a 9	10 a 11	12 a 14	15 a 17
Almagreira	1981	0,12	0,14	0,08	0,13	0,17
	1991	0,13	0,27	0,12	0,15	0,09
	2001	0,12	0,17	0,14	0,13	0,19
	2011	0,13	0,21	0,18	0,14	0,18
	2020	0,13	0,22	0,21	0,14	0,19
Santa Bárbara	1981	0,14	0,17	0,08	0,17	0,19
	1991	0,21	0,18	0,11	0,15	0,16
	2001	0,14	0,20	0,08	0,21	0,13
	2011	0,17	0,21	0,09	0,21	0,09
	2020	0,17	0,23	0,09	0,23	0,06
Santo Espírito	1981	0,14	0,19	0,08	0,18	0,15
	1991	0,17	0,24	0,14	0,15	0,11
	2001	0,13	0,21	0,08	0,15	0,20
	2011	0,13	0,24	0,11	0,13	0,20
	2020	0,12	0,26	0,11	0,11	0,23
São Pedro	1981	0,13	0,17	0,11	0,12	0,15
	1991	0,13	0,20	0,10	0,16	0,15
	2001	0,13	0,19	0,11	0,14	0,15
	2011	0,13	0,21	0,11	0,17	0,15
	2020	0,13	0,21	0,12	0,18	0,15
Vila do Porto	1981	0,18	0,20	0,10	0,15	0,14
	1991	0,12	0,21	0,10	0,19	0,16
	2001	0,13	0,19	0,10	0,13	0,19
	2011	0,09	0,19	0,10	0,13	0,21
	2020	0,07	0,18	0,10	0,12	0,23

Fonte: Dados de 1981, 1991 e 2001 dos Recenseamentos Gerais da População (RGP); PROTA (2010) e Revisão do PDM (3ª fase)

3ª fase: Apuramento dos valores projectados dos quantitativos populacionais em idade escolar e segundo os grupos etários específicos

Considerando os pesos relativos projectados para 2011 e 2020, obtiveram-se os valores da população por grupo etário específico multiplicando os pesos relativos pelos valores da projecção inicialmente assumida (1ª fase) para o grupo dos 0 aos 19 anos.

Os resultados obtidos para a população em idade escolar constantes na tabela 1.18 permitem concluir que a população em idade escolar no município de Vila do Porto tenderá a diminuir até 2020, perdendo no período entre 2001 e 2020, 44% da sua população escolar. Esta tendência será seguida por todas as freguesias do concelho, sendo o grupo dos 3 aos 5 anos o que mais população irá perder, seguido pelo grupo dos 12 aos 14. O grupo com idades compreendidas entre os 10 e os 11 será o que terá uma variação menos negativa.

Esta diminuição da população em idade escolar resultará numa quebra do peso destes grupos na população total, embora se preveja uma variação do peso distinta para os diversos grupos etários.

Ao analisar o peso dos grupos em idade escolar na população até aos 17 anos verifica-se que o grupo dos 6 aos 9 anos é, em 2001 e 2011, o grupo com mais peso, aumentando em 2020, o que significa que existem grupos que irão perder população, de forma a este poder ganhar mais relevância, mesmo perdendo população. De facto o grupo dos 3 aos 5 anos irá perder a relevância registada em 2001 (17,5%), estimando-se para 2020 um peso de apenas 13,3%. Este passará a ser o grupo com menos peso na população até aos 17 anos, lugar que era ocupado pela população dos 10 aos 11 e dos 12 aos 14 anos, em 2001.

Tabela 1.18_ Projecção da população em idade escolar segundo os grupos etários específicos, para o município de Vila do Porto e respectivas freguesias

		Pop.Total	3 a 5	6 a 9	10 a 11	12 a 14	15 a 17
Município de Vila do Porto	1981	6500	403	469	242	382	377
	1991	5922	281	451	222	357	297
	2001	5578	217	316	173	232	299
	2011	5261	147	260	143	185	238
	2020	4797	96	194	110	133	188
Almagreira	1981	618	25	31	18	28	36
	1991	525	26	52	24	29	18
	2001	537	21	29	25	23	34
	2011	482	19	31	26	20	26
	2020	425	15	26	24	16	22
Santa Bárbara	1981	621	27	33	15	34	38
	1991	512	31	27	16	22	23
	2001	480	18	25	10	26	16
	2011	430	16	20	9	20	9
	2020	373	11	15	6	15	4
Santo Espírito	1981	1005	56	74	30	73	61
	1991	758	44	63	36	39	30
	2001	723	28	48	19	34	45
	2011	592	19	36	16	19	30
	2020	496	12	25	11	11	22
São Pedro	1981	788	40	53	33	36	45
	1991	811	41	62	32	48	45
	2001	841	34	49	29	37	38
	2011	859	30	47	26	37	33
	2020	838	24	39	21	33	27
Vila do Porto	1981	3468	255	278	146	211	197
	1991	3316	139	247	114	219	181
	2001	2997	116	165	90	112	166
	2011	2904	63	126	67	89	140
	2020	2684	34	88	48	58	112

Fonte: PROTA (2010) e Revisão do PDM (3ª fase)

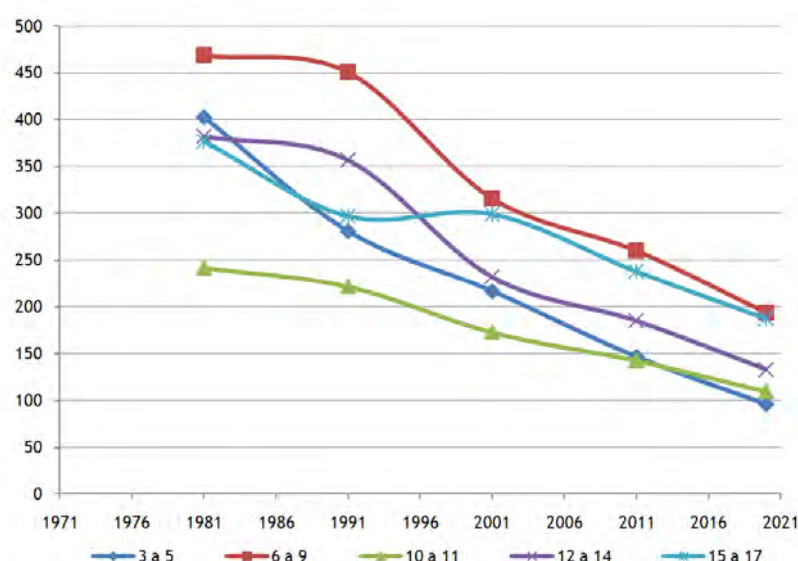
Estudando a população em idade escolar de forma mais específica, prevê-se a seguinte evolução (veja-se gráfico da figura seguinte):

- O número de crianças em idade de frequentar o **ensino pré-escolar** (3 a 5 anos) continuará com tendência a diminuir, prevendo-se entre 2001 a 2011 um decréscimo de 32%, diminuição que irá acentuar-se no período seguinte (2011-2020), passando assim o concelho a ter em 2020, menos de 100 crianças. Ao nível das freguesias, em 2001, Santa Bárbara representava a freguesia com menos crianças destas idades e a freguesia de Vila do Porto era a que tinha mais crianças deste grupo. Em 2020 espera-se que continue a ser a sede de concelho a que apresenta mais crianças em idade pré-escolar, embora sofra uma diminuição significativa. Por sua vez, a freguesia da Santa Bárbara será freguesia com menos crianças nestas idades em 2020. As freguesias de São Pedro e Almagreira serão as que perderão menos população dos 3 aos 5 anos.
- O número de crianças em idade de frequentar o **1º ciclo do ensino básico** (6 a 9 anos) continuará com tendência a diminuir, prevendo-se que entre 2001 e 2011 uma diminuição de cerca de 39%, atenuando no período seguinte (2011-2020) em que se espera uma regressão de 25%. Ao nível das freguesias, em 2001, Vila do Porto representava a freguesia com mais crianças destas idades e a freguesia de Santa Bárbara era a que tinha menos crianças entre os 6 e os 9 anos. Em 2020 espera-se que continue a ser a freguesia de Vila do Porto com mais crianças entre os 6 e os 9 anos

de idade, embora sofra uma diminuição de 47 %. Em 2020 a freguesia de Santa Bárbara terá menos 40% do que em 2001, não sendo, contudo, a freguesia que mais perde população deste grupo, esse lugar cabe a Vila do Porto. As freguesias de Almagreira e S. Pedro serão as que perderão menos população dos 6 aos 9 anos, 10% e 20% respectivamente.

- No que diz respeito ao número de crianças em idade de frequentar o **2º ciclo do ensino básico** (10 e 11 anos) continuará com tendência a diminuir, prevendo-se que de 2001 a 2011 este grupo veja a sua população regredir em 17%, acentuando-se no período seguinte (2011-2020), esperando-se um decréscimo de 23%. Assim, o concelho passará de 173 crianças em 2001 para 110 em 2020. Ao nível das freguesias, em 2001, Vila do Porto representava a freguesia com mais crianças destas idades, seguida pelas freguesias de S. Pedro e Almagreira. Em 2020 espera-se que continue a ser sede de concelho a apresentar mais crianças em idade de frequentar o 2º ciclo, embora sofra uma diminuição de 47 %.
- Relativamente ao número de crianças em idade de frequentar o **3º ciclo do ensino básico** (dos 12 aos 14 anos), este continuará a decrescer, prevendo-se que entre 2001 e 2011 este grupo veja a sua população diminuir em 20%, tendência que irá acentuar-se no período seguinte (2011-2020), esperando-se uma diminuição de 28%, passando assim o concelho a ter em 2020, cerca de 133 crianças dos 12 aos 14 anos. Ao nível das freguesias, em 2001, Vila do Porto, mais uma vez, representava a freguesia com mais crianças destas idades, seguida de São Pedro. Em 2020 a freguesia de Santo Espírito terá apenas 11 crianças entre os 12 e os 14 anos, sendo a que mais perde população desta faixa etária. As freguesias de São Pedro e Almagreira serão as que perderão menos população dos 12 aos 14 anos.
- O número de jovens em idade de frequentar o **ensino secundário** (15 a 17 anos) continuará com tendência a diminuir, prevendo-se que de 2001 a 2011 este grupo veja a sua população regredir em 20%, acentuando-se no período seguinte (2011-2020): perspectiva-se um decréscimo de 21%, passando assim o concelho a ter cerca de 200 jovens dos 15 aos 17 anos, menos 111 do que em 2001. Ao nível das freguesias, em 2001, Vila do Porto representava a freguesia com mais indivíduos destas idades, sendo desta vez precedida pelas freguesias de Santo Espírito e S. Pedro. Em 2020 espera-se que continue a ser a freguesia de Vila do Porto a apresentar mais jovens em idade de frequentar o ensino secundário, embora sofra uma diminuição de 32%. Em 2020 a freguesia de Santa Bárbara terá menos 75% de jovens nestas idades do que em 2001, sendo a freguesia que mais perde população deste grupo. São Pedro e Almagreira serão as que perderão menos população dos 15 aos 17 anos.

Figura 1.16_ Projecção da população em idade escolar no concelho de Vila do Porto



Fonte: Quaternaire Portugal

2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA E TERRITORIAL DO CONCELHO

2.1. Caracterização da actividade económica e qualificação dos recursos humanos

2.1.1. Nível de actividade económica e desemprego

No concelho de Vila do Porto, em 2001, dos **3810** residentes em idade activa, cerca de 2376 eram considerados activos, ou seja, estavam empregados ou desempregados à procura de emprego, correspondendo a uma taxa de actividade de aproximadamente 62%, ligeiramente inferior à registada na RAA (64%).

A informação relativa ao tecido produtivo e ao emprego permite uma boa aproximação à realidade do concelho de Vila do Porto (escala da freguesia), de forma a caracterizar a estrutura de emprego e desemprego do concelho. Contudo, esta informação apenas diz respeito ao local de residência dos empregados, e não ao respectivo local de trabalho, não sendo possível englobar os activos empregados que se deslocam diariamente para este concelho para trabalhar. Porém, considerando o nível de insularidade e as deslocações pendulares abordadas no capítulo anterior, é possível concluir desde já que os valores destas deslocações não têm grande impacto nos dados que se apresentam seguidamente.

Tabela 2.1_indicadores de emprego, por sector, por freguesia e lugar, em 2001

Freguesia/Lugar	Residentes empregados por sector de actividade (%)				Residentes Desempregados	Taxa de Desemprego
	Sector primário	Sector secundário	Sector Terciário	Total residentes empregados		
RAA	13,5	29,1	57,4	104989	2526	2,4
Concelho de Vila do Porto	9,1	19,1	71,8	2176	200	8,4
<i>Almagreira</i>	11,2	24,9	63,9	205	28	12,0
<i>Santa Barbara</i>	24,7	20,9	54,4	158	17	9,7
<i>Santo Espírito</i>	24,0	26,3	49,8	217	23	9,6
<i>São Pedro</i>	11,0	27,3	61,7	337	26	7,2
<i>Vila do Porto</i>	3,7	14,5	81,8	1259	106	7,8

Fonte:INE, Censo 2001; SREA, 2001

Os dados relativos à estrutura empresarial ilustram a distribuição das empresas, estabelecimentos e pessoas ao serviço, por actividades económicas e dimensão.

De acordo com os dados do Anuário Estatístico da RAA de 2008, existiam no concelho de Vila do Porto em 2007 cerca de 413 empresas (incluindo empresas individuais), que empregavam 905 indivíduos.

A tabela seguinte apresenta uma comparação das dinâmicas empresariais da RAA e do concelho de Vila do Porto, baseada nos dados mais recentes divulgados pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional. Segundo os dados apresentados, existiam na RAA, em 2008, 8.766 estabelecimentos de empresas (assim designado por incluir as sedes de empresas e suas filiais) o que corresponde a uma variação positiva de 51,6% face ao ano 1999. Para o mesmo período, Vila do Porto apresentou um crescimento de 53,7% o que significa um aumento de 73 estabelecimentos no concelho, totalizando 209 estabelecimentos (em 2008). Relativamente às empresas sedeadas no concelho, registou-se um crescimento de 37,3%, mais significativo do que o verificado na RAA.

Tabela 2.2_ Total e variação de estabelecimentos e empresas na última década (1999-2008)

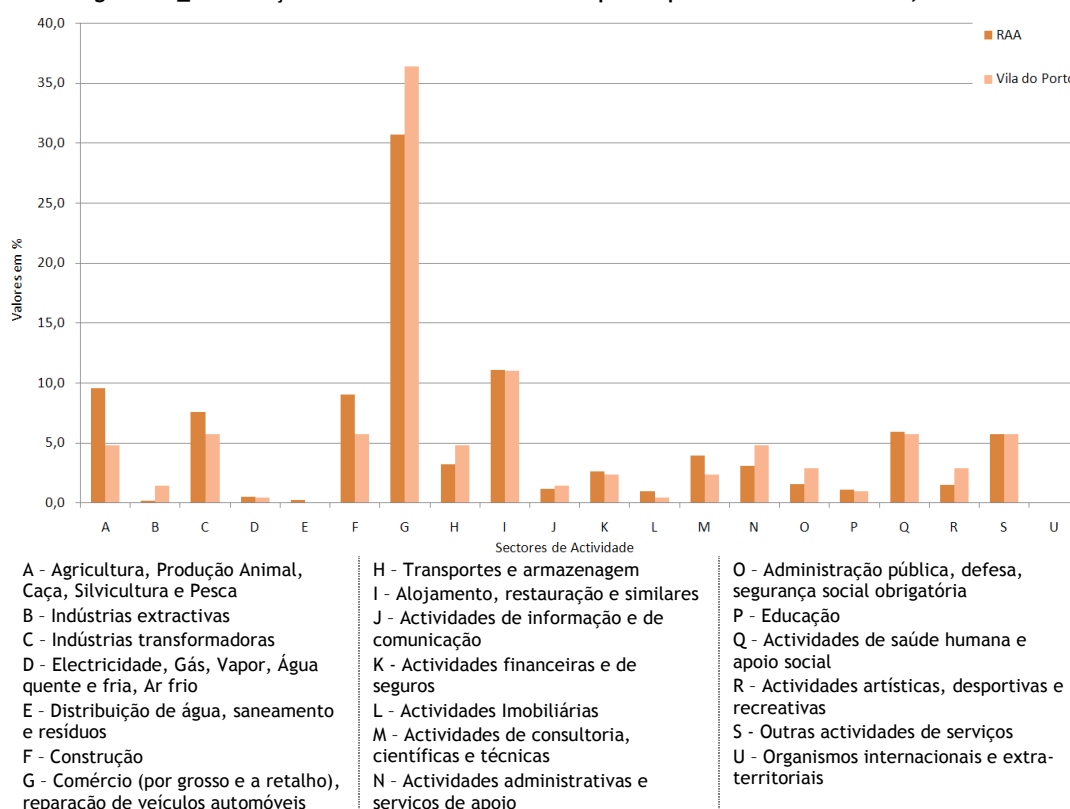
Unidade Geográfica	Total de empresas sedeadas nos Açores		Taxa de Variação (%)	Total de estabelecimentos		Taxa de Variação (%)
	1999	2008		1999	2008	
RAA	4604	6267	36,1	5 782	8766	51,6
Vila do Porto	102	140	37,3	136	209	53,7

Fonte: Dados publicados na RAA pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional, Estrutura empresarial por ilhas e concelhos 2008 e Quadros de Pessoal da RAA 1999

No que se refere à distribuição dos estabelecimentos de empresas por sector de actividade (segundo a classificação das actividades económicas - CAE), através da figura 2.1, é possível verificar que os sectores de actividade seguem, no concelho de Vila do Porto, a mesma tendência de evolução da RAA, com excepção do sector da “Agricultura, produção animal, Silvicultura, Caça e Pesca” e da indústria transformadora, indicando um nível de especificidade do tecido empresarial pouco significativo. Existem, no entanto, sectores nos quais o volume de crescimento foi muito superior ao da Região, como foi o caso da “Construção” e das “Actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas”.

A Classe G correspondente ao “Comércio” é a que mais peso tem no concelho, com cerca de 36% do total de estabelecimentos existentes em Vila do Porto, percentagem semelhante à média da RAA (31%), seguido pelo sector do “Alojamento, restauração e similares” (I), que representa em Vila do Porto 12% das empresas, à semelhança do que se verifica na Região. Importa também referir que os estabelecimentos do sector da Administração Pública, Educação, Saúde e Outras actividades de serviços colectivos (Classes OPQRS), representam no concelho de Vila do Porto entre 2,5 e 6% das actividades existentes, um peso equivalente ao que têm na RAA.

Figura 2.1_Distribuição dos estabelecimentos de empresas por sector de actividade, em 2008



Fonte: Dados publicados na RAA pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional, Estrutura empresarial por ilhas e concelhos 2008, 2009

Com vista à análise da distribuição das empresas por classe de actividade ao nível das freguesias, recorreu-se aos dados da Base Belém de 2009. Porém, a Base Belém apenas apresenta dados sobre a sede da empresa e não sobre os seus estabelecimentos.

Tabela 2.3_Distribuição das empresas por classe de actividade, por freguesia, em 2008

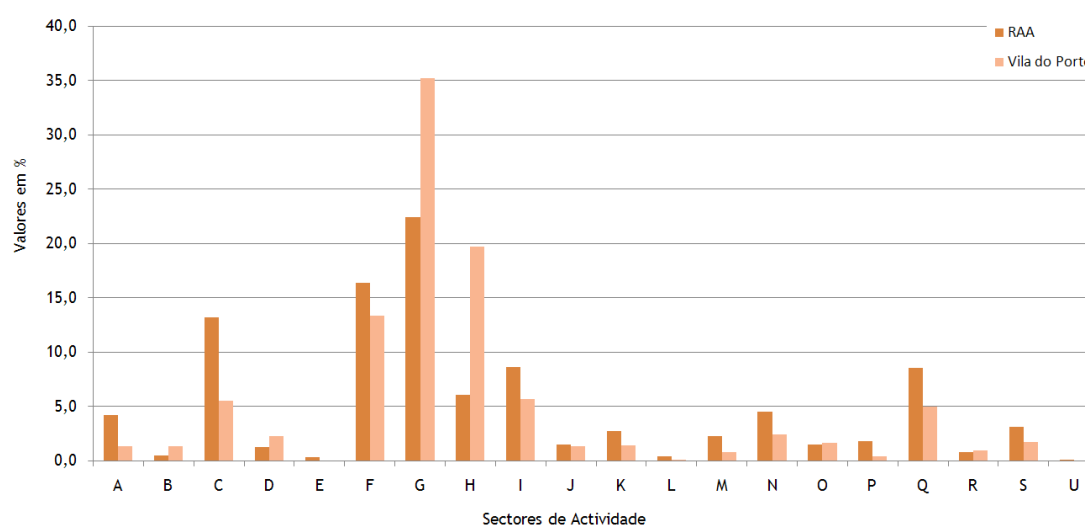
	AB	CD	F	G	H	I	JK	LMNO	Total
São Pedro	1	2	2	0	3	0	1	1	
Santo Espírito	0	6	0	0	3	0	2	1	
Santa Bárbara	0	0	2	2	2	0	0	1	
Almagreira	0	0	0	1	5	0	2	0	
Vila do Porto	3	7	7	59	21	6	16	31	
Total (Concelho)	4	15	11	62	34	6	21	34	

Fonte: Base de Belém, 2009

Assim, em 2008, existiam no concelho de Vila do Porto 188 empresas, das quais 80% (cerca de 150 estabelecimentos) estavam sedeadas na freguesia sede de concelho, seguindo-se a freguesia de Santo Espírito com 6,3% das empresas e São Pedro com 5,3%. Em último lugar encontrava-se Almagreira com 4,2% e Santa Bárbara com 3,7%.

Recorrendo à análise da figura 2.2, onde se ilustra o tipo de empresa predominante em cada freguesia (segundo a CAE), é possível constatar que em Vila do Porto o sector de actividade predominante é o Comércio (40%) e os estabelecimentos de Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades de Serviços Colectivos (21%). Na freguesia de Almagreira predominam as empresas ligadas ao Alojamento e à Restauração (65%), verificando-se em Santa Bárbara um relativo equilíbrio entre o número de empresas de Construção, Comércio por Grosso e a Retalho e empresas do sector de Alojamento e Restauração. As empresas ligadas à Indústria Extractiva e Transformadora dominam a actividade empresarial de Santo Espírito (50%) e na freguesia de São Pedro assumem maior relevância as empresas de Alojamento e Restauração (30%), logo seguidas pelo sector da Construção e das Indústrias extractiva e Transformadora, ambas a representar 20% do total das empresas sedeadas na freguesia.

Figura 2.2_Distribuição do pessoal ao serviço nos estabelecimentos de empresas por sector de actividade, em 2008



Fonte: Dados publicados na RAA pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional, *Estrutura empresarial por ilhas e concelhos 2008, 2009*

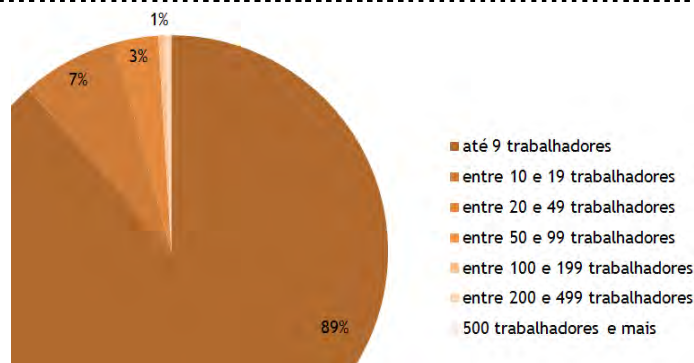
Relativamente à dimensão dos estabelecimentos existentes, em termos do número de pessoas ao serviço, constata-se que a maioria das empresas em Vila do Porto tem um número reduzido de trabalhadores: cerca de 89% das empresas possuem menos de 10 trabalhadores, existindo apenas 9 empresas com mais de 20 trabalhadores em todo o concelho (veja-se tabela 2.3).

Considerando os valores registados na RAA, verifica-se que o parque empresarial é igualmente dominado por micro empresas (menos de 10 trabalhadores), revelando uma percentagem semelhante à média do concelho (85%).

Tabela 2.4_Empresas por número de trabalhadores ao serviço, em 2008

Unidade Geográfica	Total de estabelecimentos	Pessoas ao Serviço (nº)						
		< 10	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais
RAA	8766	7498	749	363	109	33	14	0
Vila do Porto	209	185	15	7	0	1	1	0

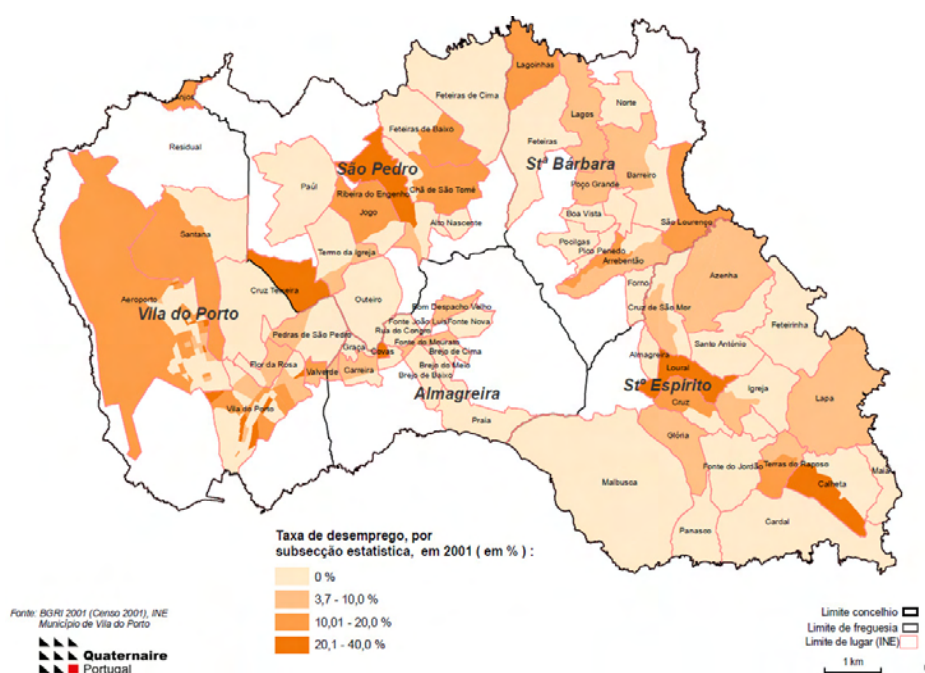
Gráfico



Fonte: Dados publicados na RAA pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional, *Estrutura empresarial por ilhas e concelhos 2008, 2009*

No que se refere ao desemprego, em 2001, existiam no concelho de Vila do Porto 200 residentes desempregados, correspondendo a uma taxa de desemprego de 8,4%. Este valor é bastante superior ao registado no mesmo ano a nível nacional (6,8%), e ainda mais se compararmos com a média da RAA que é de 2,4%. Ainda segundo os valores da Tabela 2.4, verifica-se que as freguesias possuem uma taxa de desemprego semelhante, sendo a taxa mais elevada registada na freguesia de Almagreira (12%) e a mais baixa na freguesia de São Pedro (7,2%).

Figura 2.3_Taxa de desemprego, por subsecção estatística, em 2001

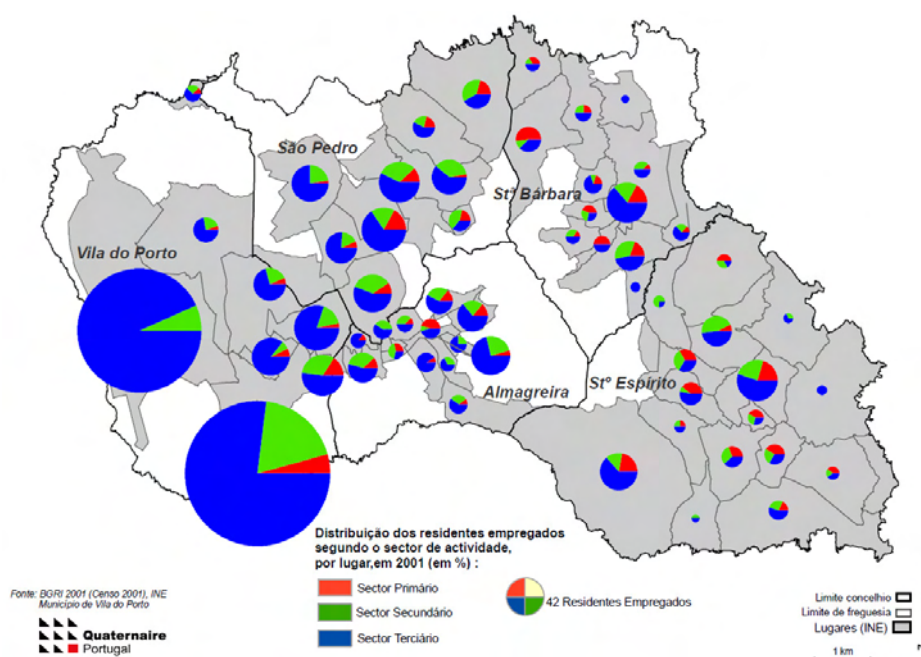


2.1.2. Estrutura do emprego, sectores de actividade económica e localização

Em termos de distribuição do emprego por sectores de actividade, o sector terciário é o mais representativo com cerca de 71,8% da população empregada (dados de 2001) - superior à média regional (57,4% -, seguido do sector secundário (19,1%) e por último o primário (9,1%).

Ao nível da freguesia, é possível destacar Vila do Porto, como a que apresenta a maior percentagem de população activa empregada no sector terciário (mais de 81%), seguida da freguesia de Almagreira com cerca de 63% (veja-se Figura 2.4).

Figura 2.4_Distribuição dos indivíduos residentes empregados de acordo com o sector de actividade, em 2001 e segundo a dimensão dos lugares



Analisando agora cada sector de actividade segundo o número de pessoas ao serviço em 2008, no concelho de Vila do Porto existiam 1.277 indivíduos residentes a trabalhar nos estabelecimentos de empresas (fonte - Quadros de Pessoal da RAA, 2009). Pode verificar-se que nem sempre os sectores mais representativos em termos de número de estabelecimentos correspondem àqueles que mais peso têm quanto ao número de trabalhadores que empregam.

Assim sendo, o sector mais representativo segundo a variável “nº de pessoas ao serviço” é o sector do “Comércio” (Classe G) que emprega cerca de 35% dos residentes em Vila do Porto ao serviço de empresas, percentagem bastante superior à média da RAA (22,5%), sendo também o sector de actividade mais representativo em termos de nº de pessoas ao serviço. Por ordem decrescente, em Vila do Porto, surge o sector dos “Transportes e armazenagem” (H) com cerca de 20% dos trabalhadores em empresas (21%) e ainda o sector da Construção (F) com aproximadamente 14%.

De referir ainda que existem no concelho três sectores de actividade com valores na ordem dos 5% do total de pessoas ao serviço - como é o caso da “Indústria transformadora”, do “Alojamento, restauração e similares” e das actividades ligadas à saúde e apoio social - e os restantes não ultrapassam os 2,5%. Neste contexto, Vila do Porto não segue o mesmo padrão da Região, onde os estabelecimentos de Indústria transformadora e de actividades relacionadas com o turismo assumem um papel mais significativo em termos do nº de pessoas que empregam.

Relativamente ao sector secundário, as freguesias de São Pedro e Santo Espírito apresentam maior número de lugares acima da média do concelho, valores estes mais aproximados da média da RAA. A sede de concelho regista menor percentagem de empregados no sector secundário (abaixo dos 19%), com destaque para o lugar do Aeroporto onde apenas 6,6% dos residentes têm emprego neste tipo de actividades.

Por fim, a percentagem de emprego no sector primário no concelho de Vila do Porto é a mais aproximado da média regional, cerca de 9,1% e 13,5% respectivamente. É o sector de actividade com menor representatividade na estrutura do emprego, embora seja de referir que este sector apresenta um peso maior no concelho e na RAA relativamente à média nacional (5%). Ao nível das freguesias destacam-se claramente Santa Bárbara e Santo Espírito com cerca de 24% da população activa empregada neste sector, como se pode verificar na figura anterior, sendo também as que registam maior número de lugares com percentagens de empregados no sector primário acima da média concelhia. Por seu turno, as freguesias de Vila do Porto e São Pedro registam os menores índices de emprego no sector primário (3,7% e 11%, respectivamente) embora o valor da segunda se encontre já acima da média concelhia.

2.1.3. Qualificação dos trabalhadores

Relativamente à qualificação dos trabalhadores no concelho, foram considerados na presente análise os dados disponíveis no Anuário Estatístico Regional da RAA 2009, relativo ao ano de 2008.

Tabela 2.5 _Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações (2009)

	Total	Inferior ao 1º CEB	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
RAA	43 096	604	9 260	9 637	10 848	8 441	326	3 698	65	18
Vila do Porto	955	...	195	198	243	208	...	55	0	0

Fonte: SREA - Anuário Estatístico Regional RAA, 2009.

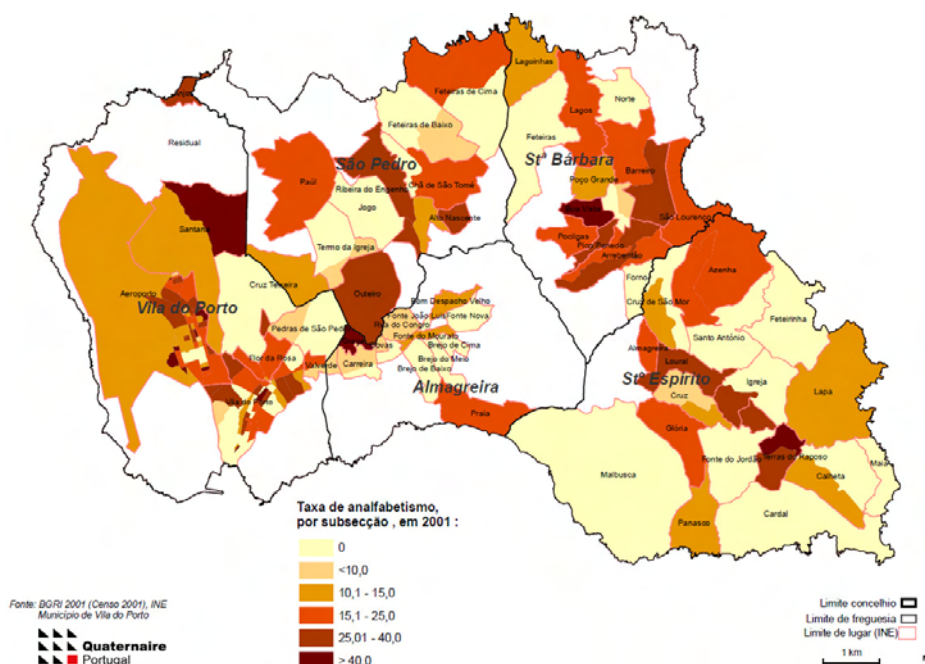
Considerando os valores apresentados na tabela anterior, verifica-se um predomínio de trabalhadores por conta de outrem cujas habilitações literárias não vão além do 3º ciclo do ensino básico, cerca de 66% %. Em comparação com a RAA, ao nível da percentagem de trabalhadores com licenciatura que apesar de baixa, na RAA (9%), é significativamente superior ao peso destes trabalhadores no concelho de Vila do Porto (6%).

No sentido de se poder obter uma caracterização aproximada ao nível da freguesia, optou-se por analisar os dados referentes à qualificação dos residentes, com base nos dados do Censo de 2001 do INE, à escala da subsecção estatística.

De acordo com informação estatística, aproximadamente 20,5 % dos residentes do concelho de Vila do Porto são analfabetos, um valor elevado que se revela enquadrado nos valores da Região, onde a taxa de analfabetismo parece afigurar-se como um fenómeno ainda preocupante (a média nacional era de 14,9%, em 2001). Este fenómeno tem maior incidência nas freguesias de Santa Bárbara e São Pedro com taxas de analfabetismo superiores a 24%. Por oposição, a freguesia de Vila do Porto (17,6%) é a que apresenta a taxa de analfabetismo mais baixa, inferior à média da ilha.

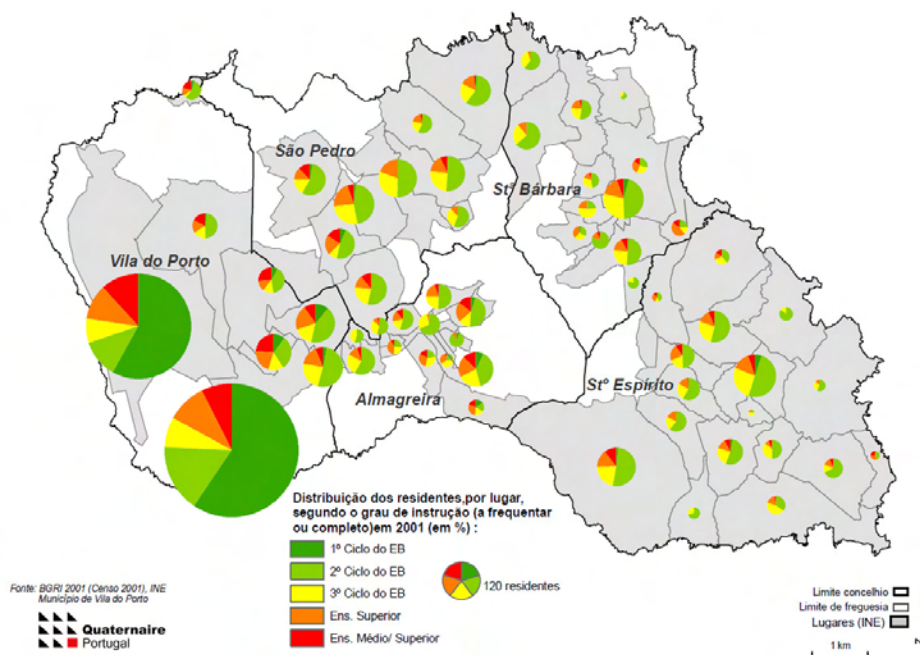
Na figura seguinte pode observar-se o padrão da distribuição da taxa de analfabetismo no concelho de Vila do Porto, em 2001, à escala da subsecção estatística. Vila do Porto apresenta, do ponto de vista do ensino, um comportamento semelhante ao verificado na generalidade dos concelhos a nível nacional, comportamento esse que se caracteriza por uma maior preponderância de população residente cujo grau de ensino concluído e/ou a frequentar, não ultrapassa o 3º ciclo do básico (o ensino obrigatório correspondia até recentemente ao 9º ano de escolaridade).

Figura 2.5_Taxa de analfabetismo, por subsecção estatística, em 2001



Deste modo, em 2001, no concelho de Vila do Porto, cerca 4 049 residentes (79%) frequentavam ou haviam concluído ensino básico; 716 residentes (14%) frequentavam ou possuíam ensino secundário e apenas 7% frequentavam ou detinham curso médio e/ou ensino superior. Percebe-se que em todas as freguesias do concelho se regista uma diferença nítida entre residentes a frequentar ou que concluíram o ensino básico (3º ciclo) e os que concluíram ou estão a frequentar o ensino secundário (ensino obrigatório), indiciando algum abandono escolar precoce nesta transição.

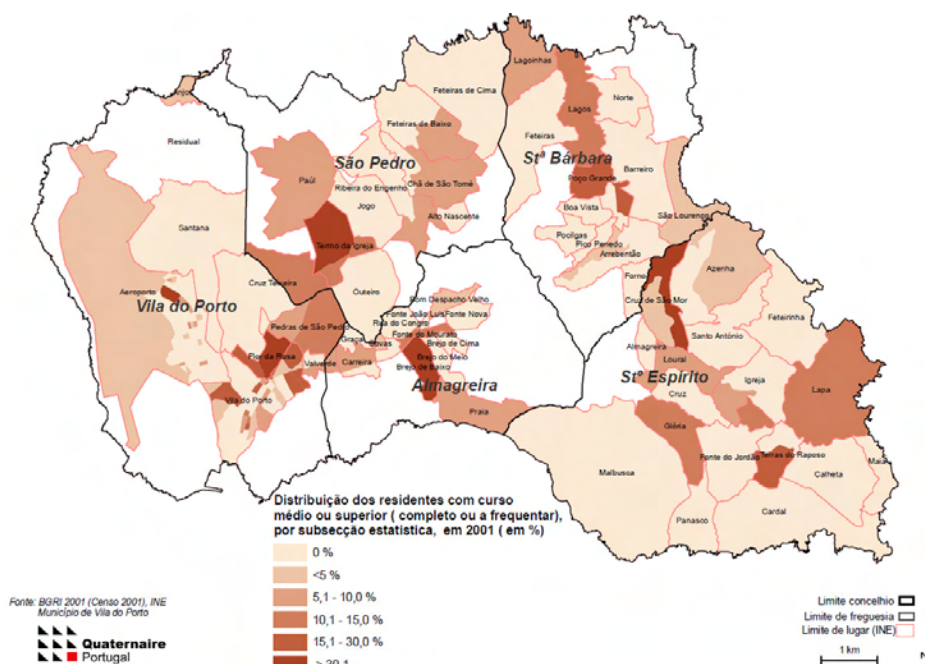
Figura 2.6_Distribuição da população residente por lugar, segundo o grau de instrução, em 2001



É justificável que exista um reduzido número de residentes com curso superior, desde logo, pelo isolamento geográfico, carências económicas e limitações demográficas, relacionadas

com ausência de estabelecimento de ensino superior na ilha. Analisando apenas os residentes que frequentam ou já concluíram o ensino médio ou superior, é possível afirmar que é no principal centro populacional do concelho, Vila do Porto, que se registam taxas de qualificação superior mais elevadas, residindo nesta freguesia 279 dos efectivos com curso médio/superior, 82,5% do total concelhio.

Figura 2.7_Distribuição dos residentes com curso médio ou superior (completo ou a frequentar), por subsecção estatística, em 2001



Como se pode ver nas Figuras 2.7 e 2.8, conjuntamente com a análise da Tabela 2.7, são os lugares de Vila do Porto e Aeroporto que apresentam melhores níveis de qualificação superior dos seus residentes, representando 37,6% e 36,9% do total concelhio de população com o grau de ensino médio ou superior.

2.2. Política de ordenamento do concelho

2.2.1. Hierarquização dos aglomerados

Para analisar e ordenar a oferta educativa do município torna-se fundamental perceber o modo de ocupação e organização da estrutura urbana do território, uma vez que a oferta de emprego, os custos de habitação e as acessibilidades originam dinâmicas e fluxos populacionais para os aglomerados mais atractivos.

Neste ponto pretende-se caracterizar a rede urbana do concelho de Vila do Porto, tendo por base o Plano Director Municipal, que se encontra actualmente em revisão. Assim, foram analisados os documentos da 1ª fase de revisão - que constituem os estudos de caracterização e diagnóstico - e os da 3ª fase, que traduzem a proposta de modelo de ordenamento do território municipal.

Figura 2.8_Hierarquia da rede urbana municipal

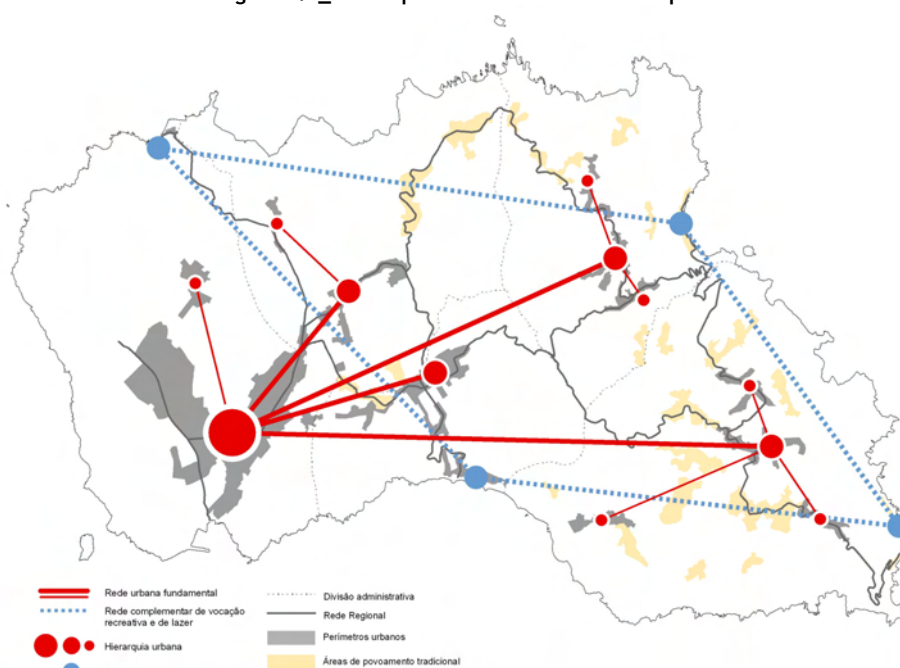


Tabela 2.6_Aglomerados urbanos do concelho de Vila do Porto

Freguesia	Aglomerado urbano
Vila do Porto	Vila do Porto
	Valverde
	Santana
	Anjos
São Pedro	Paúl
	São Pedro
Santa Bárbara	Lagos
	Santa Bárbara
	Arrebentão
	Santo António
Santo Espírito	Santo Espírito
	Calheta
	Malbusca
	Almagreira
Almagreira	Praia Formosa

Fonte: 3ª fase de Revisão do PDM de Vila do Porto - Proposta Final (Volume 2 - Relatório, Novembro 2010)

Grande parte do povoamento ocupa o interior do concelho - onde as condições de relevo e as moderadas altitudes permitem o desenvolvimento das actividades humanas - apresentando uma rede urbana municipal constituída por 15 aglomerados urbanos (veja-se tabela 2.7), estruturada segundo três níveis:

- I. **Vila do Porto**, o principal centro urbano, que concentra o maior número de equipamentos, serviços e funções diferenciadoras;
- II. **Almagreira, São Pedro, Santa Bárbara, Santo Espírito** - engloba as sedes de freguesia, que assumem funções importantes na rede urbana municipal;
- III. restantes aglomerados urbanos - **Paúl, Santana, Valverde, Lagos, Arrebentão, Santo António, Calheta e Malbusca** - os quais apresentam uma matriz tradicional de

ocupação essencialmente habitacional, dependentes das sedes de freguesia onde se encontram.

O modelo de ordenamento da rede urbana municipal apresenta ainda uma **rede complementar** constituída por áreas fundamentalmente relacionadas com as **actividades de recreio e lazer**, onde se integram as baías da **Praia Formosa, Maia, São Lourenço e Anjos**, as quais se encontram associadas às zonas balneares e áreas de vocação recreativa, representando importantes estruturas para o desenvolvimento económico e turístico do concelho, a que correspondem tipologias de ocupação específicas do território.

Finalmente, no modelo de ordenamento do concelho de Vila do Porto foram ainda consideradas 23 **áreas de povoamento tradicional**, constituídas por espaços delimitados no solo rural, onde se privilegia o carácter marcadamente rural do povoamento típico de Santa Maria, com funções maioritariamente residenciais e associadas às actividades do espaço rural.

Tabela 2.7_Áreas de povoamento tradicional do concelho de Vila do Porto

Freguesia	Áreas de povoamento tradicional
Vila do Porto /Almagreira	Graça
	Courelas
São Pedro	Ribeira do Engenho
	Feteiras de Baixo / Chã de João Tomé
	Feteiras de Cima
Santa Bárbara	Lagoinhas
	Norte
	Feteiras
	São Lourenço
	Barreiro
	Forno
	Cruz de S. Mor
	Feteirinha
Santo Espírito	Azenhas
	Loural
	Fonte do Jordão/Glória
	Cruz
	Maia
	Terra do Raposo
	Panasco
	Cardal
	Além
	Lagoa

Fonte: 3ª fase de Revisão do PDM de Vila do Porto - Proposta Final (Volume 2 - Relatório, Novembro 2010)

A ocupação do território apresenta estruturas de desenvolvimento muito distintas, não sendo possível tipificar a organização dos aglomerados urbanos do concelho. Importa realçar o carácter rural da estrutura urbana municipal, de matriz tradicional, isto é, caracterizada por uma ocupação dispersa em quase todo o território, sobretudo nas freguesias de Santa Bárbara, Santo Espírito, São Pedro e com alguma expressão em Almagreira, embora esta última seja mais influenciada pela proximidade da sede de concelho. A freguesia de Vila do Porto, com uma maior percentagem de área urbana, apresenta dois grandes centros urbanos - a sede de freguesia e a área junto ao Aeroporto - de desenvolvimento essencialmente associado às vias de comunicação e ditado pela presença das infra-estruturas portuária e aeroportuária.

As propostas que constam da 3ª fase de Revisão do PDM contribuem igualmente para a definição da hierarquia urbana apresentada e encontram-se sintetizadas no quadro seguinte:

Tabela 2.8_Objectivos e estratégias específicas dos aglomerados urbanos do concelho

Aglomerado urbano	Propostas
Vila do Porto	- Promover a reabilitação dos edifícios mais antigos tendo em vista melhorar o estado de conservação e as condições de habitabilidade e salubridade, com destaque para os edifícios em avançado estado de degradação localizados no centro histórico; - Apostar na reconversão das áreas urbanas do Aeroporto, através da requalificação e consolidação do tecido urbano ocupado, da criação de condições de atracção de actividades complementares à função residencial e da promoção do realojamento das famílias ainda residentes em alojamentos precários; - Apostar no desenvolvimento de actividades económicas incentivando a fixação de actividades de serviços de apoio à função residencial; - Promover a implementação de medidas de incentivo à fixação de residentes, nomeadamente através da requalificação dos bairros habitacionais existentes, em avançado estado de degradação e de apoios à reabilitação, ao arrendamento, entre outros; - Fomentar o aproveitamento das infra-estruturas do Aeroporto de Santa Maria e das suas potencialidades de ampliação/reestruturação, com vista à instalação de novas actividades relacionadas com a aviação, contribuindo para a recuperação da história do povoamento da ilha e da época do seu maior desenvolvimento.
Almagreira e São Pedro	- Instituir critérios de organização e distribuição de usos que potenciem o desenvolvimento económico incentivando a fixação de actividades de serviços de apoio à função residencial; - Promover a requalificação do tecido urbano e dos espaços públicos, visando o desenvolvimento turístico que poderá surgir com a instalação do futuro Campo de Golfe; - Consolidar das áreas urbanas segundo o critério de continuidade da ocupação; - Fomentar a contenção, de uma forma geral, dos aglomerados urbanos.
Santa Bárbara e Santo Espírito	- Prever regras e parâmetros de edificabilidade que promovam a manutenção das características construtivas locais, nomeadamente nas obras de reconstrução/reabilitação e ampliação das edificações existentes e novas construções; - Instituir critérios de organização e distribuição de usos que potenciem o desenvolvimento económico, incentivando a fixação de actividades de serviços de apoio à função residencial e melhoria da oferta de equipamentos colectivos; - Localizar as áreas urbanas em áreas de declive suave, isto é, em terrenos morfologicamente adequados à construção, assim como as áreas de povoamento tradicional; - Fomentar a contenção, de uma forma geral, dos aglomerados urbanos; - Promover a salvaguarda e beneficiação de património edificado associado a manifestações etnográficas (património religioso, impérios, fontanários,...) no âmbito do planeamento dos núcleos rurais.
Restantes aglomerados urbanos	- Reforçar a complementaridade com as respectivas sedes de freguesia, nomeadamente através da distribuição das funções terciárias de apoio ao uso habitacional; - Contrariar a expansão urbana em áreas de risco ou áreas de recursos.
Anjos e Praia Formosa	- Promover a elaboração dos planos de pormenor e projectos específicos, tendo por base os objectivos definidos no âmbito do POOC de Santa Maria; - Promover a estruturação e requalificação das zonas balneares e delimitação de áreas de vocação recreativa e de lazer em função da respectiva capacidade de carga; - Equacionar a realocação das edificações existentes em áreas vulneráveis ou áreas de risco (ameaçadas por cheias, risco de erosão e instabilidade de vertentes) - este objectivo é especialmente importante porque tem em vista a salvaguarda e protecção de pessoas e bens.
São Lourenço e Maia	- Impedir a realização de novas construções, apostando na reabilitação e ampliação das edificações existentes, quando se verificarem problemas de salubridade e segurança; - Promover a estruturação e requalificação das zonas balneares e delimitação de áreas de vocação recreativa e de lazer em função da respectiva capacidade de carga; - Equacionar a realocação das edificações existentes em áreas vulneráveis ou áreas de risco (ameaçadas por cheias, risco de erosão e instabilidade de vertentes) - este objectivo é especialmente importante porque tem em vista a salvaguarda e protecção de pessoas e bens.
Áreas de povoamento tradicional	Apostar na reprodução do modelo de ocupação tradicional do povoamento característico de Santa Maria e na valorização da casa típica mariense, nomeadamente através da criação de regras de distribuição no território, de escala, volumetria e características das

Aglomerado urbano	Propostas
	edificações;
	▪ Promover a manutenção das características construtivas tradicionais da ilha, nomeadamente através do incentivo à reconstrução das edificações existentes degradadas/devolutas em detrimento da construção de raiz;
	▪ Promover a manutenção da associação das edificações a actividades complementares, designadamente as actividades agrícolas ou agro-florestais e ao sector turístico.

Fonte: 3ª fase de Revisão do PDM de Vila do Porto - Proposta Final (Volume 2 - Relatório, Novembro 2010)

Importa referir que a proposta de revisão do PDM não apresenta áreas de expansão urbana, tendo em consideração, por um lado, o fraco grau de consolidação do tecido urbano dos aglomerados do concelho (em que cerca de 60% dos espaços a consolidar apresentam actualmente condições favoráveis ao aparecimento de novas construções, na perspectiva do preenchimento de grandes áreas sem ocupação) e, por outro, a introdução do conceito de áreas de povoamento tradicional, localizadas no solo rural, para as quais se preconiza a manutenção do modelo espacial de ocupação do solo e a manutenção do seu carácter típico do povoamento da ilha de Santa Maria.

No entanto, o modelo de ordenamento proposto prevê a inclusão de espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística de urbanização programada (15.2ha), tendo em consideração as expectativas de desenvolvimento e instalação de algumas actividades industriais e de logística, com parecer favorável da Câmara Municipal, e dada a situação de lotação da capacidade actual das áreas existentes.

2.2.2. Acessibilidades e transportes

O sistema de transportes e acessibilidades do concelho de Vila do Porto integra as redes de infra-estruturas de transporte e os equipamentos de mobilidade.

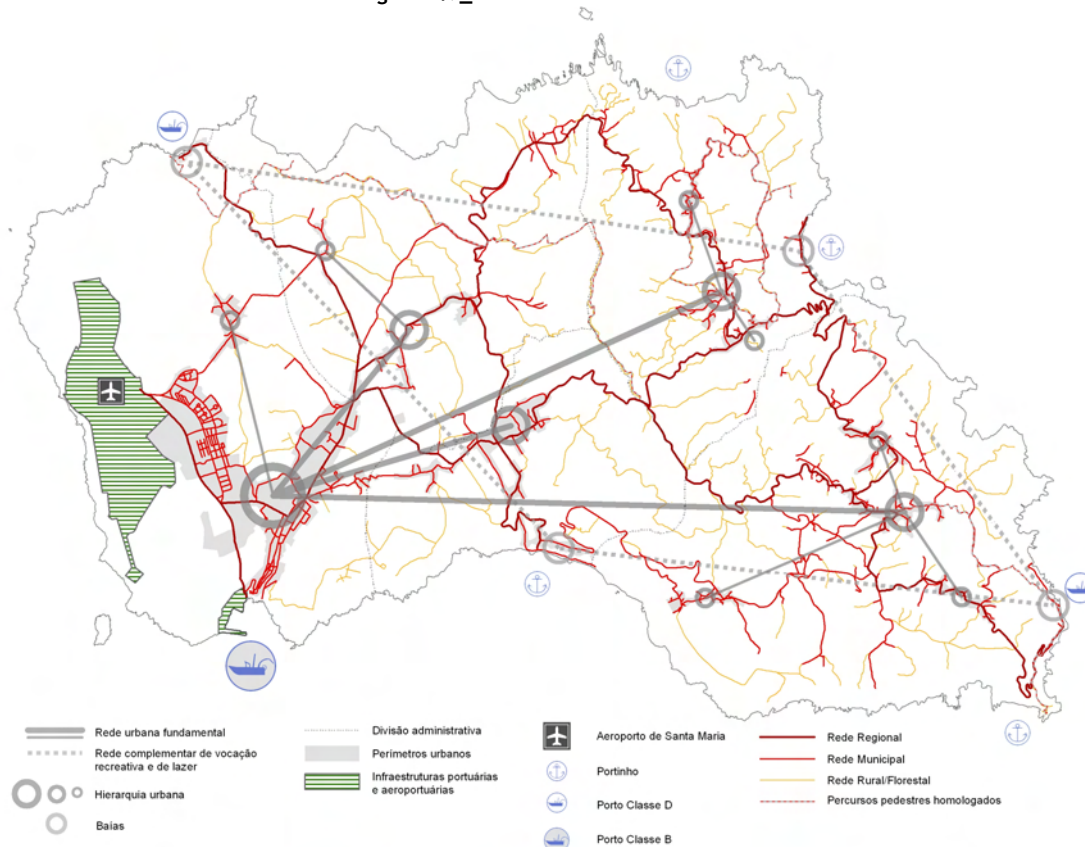
A acessibilidade ao concelho de Vila do Porto é assegurada sobretudo pela infra-estrutura aeroportuária existente, o Aeroporto de Santa Maria - a maior infra-estrutura de Aeronáutica Civil da Região Autónoma dos Açores., com capacidade para movimentar menos de 500 000 mil passageiros por ano, recebendo actualmente sobretudo aeronaves do tipo ATP.

O aeroporto garante ligações directas para São Miguel e Lisboa, sendo os voos regulares para o aeroporto de Ponta Delgada; é utilizado também para escalas técnicas de voos internacionais.

As infra-estruturas portuárias encontram-se distribuídas por toda a ilha, à excepção da costa ocidental, condicionada igualmente pelo aeroporto. Na costa Norte encontram-se um porto de classe D e um portinho, o mesmo se verificando na costa oriental. É na costa Sul que se encontram três infra-estruturas, distribuídas de forma mais ou menos equilibrada: o porto de Vila do Porto (classe B) a Poente, o portinho da Prainha numa área mais abrigada da ilha e o Portinho do Castelo na ponta mais oriental da costa sul.

A infra-estrutura principal é o Porto de vila do Porto de classe B com funções comerciais, suportando a actividade económica da ilha; existem ainda dois portos de Classe D na Maia e Baía dos Anjos, cuja função é exclusivamente piscatória e são administrados pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas. As restantes infraestruturas são classificadas como Portinhos e estão essencialmente associados a actividades recreativas: Ponta do Castelo, São Lourenço, Prainha e Tagarete.

Figura 2.9_Acessibilidades do concelho



Fonte: 3ª fase de Revisão do PDM de Vila do Porto - Proposta Final (Volume 2 - Relatório, Novembro 2010)

A rede viária do concelho de Vila do Porto, tal como definida na proposta final de revisão (3ª fase) é composta por:

- Rede Regional - englobando estradas regionais principais (40 km) e estradas regionais secundárias (24,3 km), totalizando tem uma extensão de 64,3 km;
- Rede Municipal - constituída por estradas municipais e caminhos municipais, com uma extensão total de 120,1 km dos quais cerca de 85,4 km são estradas municipais e os restantes 34,7 km são caminhos municipais (de 1ª e 2ª);
- Rede Rural/Florestal e Agrícola - com uma extensão total de 114,4 km, não havendo distinção entre caminhos rurais, caminhos florestais e caminhos agrícolas;

O concelho apresenta ainda uma rede de trilhos homologados com cerca de 30,3 km de extensão total, distribuída por três percursos de dificuldade média: Pico Alto-Anjos, Santa Bárbara e Santo Espírito.

A actual configuração da rede viária responde às necessidades de deslocação da população e assegura a ligação entre os principais aglomerados urbanos, portos e aeroporto, assim como destes às principais zonas turísticas. As vias estruturantes privilegiam os acessos perpendiculares à linha de costa dada a inexistência de uma estrada periférica que acompanhe o litoral.

Quanto à rede principal de acessibilidade do concelho, Vila do Porto apresenta uma boa cobertura geral, encontrando-se assegurada a ligação viária entre as infra-estruturas de entrada na ilha (aeroporto e portos) e os principais centros urbanos.

No que respeita à rede de transportes públicos, esta é constituída essencialmente por dois modos:

- autocarros, operado pela empresa ETPSSM que assegura as ligações entre as sedes de freguesia e outros núcleos populacionais mais relevantes do concelho;
- táxis.

A análise dos modos de transporte de que o concelho dispõe não poderia deixar de incluir o transporte marítimo como alternativa nas deslocações inter-ilhas. As ligações existentes são efectuadas durante o período do Verão, por embarcações de transporte de passageiros e viaturas e ainda de mercadorias.

Na tabela seguinte apresentam-se as carreiras de transporte colectivo existentes no concelho, os seus percursos, horários e frequência, evidenciando-se o reforço das carreiras em período escolar. De um modo geral os percursos existentes correspondem às ligações das freguesias à sede de concelho e a sua frequência e horários encontram-se adequados ao horário normal de trabalho.

Tabela 2.9_Percursos existentes e horários de transportes públicos colectivos em Vila do Porto, 2009

Tipo de carreira	Origem	Destino	Paragens	Frequência	Horário
Carreira urbana	Vila do Porto (Terreiro)	Aeroporto (Terminal)	Bairro da Nave	7:30; 08:05; 09:05; 12:05; 13:35; 15:35; 16:35; 17:35	das 07:30 às 20:30 de 2 ^a a 6 ^a
				Sábado	das 07:30 às 14:30
Carreira das freguesias	Malbusca	Vila do Porto (Terreiro)	Calheta, Fonte de Jordão, Santo Espírito, Loural, Estrada do Picos, Santa Bárbara, Lagoinhas, Lagos, Fátima, Chã do João Tomé, Monteiro, Almagreira, Graça e São Pedro	2 vezes por dia	07:00 12:40
Carreira das freguesias	Vila do Porto (Terreiro)	Malbusca	S. Pedro, Graça, Almagreira, Monteiro, Chã do João Tomé, Fátima, Lagos, Lagoinhas, Santa Bárbara, Estrada do Picos, Loural, Santo Espírito, Fonte de Jordão e Calheta	2 vezes por dia	12:40 18:30
Transporte escolar	Malbusca	Vila do Porto (EB2,3/S)			7:00
	Santo António (Santo Espírito)	Vila do Porto (EB2,3/S)			7:15
	Arrebentão (Santa Bárbara)	Vila do Porto (EB2,3/S)			7:30
	Chã do João Tomé	Vila do Porto (EB2,3/S)			7:40
	Vila do Porto (EB2,3/S)	Malbusca	Santo Espírito		16:00
	Vila do Porto (EB2,3/S)	Arrebentão (Santa Bárbara)			16:00
	Vila do Porto (EB2,3/S)	Santo António (Santo Espírito)			16:00

Fonte: Empresa de Transportes Colectivos de Santa Maria

Salienta-se ainda a existência de uma carreira urbana que faz a ligação entre o centro de Vila do Porto e o Aeroporto, com uma frequência significativa, relativamente aos restantes percursos.

No que concerne ao transporte escolar, e de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, constitui competência dos municípios a organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares. São beneficiários do transporte escolar os alunos do ensino básico e secundário (oficial, particular ou cooperativo) que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, quer estes tenham ou não

refeitório. São ainda contemplados os alunos que tenham sido matriculados compulsivamente em escolas situadas fora da área da sua residência.

2.2.3. Projectos previstos

Tendo em consideração a fase de proposta final em que se encontra o PDM de Vila do Porto, estão previstas quatro unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG), as quais incidem sobre áreas localizadas na faixa litoral da ilha, de ocupação sazonal, associadas fundamentalmente a actividades balneares, de recreio e lazer, prevendo-se a concretização de planos de pormenor que devem obedecer a objectivos específicos.

Tabela 2.10_Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Objectivos específicos	
UOPG 01 - Praia Formosa (espaço urbano consolidado e a consolidar)	▪ Acautelar situações de risco identificadas como a erosão das arribas e potenciais deslizamentos de massas; ▪ Estabelecer regras que fomentem a diminuição de conflitos entre as diferentes pretensões de utilização do território; ▪ Requalificar elementos dissonantes, qualificar os espaços públicos e melhorar as infra-estruturas urbanas; ▪ Promover a fruição pública como função dominante do solo.
UOPG 02 - Maia (área de povoamento tradicional)	▪ Preservar a paisagem e o património natural e construído; ▪ Requalificar áreas degradadas, qualificar os espaços públicos e melhorar as infra-estruturas urbanas; ▪ Acautelar situações de risco identificadas como a erosão das arribas e potenciais deslizamentos de massas; ▪ Intervir de forma integrada segundo uma visão de conjunto dos espaços urbanos e rurais, fomentando interações entre os mesmos.
UOPG 03 - São Lourenço (área de povoamento tradicional)	▪ Preservar a paisagem e o património natural e construído; ▪ Acautelar situações de risco identificadas como a erosão das arribas e potenciais deslizamentos de massas; ▪ Promover a fruição pública como função dominante do solo.
UOPG 04 - Anjos (espaço urbano consolidado e a consolidar)	▪ Requalificar elementos dissonantes, qualificar os espaços públicos e melhorar as infra-estruturas urbanas; ▪ Estabelecer regras que fomentem a diminuição de conflitos entre as diferentes pretensões de utilização do território; ▪ Acautelar situações de risco identificadas como a erosão das arribas e potenciais deslizamentos de massas.

Fonte: 3ª fase de Revisão do PDM de Vila do Porto - Proposta Final (Volume 2 - Relatório, Novembro 2010)

Por outro lado, de acordo com o relatório do Programa de Execução e Financiamento do PDM em revisão (Volume 3), o modelo de ordenamento proposto para o concelho de Vila do Porto apresenta uma rede de 71 projectos, estruturados segundo os 5 objectivos estratégicos e organizados em 15 programas que traduzem as propostas de intervenção, podendo abranger tipologias de acções distintas, tais como projectos de execução, acções de monitorização ou recomendações. No âmbito da elaboração da Carta Educativa, importa destacar os programas directamente relacionados com as propostas de desenvolvimento dos núcleos urbanos (veja-se tabela seguinte)

Tabela 2.11_ Objectivos, programas e projectos

Objectivo 1 - Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida
Programa 1.1 - Elaboração de PMOT
Projecto 1.1.1 - Elaborar o Plano de Pormenor da Praia Formosa
Projecto 1.1.2 - Elaborar o Plano de Pormenor dos Anjos
Programa 1.2 - Requalificação de núcleos urbanos e reabilitação do património edificado
Projecto 1.2.1 - Elaborar um projecto de consolidação e requalificação paisagística da encosta sobre o porto de Vila do Porto
Projecto 1.2.2 - Promover uma política municipal que beneficie a reabilitação de edifícios no centro histórico de Vila do Porto
Projecto 1.2.3 - Promover uma política municipal que beneficie a reabilitação dos espaços urbanos a requalificar em Vila do Porto
Projecto 1.2.4 - Reabilitar e ampliar a praça do município
Projecto 1.2.5 - Reformular a iluminação pública de Vila do Porto
Projecto 1.2.6 - Requalificar a Rua Boa Nova
Projecto 1.2.7 - Requalificar os espaços públicos
Programa 1.3 - Reforço da rede de equipamentos de utilização colectiva
Projecto 1.3.1 - Reformular o edifício da Câmara Municipal
Projecto 1.3.2 - Beneficiar o parque escolar
Projecto 1.3.3 - Reabilitar e ampliar o mercado municipal e reformular o espaço público envolvente
Projecto 1.3.4 - Construir o Parque Urbano de Vila do Porto
Projecto 1.3.5 - Construir a ciclovia de Vila do Porto
Projecto 1.3.6 - Construir o parque multiusos em Vila do Porto
Projecto 1.3.7 - Construir os campos de ténis do Complexo Desportivo
Projecto 1.3.8 - Elaborar a Carta Social do Município de Vila do Porto
Projecto 1.3.9 - Beneficiação e construção de polidesportivos
Projecto 1.3.10 - Construir o centro comunitário de São Pedro
Projecto 1.3.11 - Ampliar o Cemitério de Santa Rosa em Vila do Porto

Fonte: 3ª fase de Revisão do PDM de Vila do Porto - Proposta Final (Volume 3 - Programa de Execução e Financiamento, Novembro 2010)

Finalmente, há ainda a referir a existência de um plano municipal de ordenamento do território em vigor - o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto (PPSVZH_Vila do Porto) - que contempla uma área de intervenção aproximada de 31,5ha, abrangendo a designada “zona histórica de Vila do Porto” e tem os seguintes objectivos:

- Estabelecer as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo da respectiva área de intervenção;
- Definir a concepção geral da organização urbana;
- Definir as normas gerais do sistema de execução a utilizar na respectiva área de intervenção;
- Definir acções específicas de recuperação, requalificação e reabilitação das construções existentes que introduzam uma nova dinâmica na zona de intervenção.

A área de intervenção incide sobre o espaço urbanizado e encontra-se dividida em duas classes de espaço - o espaço histórico-cultural de Vila do Porto e a área de protecção adjacente, designada por “zona consolidada superior” - para as quais define normas detalhadas de protecção ao parque edificado existente, critérios para a demolição de edifícios e normas de integração arquitectónica nos casos de alteração e construção nova, ocupação de logradouros, publicidade entre outros.

3. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

3.1. Caracterização e evolução do sistema educativo - Análise de enquadramento

A Carta Educativa, como referido anteriormente, é regulada pelo Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro e tem como referência a Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro a qual estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro e demais normativos em vigor.

O Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A de 10 de Novembro, que estabelece o regime jurídico do planeamento, protecção e segurança das construções escolares na RAA, apresenta um conjunto de princípios de ordenamento da rede educativa e define os termos de elaboração da carta educativa no território da RAA.

O sistema educativo em funcionamento na RAA compreende a educação pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário, a educação especial, o programa Cidadania, o Programa Oportunidade, os Programas Específicos de Recuperação da Escolaridade, as Unidades Especializadas com Currículo Adaptado, o ensino recorrente, o ensino profissional, o Programa Formativo de Inserção de Jovens, o ensino artístico e a educação pré-escolar.

Educação pré-escolar

Definida pela Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro), a educação pré-escolar “é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida”. A sua frequência é facultativa, no reconhecimento de que, no nível etário a que se destina (crianças dos três aos cinco anos), cabe à família um papel essencial no processo educativo.

A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, promovidas pelo poder regional ou local ou por outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições particulares de solidariedade social (IPSS). O Estado apoia as instituições de educação pré-escolar integradas na rede pública, subvencionando uma parte dos seus custos de funcionamento.

Ensino básico

O ensino básico integra nove anos de escolaridade e é de frequência obrigatória para todas as crianças e jovens em idade escolar entre os 6 e os 15 anos. É gratuito e universal, inclui o transporte escolar, e em alguns casos, em função do rendimento familiar, os alunos podem ainda dispor de livros e outro material escolar, refeições e alojamento, se necessário, gratuitos ou comparticipados. É constituído por 3 ciclos sequenciais:

1º Ciclo - tem a duração de quatro anos e apresenta um modelo de ensino globalizante, a cargo de um único docente que pode ser coadjuvado por outros em áreas especializadas. Os estabelecimentos podem proporcionar a iniciação de uma língua estrangeira. Organiza-se por áreas pluridisciplinares e são criadas condições especiais de frequência para os alunos com necessidades educativas especiais.

2º Ciclo - tem a duração de dois anos, está organizado por quatro áreas curriculares disciplinares de carácter pluridisciplinar (com o regime de um professor por disciplina) e três áreas curriculares não disciplinares de frequência obrigatória. É igualmente obrigatória a aprendizagem de uma língua estrangeira e existem condições especiais de frequência para os alunos com necessidades educativas especiais, através do programa cidadania.

3º Ciclo - é constituído pelos três últimos anos do ensino básico e está organizado segundo um plano curricular composto por oito áreas curriculares disciplinares e três áreas curriculares não disciplinares de frequência obrigatória. Funciona em regime de um professor por disciplina ou

grupo de disciplinas e são, igualmente, criadas condições especiais de frequência para os alunos com necessidades educativas especiais.

Ao longo do ensino básico os alunos são sujeitos à avaliação sumativa interna; para além disso, no final do 3.º ciclo, os alunos são submetidos à avaliação sumativa externa, através da realização de exames nacionais nas disciplinas de Português e Matemática.

Aos alunos que completam com sucesso o 3.º ciclo é atribuído o diploma do ensino básico.

Ensino secundário

Têm acesso ao ensino secundário todos os alunos que tenham completado o 3º ciclo do ensino básico ou equivalente.

Trata-se de um ciclo de estudos com características próprias, com a duração de 3 anos, que passou a ser de frequência obrigatória e funciona em regime de pluridocência, sendo cada professor, em princípio, responsável por uma só disciplina.

Integra percursos vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior de carácter universitário ou politécnico (cursos científico-humanísticos) e outros orientados quer para o prosseguimento de estudos quer para o ingresso na vida activa (cursos tecnológicos, cursos profissionais e cursos do sistema de aprendizagem).

O currículo dos cursos de nível secundário compreende quatro tipos de cursos:

- **Cursos científico-humanísticos**, vocacionados essencialmente para o prosseguimento de estudos de nível superior, com cinco opções: Curso Ciências e Tecnologias, Curso de Ciências Socioeconómicas, Curso de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Línguas e Literaturas e Curso de Artes Visuais;
- **Cursos tecnológicos**, dirigidos a alunos que desejam entrar no mercado de trabalho, permitindo, igualmente, o prosseguimento de estudos em cursos tecnológicos especializados ou no ensino superior. Incluem dez opções: Construção Civil e Edificações, Electrotecnia e Electrónica, Informática, *Design* e Equipamento, Multimédia, Administração, Ordenamento do Território e Ambiente, Desporto, Acção Social e Marketing;
- **Cursos profissionais**, destinados a proporcionar a entrada no mundo do trabalho, facultando também o prosseguimento de estudos em cursos pós - secundários não superiores ou no ensino superior. São organizados por módulos em diferentes áreas de formação (Artes do Espectáculo; Tecnologias Artísticas; Comunicação, Imagem e Som; Informação, Documentação e Património; Comércio; Administração; Informática; Mecânica; Electricidade e Electrónica; Química; Materiais; Têxtil, Vestuário e Calçado; Actividades Agrícolas e Agro-Alimentares; Construção Civil; Tecnologias da Saúde; Serviços de Apoio Social; Hotelaria e Turismo; Ordenamento do Território e Ambiente; Serviços de Protecção e Segurança);
- **Cursos artísticos especializados**, visando assegurar formação artística especializada nas áreas de artes visuais, audiovisuais, dança e música, permitindo a entrada no mundo do trabalho ou o prosseguimento de estudos em cursos pós - secundários não superiores ou, ainda, no ensino superior.

Aos alunos que tenham completado este nível de ensino é atribuído um diploma de estudos secundários. Os cursos tecnológicos, artísticos especializados e profissionais conferem ainda um diploma de qualificação profissional de nível III.

Educação especial

Visa responder às necessidades educativas especiais decorrentes de limitações ou incapacidades que se manifestam de modo sistemático e com carácter prolongado - através da adaptação das condições em que se processa o ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas

especiais, que frequentem os estabelecimentos públicos de ensino dos níveis básico e secundário.

Essa adaptação, tendo em conta os casos concretos, de modo a facilitar uma maior integração dos alunos, pode traduzir-se nas seguintes medidas:

- equipamentos especiais de compensação (livros ampliados ou em braille; material áudio-visual; auxiliares ópticos ou acústicos, próteses...);
- adaptações materiais (eliminação de barreiras arquitectónicas; adequação das instalações às adaptações educativas, adaptação de mobiliário);
- adaptações curriculares (redução parcial do currículo; dispensa de actividade que se revele impossível de executar em função da deficiência);
- condições especiais de matrícula, de frequência e de avaliação;
- adequação na organização de turmas;
- entre outras.

A educação especial faz parte integrante da estrutura das redes de ensino regular e profissional.

Programa Cidadania

Este programa, criado pela Resolução n.º 121/99, de 22 de Julho, e regulamentado pela Portaria n.º 66/99 de 19 de Agosto, organiza-se em cinco subprogramas de acordo com a idade e o grau de limitação ou incapacidade das crianças e jovens. Os alunos que frequentem qualquer dos subprogramas podem transitar para qualquer outra modalidade de educação e ensino, incluindo o ensino regular. Ao atingirem a idade limite da escolaridade obrigatória, os alunos têm direito a um certificado de cumprimento da escolaridade obrigatória.

Programa Oportunidade

O Programa Oportunidade contém dois subprogramas:

- subprograma *Integrar*, criado pelo Despacho Normativo n.º 34/2001 de 2 de Agosto, constitui uma modalidade específica de encaminhamento e escolarização destinado a alunos do 1º ciclo do ensino básico sujeitos a retenção repetida e com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos. Estes alunos são socialmente integrados no ambiente escolar do 2º ciclo do ensino básico.
- subprograma *Profissionalizante*, criado pelo Despacho Normativo n.º 61/2001 de 27 de Dezembro, estabelece as orientações relativas à criação de uma modalidade específica de encaminhamento e escolarização de alunos sujeitos a retenção repetida nos 2º e 3º ciclos do ensino básico. A conclusão com sucesso deste subprograma não confere direito a certificação profissional. Todavia constitui um curso profissionalizante equivalente ao 3º ciclo do ensino básico e procura criar condições para um rápido ingresso do aluno no mundo do trabalho, através da aquisição de conhecimentos e experiências de carácter profissionalizante.

Programas Específicos de Recuperação da Escolaridade (PERE)

Pretendem dar cumprimento ao previsto no Regulamento de Avaliação das Aprendizagens dos alunos do Ensino Básico: *“Sempre que se verifique uma segunda retenção em qualquer ciclo do ensino básico, o aluno é obrigatoriamente encaminhado para um programa específico de conclusão do respectivo ciclo.”* Portaria n.º 72/2006 de 24 de Agosto.

Estes programas pretendem contribuir para o aumento do sucesso colectivo dos alunos através da melhoria da aquisição de conhecimentos e competências e o desenvolvimento de atitudes e valores consagrados nos currículos em vigor e prevenir situações de insucesso escolar repetido e/ou abandono escolar precoce.

Unidades Especializadas com Currículo Adaptado (UNECA)

Constituem o “conjunto devidamente organizado de respostas educativas que tenham como principal objectivo aplicar metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares ou multidisciplinares adequadas a problemáticas específicas do aluno.” Portaria n.º 66/2007 de 12 de Outubro. Estas unidades poderão ter as seguintes tipologias: Ocupacional, Sócio-educativa, Transição para a vida activa, Educação de surdos e Educação de crianças e jovens com distúrbios comportamentais do espectro do autismo.

Ensino Recorrente

“Constitui uma modalidade especial destinada a indivíduos que não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário que, de forma organizada e segundo planos de estudos propostos, conduz à obtenção de certificados e diplomas equivalentes aos dos correspondentes ciclos e graus de ensino regular.” DLR n.º 13/2002/A, de 12 de Abril.

A Portaria n.º 66/2007 de 12 de Outubro estabelece o regime de criação e funcionamento destes cursos, que são estruturados de acordo com o disposto no referido diploma. Traduz-se num sistema de blocos capitalizáveis de acordo com os níveis de escolaridade e de competências essenciais e estruturantes a atingir e destina-se a indivíduos que ultrapassaram a idade normal escolar para a frequência do ensino básico (15 anos) ou do ensino secundário (18 anos). Este ensino confere aos alunos a certificação académica do ensino regular. A metodologia deste ensino tem em linha de conta a faixa etária dos alunos, apresentando planos e métodos de estudo diferentes dos utilizados no ensino regular.

O ensino secundário recorrente permite igualmente orientar os estudos para o prosseguimento ao nível superior, formação profissionalmente qualificante, especialização tecnológica e acesso a cursos pós-secundários de especialização tecnológica.

Ensino Profissional

Trata-se de uma modalidade especial de educação que tem por objectivo o desenvolvimento da formação profissional qualificante dos jovens. Atendendo ao facto destes cursos dedicarem grande parte da sua carga horária à formação técnica, tecnológica e prática, permitem desenvolver competências específicas para o exercício de uma profissão. Deste modo, procura-se que os cursos leccionados em cada escola estejam relacionados com as características e necessidades da Região em que ela se insere. Esta modalidade de ensino rege-se pelo instituído no Decreto-Lei n.º 74/2004 de 26 de Março e Portaria n.º 550-C/2004 de 21 de Maio.

Os cursos do ensino profissional destinam-se aos alunos que, tendo concluído o 9º ano de escolaridade, pretendam obter uma qualificação profissional que possibilite o ingresso no mercado de trabalho, a par de uma habilitação académica que permita a candidatura ao ensino superior e estão organizados por módulos.

Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ)

Criado pela Resolução n.º 216/97 de 13 de Novembro, apresenta um conjunto de cursos de carácter profissional, proporcionando uma diversificação curricular e combatendo o insucesso escolar.

Este programa proporciona a criação de itinerários formativos diversificados, “*agrupados em duas tipologias: (1) os itinerários destinados a alunos do ensino básico, conferindo uma certificação profissional de nível I ou II (PROFIJ I/II); e (2) os itinerários destinados a alunos do ensino secundário, conferindo uma certificação profissional de nível III (PROFIJ III)*”- Portaria n.º 72/2003 de 28 de Agosto.

Ensino artístico

O ensino artístico na RAA apresenta 3 tipos de cursos curriculares, nos domínios da música, do canto e da dança: Iniciação musical, Curso básico e Cursos complementares/Secundários.

Enquanto que os cursos de iniciação musical visam proporcionar a aprendizagem da música, canto ou dança e desenvolver a sensibilidade estética, o curso básico e os complementares/secundários visam o aprofundamento da educação musical e dos conhecimentos em ciências musicais, proporcionando o ensino complementar o domínio avançado da execução dos instrumentos e técnicas vocais.

O ensino artístico é leccionado nos Conservatórios Regionais e em algumas Unidades Orgânicas que ministram o ensino básico.

Educação extra-escolar

Destina-se prioritariamente a indivíduos com menor grau de escolaridade, visando o reforço da sua capacidade de integração social e da sua empregabilidade e desenvolve-se em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência. As actividades de educação extra-escolar podem realizar-se em estruturas de extensão cultural do sistema escolar ou em sistemas abertos, com recurso a meios de comunicação social e a tecnologias educativas específicas adequadas.

A sua realização pode ser da iniciativa do Estado ou da iniciativa de autarquias, associações culturais, recreativas, cívicas, confessionais ou outras, associações de pais e de estudantes e organismos juvenis.

Programa Reactivar

O Programa Reactivar corresponde a uma iniciativa conjunta das Secretarias Regionais da Educação e Formação e do Trabalho e Solidariedade Social e *“assume-se presentemente como um Programa que visa qualificar adultos e desenvolve-se, preferencialmente, segundo percursos de dupla certificação”*.

Reformulado pela Portaria n.º 107/2009, de 28 de Dezembro (a qual revoga a Portaria n.º 19/2007 de 12 de Abril), este Programa tem como objectivo proporcionar à população adulta açoriana uma oportunidade de aumentar as suas qualificações escolares e profissionais, através de cursos adaptados às suas reais necessidades, sendo os cursos indicados para adultos que pretendam completar o 4.º, 6.º, 9.º ou 12.º ano de escolaridade.

Os cursos do programa Reactivar são promovidos por entidades de natureza pública, privada ou cooperativa, designadamente estabelecimentos de ensino público ou particulares, autarquias, empresas ou associações empresariais, sindicatos e associações de âmbito local, regional ou nacional.

A oferta formativa é constituída por Cursos de Nível Básico de Educação B1, B2 e B3, correspondentes ao 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, estruturado em quatro áreas de competências-chave: Linguagem e Comunicação, Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Matemática para a Vida e Cidadania e Empregabilidade.

Por força ainda da mesma Portaria (n.º 107/2009), foram introduzidos na RAA percursos formativos de Nível Secundário de Educação e Nível 3 de Formação, designados S3-Tipo A, S3-Tipo B e S3-Tipo C, destinados à promoção de uma escolarização de segunda oportunidade, em contextos não formais de educação de adultos, e estruturados em conformidade com os correspondentes cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), a nível nacional.

Os cursos de Nível Secundário compreendem uma Formação de Base que integra de forma articulada três áreas de competências-chave - Cidadania e Profissionalidade; Sociedade, Tecnologia e Ciência; Cultura, Língua e Comunicação -, estruturadas em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) constantes do Catálogo Nacional de Qualificações.

Ensino Superior

O novo modelo de organização (de acordo com o Processo de Bolonha), que diverge significativamente do anterior, configura o ensino superior em três ciclos que correspondem à licenciatura, ao mestrado e ao doutoramento.

Ao primeiro ciclo de estudo corresponde, por norma, uma duração de seis a oito semestres curriculares de trabalho (3 a 4 anos) no ensino universitário e seis semestres (3 anos), e em casos excepcionais até sete ou oito semestres de trabalho, no ensino politécnico. Ao segundo ciclo (mestrado) corresponde uma duração de três a quatro semestres e excepcionalmente uma duração de dois semestres.

No ensino politécnico são conferidos apenas os graus académicos de licenciado e de mestre, enquanto o ensino universitário pode conferir os graus de licenciado, mestre e doutor.

Têm acesso ao ensino superior os indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente que façam prova de capacidade para a sua frequência, os maiores de 23 anos que, não sendo titulares da habilitação de acesso ao ensino superior, façam prova de capacidade para a sua frequência através da realização de provas especialmente adequadas, realizadas pelos estabelecimentos de ensino superior e os titulares de qualificações pós-secundárias apropriadas.

3.2. Caracterização da oferta de educação e formação de Vila do Porto

Seguidamente apresenta-se uma sistematização e análise do parque escolar que integra a rede educativa do município de Vila do Porto.

A caracterização da rede educativa foi elaborada a partir de informação recolhida de diversas formas:

- Levantamentos de campo, que incluem visitas aos estabelecimentos de ensino para a realização de inquéritos por questionário sobre a oferta formativa e o preenchimento das fichas de sistematização física sobre os equipamentos escolares;
- Informação diversa facultada pela Autarquia e pelos representantes dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, da Escola Profissional da CCIPD - Pólo de Santa Maria e da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto.

3.2.1. Agrupamento de escolas

O DLR n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelo DLR n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo DLR n.º 17/2010/A de 13 de Abril, estabelece o regime jurídico de autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo da Região Autónoma dos Açores. De acordo com o referido regime:

“A constituição de agrupamentos de escolas considera, entre outros, critérios relativos à existência de projectos pedagógicos comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica e à reorganização da rede educativa dos ensinos básico e secundário e da educação pré-escolar.”

O agrupamento de escolas constitui uma unidade organizacional, com órgãos próprios de administração e gestão, do qual fazem parte estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis de ensino, partindo de um projecto educativo comum, com vista a concretizar, nomeadamente, os seguintes objectivos:

- Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;
- Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;
- Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;

- Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;
- Valorizar e enquadrar experiências em curso.

A rede educativa do concelho de Vila do Porto é constituída pela Unidade Orgânica da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, por um Jardim-de-Infância e ainda pela Escola Profissional da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada - Pólo de Santa Maria.

As unidades orgânicas do sistema educativo regional são, de acordo com a legislação, organismos dotados de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, criados por decreto regulamentar regional, podendo assumir quatro tipologias, em que a do concelho do Vila do Porto se apresenta como “Escola básica e secundária” - uma vez que nos respectivos estabelecimentos de educação e de ensino é ministrado qualquer dos ciclos do ensino básico e o ensino secundário, e ainda a educação pré-escolar.

A Unidade Orgânica da Escola Básica e Secundária de Santa Maria é composta por seis estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico e jardim-de-infância e um estabelecimento dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, o qual constitui a sua sede.

Os restantes equipamentos (jardim-de-infância e escola profissional) não se encontram agrupados.

3.2.2. Tipologia e localização do parque educativo

Como referido anteriormente, os estabelecimentos de ensino do concelho do Vila do Porto integram as seguintes tipologias:

- Jardim-de-Infância (JI);
- Escola Básica do 1º ciclo com Jardim-de-Infância (EB1/JI);
- Escola Básica e Secundária (EB2,3/S);
- Escola Profissional.

Na tabela seguinte sinalizam-se os estabelecimentos existentes actualmente em funcionamento para cada tipologia.

Tabela 3.1_Estabelecimentos educativos em funcionamento no concelho de Vila do Porto, por tipologia

Tipologia de estabelecimento	Rede Pública	Rede Particular e Cooperativa	Rede Solidária
Jl - Jardim-de-Infância			Jl “Mãe de Deus” (SCMVP)
EB1/JI	EB1/JI de Vila do Porto		
	EB1/JI D. António Sousa Braga		
	EB1/JI do Aeroporto		
	EB1/JI de Almagreira		
	EB1/JI Sol Nascente		
	EB1/JI de São Pedro		
EB2,3/S	EB2,3/S Bento Rodrigues		
Escola Profissional			Escola Profissional da CCIPD - Pólo de SMA

Fonte: Fichas de Sistematização Física

Como se pode observar, o concelho apresenta um total de 9 estabelecimentos educativos em funcionamento, existindo 1 JI, 6 EB1/JI, uma escola básica e secundária (EB2,3/S) e uma escola profissional.

Quanto à natureza da oferta, esta é maioritariamente da rede pública, sendo a oferta privada referente ao JI “Mãe de Deus” (rede solidária - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto) e à Escola Profissional, tutelada pela Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

O parque educativo do concelho é composto fundamentalmente por edifícios construídos de raiz, especificamente para a função, sendo que as EB1/JI correspondem ao “Plano dos Centenários”, executado no concelho de Vila do Porto entre os anos de 1963 e 1965, dotando todas as freguesias do concelho de uma escola.

Relativamente ao JI “Mãe-de-Deus”, encontra-se a funcionar desde 2000 num edifício autónomo construído especificamente para a educação pré-escolar.

A Escola Básica e Secundária de Santa Maria, adiante designada por EB2,3/S Bento Rodrigues, localiza-se na sede de concelho e foi construída de raiz no início dos anos 70, tendo sido alvo de sucessivas obras de ampliação e adaptação aos vários níveis de ensino, à medida das necessidades.

Finalmente, a Escola Profissional da CCIPD - Pólo de Santa Maria, localizada no centro urbano de Vila do Porto, instalou-se no ano 2000 num edifício de habitação remodelado e adaptado à função actual.

Em síntese, no que diz respeito à sua localização, os vários edifícios escolares até ao 1º ciclo encontram-se distribuídos pelo território municipal de forma equilibrada, existindo pelo menos um por cada sede de freguesia. Relativamente à inserção urbana, todos os estabelecimentos de ensino se localizam dentro do aglomerado urbano, contribuindo para a boa acessibilidade e para o reduzido tempo gasto em deslocações.

3.2.3. Estabelecimentos suspensos

Para além dos nove estabelecimentos de ensino apresentados no subcapítulo anterior, fazem parte da rede educativa de Vila do Porto outros sete estabelecimentos que se encontram suspensos, os quais correspondem escolas do 1º ciclo do ensino básico (CEB) integradas com Jardim-de-Infância (EB1/JI):

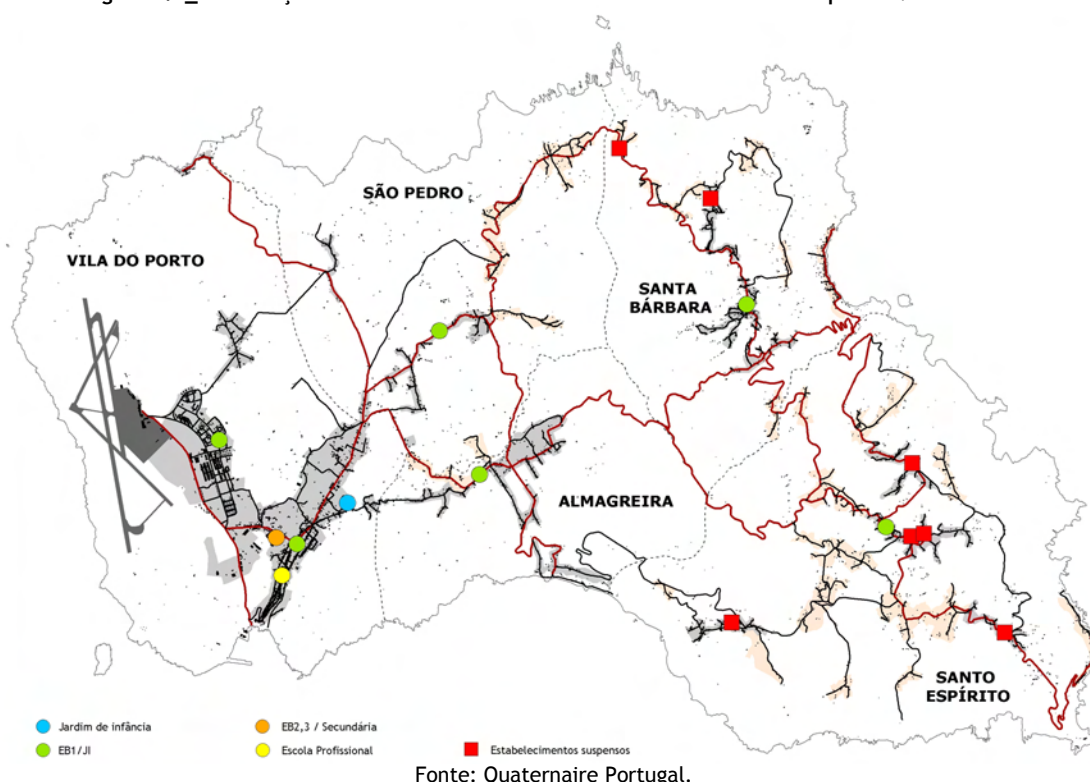
Tabela 3.2_ Estabelecimentos suspensos da rede educativa do concelho de Vila do Porto

Estabelecimento de ensino	Freguesia	Ano de suspensão	Nº de salas	Ocupação actual	Estado de conservação
Escola de Lagos	Santa Bárbara	2002	2	Devoluto	Ruína
Escola das Feteiras		2001	1	Grupo de Jovens	Mau
Escola de Santo Espírito	Santo Espírito	2004	2	Centro de convívio. Banda Recreio Espirituense	Bom
Escola de Santo António		2001	2	Centro de Recursos Comunitários	Bom
Escola da Calheta		s/i	2	Ass. “Os Amigos da Maia”	Bom
Escola da Malbusca		s/i	1	Armazém municipal	Bom
Escola da Glória		s/i	2	Junta de Freguesia de Santo Espírito	Razoável

Fonte: DREF. Unidade Orgânica da EBS Santa Maria. Legenda: s/i - sem informação.

Com excepção da Escola de Lagos na freguesia de Santa Bárbara que se encontra devoluta devido ao seu avançado estado de degradação, os restantes estabelecimentos suspensos encontram-se actualmente afectos a outras funções, com actividades sobretudo de carácter social e de apoio à população.

Figura 3.1_Distribuição dos estabelecimentos da rede educativa do município de Vila de Porto



Importa salientar o facto de todos os estabelecimentos de ensino suspensos se localizarem na metade nascente da ilha, de características morfológicas mais acidentadas e com um povoamento mais disperso onde o número de residentes efectivamente mais reduzido, destacando-se a freguesia de Santo Espírito que apresenta o maior número de estabelecimentos suspensos (veja-se figura 3.1).

3.2.4. Caracterização das instalações e espaços escolares

Educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico

No concelho existe apenas um jardim-de-infância, pertencente à rede solidária, localizado na sede de concelho, oferecendo actualmente duas salas de actividades regulares.

O Jardim de Infância “Mãe de Deus” corresponde a um pequeno edifício de um piso construído de raiz especificamente para a função, ocupando uma área de implantação de aproximadamente 290 m² contíguo ao edifício da Ermida da Nossa Senhora da Mãe de Deus (séc XVII), ambos inseridos num terreno murado de cerca de 3.000 m², junto a uma via de acesso à ER, afastado do aglomerado urbano. O edifício é construído em alvenaria de tijolo rebocada e pintada, com cobertura em telha, de quatro águas. Apresenta uma planta em L formada por dois corpos, sendo o de menor dimensão destinado à zona de refeitório.

Tabela 3.3_Principais características do Jardim-de-infância “Mãe de Deus”

Freguesia	Jardim de Infância	Ano da Construção	Tipo de construção	Estado de conservação	Nº de salas de actividades	Nº de alunos	Refeitório	Copa/Cozinha	Sala educadores	Recreio	Estacionamento
Vila do Porto	“Mãe de Deus”	s/i	Instalação própria	Bom	2	18	S	S	S	S	S

Fonte: EBS Santa Maria (Ficha de Sistematização Física) Legenda: s/i - sem informação; N - Não; S - Sim

Figura 3.2_Jardim de Infância “Mãe de Deus”



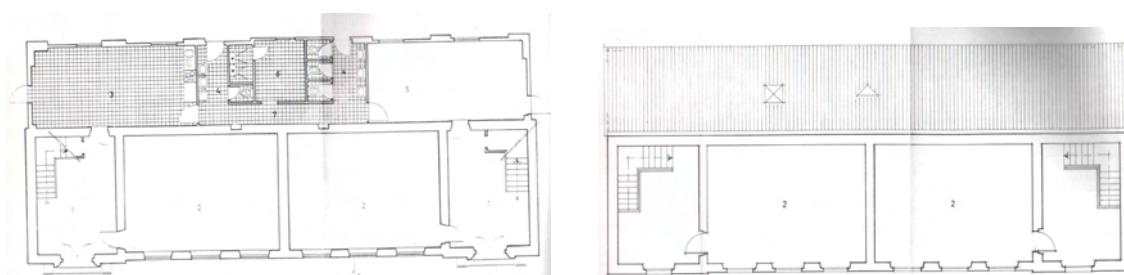
Fonte: Quaternaire Portugal, 2008

Apresenta-se em bom estado de conservação, após ter sido objecto de obras de ampliação e beneficiação em 2008. Em termos de capacidade, o JI oferece duas salas de actividades (com uma lotação de 10 e 15 crianças). Actualmente serve 24 crianças, está dotado de uma sala polivalente onde funciona o refeitório com 25 lugares e possui uma cozinha, embora desactivada, onde eram confeccionadas as refeições. Estas são actualmente fornecidas pela Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, num total de 24 refeições diárias.

Relativamente a outros espaços, o edifício está dotado de sala de convívio de educadores e sala de atendimento dos encarregados de educação e ainda instalações sanitárias distintas para crianças e pessoal docente e discente, sendo que as primeiras se encontram degradadas.

Os edifícios escolares do concelho que ministram o 1º ciclo do ensino básico pertencem ao “Plano dos Centenários” - assim designado por ocasião da comemoração do duplo centenário da Fundação (1140) e Restauração de Portugal (1640) - cuja construção obedecia a projectos-tipo uniformes em todo o país, com a mesma base arquitectónica, variando apenas os materiais utilizados na sua construção, consoante a região. Os projectos seguem quase sempre o princípio da simetria e caracterizam-se por edifícios de planta rectangular, com uma volumetria de 1 ou 2 pisos, correspondentes a 2 ou 4 “salas gémeas”, com entradas separadas e instalações sanitárias divididas por sexos.

Figura 3.3_Planta de um edifício escolar - projecto-tipo do Plano dos Centenários (r/c e 1º andar)



Os edifícios encontram-se implantados em terrenos murados, normalmente numa situação recuada em relação à rua e apresentam ainda um alpendre no alçado posterior que foi encerrado para albergar as instalações sanitárias, o refeitório e salas de apoio, à medida das necessidades, tendo sido esta a única hipótese de ampliação das instalações escolares, sem adulterar as características arquitectónicas destes edifícios.

Em termos construtivos, os edifícios possuem paredes em alvenaria de pedra rebocada e pintada de branco, com o soco e as molduras dos vãos em pedra vulcânica da região e cobertura em telha tradicional de quatro águas. Na generalidade, a área de implantação dos edifícios ronda os 320 m² em terrenos que apresentam entre 1200m² e 3400m².

As EB1/JI de São Pedro e Almagreira correspondem ao projecto-tipo do estabelecimento de dois pisos, com oferta de 4 salas de aula/actividades, conforme se pode observar na figura seguinte.

Figura 3.4_EB1/JI de São Pedro e Almagreira



A EB1/JI de Vila do Porto apresenta uma configuração diferente das restantes, sendo composta por três edifícios: o principal, onde decorrem as actividades do pré-escolar e dos 1º e 2º anos, com 8 salas - constitui uma adaptação do projecto-tipo do Plano dos Centenários, como se juntasse dois edifícios; o segundo, localizado na parte posterior do terreno, segue o projecto-tipo e alberga as actividades dos 3º e 4º anos; o terceiro edifício corresponde ao refeitório e sala polivalente, de construção posterior.

Figura 3.5_Edifício escolar do Plano dos Centenários (EB1/JI de Vila do Porto)



A EB1/JI D. António Sousa Braga (Santo Espírito) corresponde ao edifício do Plano dos Centenários com apenas 1 piso, oferecendo duas salas de aula.

Já a EB1/JI Sol Nascente (Santa Bárbara) é constituída por dois edifícios, um de 1 piso e outro com 2 pisos, obedecendo ambos ao Plano dos Centenários. Por outro lado, o edifício de 1 piso encontra-se desactivado, albergando actualmente a sede de Junta de Freguesia de Santa Bárbara.

Figura 3.6_EB1/JI D. António Sousa Braga e EB1/JI Sol Nascente



O parque escolar a nível do 1º ciclo (com pré-escolar) tem mais de 40 anos com excepção da EB1/JI do Aeroporto. Por outro lado, a manutenção regular destes espaços tem contribuído para as boas condições de habitabilidade e para o bom/razoável estado de conservação dos edifícios.

Figura 3.7_EB1/JI do Aeroporto



Por sua vez, a **EB1/JI do Aeroporto** funciona desde 1982 num edifício “tipo P3” - tipologia introduzida a partir de 1970 (escola de “área aberta”), onde se previa espaços para aulas a três turmas em simultâneo por três professores. Em termos construtivos, o edifício apresenta paredes simples executadas em betão, rebocadas e pintadas, com cobertura plana. O recreio circundante à escola é bastante amplo, constituído por alguns espaços verdes: uma zona de jardim, áreas com árvores de pequeno porte, zonas relvadas, 2 campos de jogos (um com jogos tradicionais e o outro de desporto colectivo) e ainda um parque infantil.

O espaço exterior das escolas dos Centenários era inicialmente deixado sem qualquer intervenção, tendo sido adaptado à medida das necessidades para espaços de recreio e actividades desportivas, em que se destaca apenas a EB1/JI D. António Sousa Braga que não possui campo de jogos (embora beneficie da proximidade do polidesportivo de Santo Espírito) e evidencia um espaço de recreio bastante reduzido em relação às restantes.

Tabela 3.4_Principais características das EB1/JI do Concelho (ano lectivo 2010/2011)

Estabelecimento de ensino	Entrada em funcionamento	Tipo de construção	Estado de conservação	Nº de pisos	Nº salas JI	Nº salas EB1	Nº salas vazias	Refeitório	Cozinha	Sala professores	Recreio	Campo de jogos
EB1/JI de Vila do Porto	1963	Plano dos Centenários	Razoável	2	3	8	0	S	N	S	S	S
EB1/JI de Almagreira	1965	Plano dos Centenários	Bom	2	1	2	1	S	S	N	S	S
EB1/JI do Aeroporto	1982	Tipo P3	Razoável	2	2	4	0	S	S	N	S	S
EB1/JI D. António Sousa Braga	1965	Plano dos Centenários	Bom	1	1	1	0	S	S	N	S	N
EB1/JI Sol Nascente	1965	Plano dos Centenários	Bom	2	1	1	2	S	S	N	S	S
EB1/JI de São Pedro	1965	Plano dos Centenários	Razoável	2	1	2	1	S	S	N	S	S

Fonte: Fichas de Sistematização Física. Legenda: S - Sim; N - Não.

Através da análise das tabelas 3.3 e 3.4, a rede educativa de Vila do Porto oferece um total de 11 salas destinadas à educação pré-escolar, 9 das quais se encontram distribuídas pelas EB1/JI e 2 pertencem à rede solidária. Relativamente ao 1º CEB, existem 18 salas em funcionamento, devendo salientar-se que os estabelecimentos do Aeroporto, Vila do Porto e D. António Sousa Braga não apresentam salas sem utilização.

Relativamente aos horários de funcionamento, as actividades lectivas nas freguesias de Santa Bárbara e Santo Espírito decorrem entre as 9h00 e as 12h00 e entre as 13h00 e as 15h00 no ensino pré-escolar e no caso do 1º CEB as aulas da parte da tarde terminam às 15h45. Nas restantes freguesias o horário da tarde começa às 13h30 e termina às 15h30 - no pré-escolar - e às 16h15, no 1º CEB.

As refeições são fornecidas pela sede da unidade orgânica e realizam-se nos refeitórios/cantinas de cada escola. Aliás, estes constituem, na generalidade, adaptações de uma sala de actividades

ou do aproveitamento de um alpendre que entretanto foi fechado para ampliação dos respectivos edifícios. No caso da EB1/JI de Vila do Porto foi construído um novo edifício de 1 piso com uma zona de refeitório (não sendo aqui servidos os almoços, já que os alunos se deslocam à EB2,3/S Bento Rodrigues) e ainda uma sala polivalente. A EB1/JI do Aeroporto possui igualmente uma sala destinada especificamente como refeitório.

Tabela 3.5_Principais características do terreno e envolvente da escola e mobiliário escolar nas EB1/JI

Estabelecimento de ensino	Declives acentuados	Exposição solar dominante	Exposição a ventos e humidade	Adequação do recinto exterior às necessidades	Iluminação exterior	Pavimento recreio	Vedação	Mobiliário salas	Mobiliário refeitório	Instalações sanitárias	Computadores
EB1/JI de Vila do Porto	Não	SO	Sim	A	D	Cimento e relva	Sim	Raz	Mau	A	15
EB1/JI de Almagreira	Não	S	Sim	A	A	Cimento e relva	Sim	Raz	Mau	A	5
EB1/JI do Aeroporto	Não	O	Vento	A	D	Cimento e relva	Sim	Raz	s/i	A	11
EB1/JI D. António Sousa Braga	Sim	S	Sim	D	Não	Cimento	Sim	Raz	Mau	A	6
EB1/JI Sol Nascente	Não	SE	Sim	A	A	Relva e cimento	Sim	Raz	Mau	A	6
EB1/JI de São Pedro	Não	SE	Sim	A	A	Relva e cimento	Sim	Raz	Mau	A	6

Fonte: EBS Santa Maria (Ficha de Sistematização Física). Legenda: s/i - Sem informação; A - Adequado; D - Desadequado; S - Sul; N - Norte; O - Poente; E - Nascente; SO - Sudoeste; NE - Nordeste.

De uma forma geral todos os edifícios escolares EB1/JI encontram-se expostos frequentemente a ventos e sujeitos a humidades, decorrentes das características climáticas da região onde se encontram, problemas que apenas poderão ser minimizados através dos materiais utilizados nas obras de beneficiação e de medidas adicionais de climatização. Em termos de exposição solar, todos os equipamentos apresentam uma orientação favorável, sendo a exposição a Sul a mais frequente.

Relativamente ao recinto exterior, as escolas apresentam boa adequação dos espaços exteriores de recreio às necessidades, praticamente todas possuem áreas relvadas e zona de jogos e recreio infantil, salientando-se algumas falhas na iluminação exterior. A EB1/JI D. António Sousa Braga (Santo Espírito) constitui a exceção, não apresentando uma zona de recreio adequada às necessidades, com pavimento em cimento e em mau estado de conservação.

Figura 3.8_Espaço exterior da EB1/JI D. António Sousa Braga



2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário

Tal como referido anteriormente, existe apenas uma escola onde são ministrados os 2º e 3º ciclos do ensino básico e o ensino secundário no concelho, localizada em Vila do Porto, sendo esta a sede da respectiva unidade orgânica.

A construção da Escola Básica e Secundária de Santa Maria remonta ao ano de 1976, feita de raiz especificamente para albergar a função educativa, constituindo inicialmente a Escola Preparatória de Vila do Porto. A actual estrutura decorre de sucessivas ampliações e adaptações, nomeadamente no ano lectivo 1985/86 (altura em que se iniciou o ensino secundário neste estabelecimento), tendo a última adaptação ocorrido em 2003. A partir de 1992 a escola passa a designar-se por EB2,3/S Bento Rodrigues.

Caracteriza-se por um conjunto de pavilhões ligados por corredores cobertos por onde se distribuem as salas de aula, os laboratórios, os serviços e áreas administrativas, o refeitório, o bar, a biblioteca, o ginásio e a sala polivalente. A escola ocupa um terreno amplo, de declives suaves, com múltiplas áreas ajardinadas, um campo de jogos.

Tabela 3.6_Principais características da EB2,3/S Bento Rodrigues

Nº edifícios	Nº salas					Instalações gimnodesportivas			Refeições		
	Aula	Artes	Música	Informática	Laboratório	Ginásio	C. Jogos	Balneários	Cozinha	Refeitório	Bar
8	26	4	1	2	9	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Tabela 3.6_Principais características da EB2,3/S Bento Rodrigues (cont.)

Instalações sanitárias			Outros espaços						
Adaptadas	Alunos	Professores	Biblioteca	Polivalente	Gabinetes trabalho	Sala Educação Especial	Recreio	Estacionamento	
1	6	1	Sim	Sim	2	1	Sim	Sim	

Fonte: EBS Santa Maria (Ficha de Sistematização Física)

O recinto escolar ocupa uma área de 3,4 ha e divide-se em 8 edifícios que totalizam cerca de 6745 m² de área de implantação, envolvidos por amplos espaços verdes.

As salas de aula dividem-se em: 26 salas regulares, 2 salas de Físico-química, 2 sala de Informática, 3 salas de EVT (Educação Visual e Tecnológica) e 1 sala de Desenho, 2 salas de Educação Musical e 1 sala de Geografia. A escola possui ainda 9 laboratórios - 3 de ciências naturais, 4 de Físico-química e 2 de Biologia - 1 sala de educação especial e uma sala de apoio socioeducativo.

Figura 3.9_Escola Básica e Secundária de Santa Maria (EB2,3/S Bento Rodrigues)



Em termos de valências, a EB2,3/S Bento Rodrigues possui ainda uma biblioteca, um campo de jogos descoberto, um pavilhão gimnodesportivo e balneários, um refeitório com 100 lugares, bar com bufete, sala de professores, sala de atendimento de encarregados de educação, além de 2 gabinetes de trabalho.

No que respeita aos horários de funcionamento, as actividades lectivas em regime normal decorrem entre as 8h30 e as 13h e entre as 13h40 e as 17h45 (com algumas variantes na parte da tarde) e o regime nocturno funciona entre as 19h e as 23h45.

Relativamente à oferta formativa no que se refere ao ensino secundário, este estabelecimento oferece actualmente os seguintes cursos de ensino regular (ano lectivo 2009/2010):

Cursos Científico-Humanísticos:

- Ciências e Tecnologias (4 turmas)
- Línguas e Humanidades (3 turmas)

Cursos tecnológicos:

- Administração (2 turmas)
- Ordenamento do Território (1 turma)
- Informática (1 turma)

A EB2,3/S Bento Rodrigues possui ainda a modalidade de ensino recorrente nocturno por unidades capitalizáveis, tendo actualmente uma turma com 15 alunos.

Em termos de oferta ao nível de formação qualificante através de currículos alternativos, no ano lectivo 2009/2010 estavam a decorrer no âmbito do programa PROFIJ cursos de nível II e nível III:

Nível II:

- Operador de Informática;
- Mecânico de Automóveis Ligeiros;

Nível III:

- Técnico instalador de sistemas solares térmicos;
- Mecatrónica Automóvel;
- Técnico administrativo.

Ensino Profissional

De acordo com o DL n.º 4/98 de 8 de Janeiro, adaptado à RAA pelo DLR n.º 30/2000/A de 11 de Agosto, o ensino profissional é entendido *“como uma modalidade especial de educação, dirigida à estruturação e qualificação educativa de formação profissional dos jovens, ao mesmo tempo que se procura introduzir no sistema educativo uma via própria de estudos de nível secundário alternativa ao ensino secundário regular”*.

No concelho do Vila do Porto o ensino profissional é leccionado na Escola Profissional da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada - Pólo de Santa Maria (adiante designada por Escola Profissional de Santa Maria) localizada no centro urbano de Vila do Porto, e constitui uma importante estrutura de formação para a diversificação das opções profissionais da população jovem.

Figura 3.10_Escola Profissional da CCIPD - Pólo de Santa Maria



A funcionar desde Outubro de 2000, a Escola Profissional de Santa Maria está instalada na rua principal que atravessa o centro histórico de Vila do Porto e concentra num único edifício: 1 sala de aulas, sala de informática, sala de professores, instalações sanitárias para alunos, instalações sanitárias para formadores e pessoal discente, sala de serviços administrativos e de apoio à coordenação do curso/escola. Este estabelecimento não tem espaços exteriores.

Tabela 3.7_Principais características da EP Santa Maria

Nº edifícios	Nº salas			Instalações desportivas			Refeições		
	Aula	Informática	Laboratório	Ginásio	C. Jogos	Balneários	Cozinha	Refeitório	Bar
1	1	1	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Tabela 3.7_Principais características da EP Santa Maria (cont.)

Instalações sanitárias			Outros espaços						
Adaptadas	Alunos	Professores	Biblioteca	Auditório	Gabinets trabalho	Sala Associação Pais	Recreio	Estacionamento	
Não	1	1	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	

Fonte: Ficha de Sistematização Física

Em termos construtivos o edifício de planta rectangular resulta da adaptação de um edifício habitacional de 3 pisos construído em alvenaria de pedra rebocada e pintada de branco, com cobertura em telha tradicional, de duas águas, sendo um piso em águas furtadas. O terreno apresenta uma área de cerca de 520 m² e o edifício possui cerca de 120 m² de construção.

Relativamente à oferta formativa, corresponde a formação técnico-profissional de nível II e III assente nas áreas de formação de Turismo e Serviços, sendo que, em média, funcionam um a dois cursos por ano. No ano lectivo 2010/2011 encontrava-se a decorrer o curso de Técnico de Turismo Ambiental e Rural, com 11 alunos (12º ano).

Tabela 3.8_Oferta formativa da Escola Profissional de Santa Maria

Designação dos cursos	Nº de cursos			Nº de alunos		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º
Técnico de Turismo Ambiental e Rural (nível III)			1			11
Assistente familiar e de apoio à comunidade (nível II)	1			15		
Total	1	0	1	15	0	11

Fonte: Escola Profissional de Santa Maria (Questionário da Rede Educativa)

A par dos cursos de nível III, co-financiados pelo Fundo Social Europeu, a Escola Profissional de Santa Maria tem oferecido cursos de nível II financiados pelo Programa Reactivar (através do orçamento da Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor), com o objectivo de colmatar as carências de formação de base e as necessidades de emprego no meio, elevando assim o nível de qualificações de parte da população activa do concelho de Vila do Porto.

Assim, no âmbito do referido programa, no ano lectivo 2010/2011 entrou em funcionamento o 1º ano do Curso de Assistente familiar e de apoio à comunidade.

3.2.5. Estado de conservação, adequação e segurança dos espaços

O estado de conservação dos estabelecimentos escolares é avaliado com base nos inquéritos recolhidos e na observação local do recinto escolar, tendo como referência a seguinte escala:

- **Bom** - Os edifícios apresentam, de um modo geral, boas condições construtivas e de apresentação, mesmo que se verifique, a necessidade de pequenas e económicas operações de limpeza, tais como a limpeza de cantarias da guarnecimento de vãos e remate de coberturas;
- **Razoável** - Quando a maioria dos edifícios revelam necessidades de obras de manutenção correntes, tais como pinturas exteriores, pinturas de portas e janelas, e correcções de caleiras ou tubos de queda;
- **Mau** - Quando a maioria dos edifícios de encontram degradados, apresentando notórias infiltrações de água (observáveis através de manchas de humidade), deterioração de elementos não portantes, tais como caleiras, rufos e tubos de queda, desagregação de rebocos, portas ou janelas ausentes ou em rotura, e vidros partidos;
- **Muito Mau/Ruína** - Quando a maioria dos edifícios se apresentam em estado de degradação avançada ou em ruína, em que os elementos estruturais apresentam elevadas deformações, ou quando se verifica a ausência total ou parcial de alguns dos seus elementos estruturais (paredes, pavimentos ou cobertura).

Figura 3.11_Estado de conservação dos edifícios escolares



Pode concluir-se que os equipamentos educativos do concelho de Vila do Porto se apresentam, em geral, em mau estado de conservação, revelando sobretudo problemas ao nível das fachadas exteriores e coberturas, com fissuras e manchas de humidade, desagregação de rebocos, aumentando a potencialidade de infiltrações e degradação das condições de habitabilidade. A EB1/JI do Aeroporto foi objecto de remodelação mais recentemente, sendo a única escola se apresenta em bom estado de conservação.

Figura 3.12_Exemplo do estado de conservação dos recintos escolares (EB1/JI Almagreira)



Tabela 3.9_ Estado de conservação, adequação dos espaços e principais problemas identificados (2010/2011)

Estabelecimento de ensino (em funcionamento)	Estado de conservação dos edifícios	Estado de conservação do mobiliário	Adequação do refeitório	Estado de conservação dos espaços de recreio	Adequação do recreio às necessidades	Espços verdes	Iluminação exterior	Problemas identificados
JI “Mãe de Deus”	Razoável	Mau	D	Mau	D	D	D	Cozinha desactivada; instalações sanitárias (das crianças) estão degradadas Sem aquecimento
EB1/JI Vila do Porto	Mau	Razoável	D	Razoável	A	D	D	Mau estado das fachadas, cobertura, janelas e portas; Sem aquecimento
EB1/JI Almagreira	Mau	Razoável	D	Bom	A	D	s/i	Mau estado das fachadas e cobertura; mobiliário do refeitório em mau estado; Sem aquecimento; falta de manutenção dos espaços verdes e recreio; Problemas de humidade
EB1/JI Aeroporto	Bom	Razoável	D	Razoável	A	D	D	Tampo das mesas em mau estado; Sala de informática desadequada; campo de jogos desadequado no inverno; Sem aquecimento
EB1/JI D. António Sousa Braga	Razoável	Razoável	D	Mau	D	D	s/i	Mau estado das fachadas, cobertura, janelas e portas; Sala de pré-escolar desadequada; Mau estado mobiliário do refeitório; Sem aquecimento Esgotos sem ligação à rede pública
EB1/JI Sol Nascente	Mau	Razoável	D	Bom	A	A	s/i	Mau estado das fachadas; Mau estado mobiliário do refeitório; Sem aquecimento Esgotos sem ligação à rede pública
EB1/JI São Pedro	Mau	Mau	D	Bom	A	A	A	Mau estado das fachadas, cobertura, janelas e portas; Esgotos sem ligação à rede pública; Sem aquecimento
EB2,3/S Bento Rodrigues	Razoável	Razoável	A	Razoável	A	D	D	Mau estado dos balneários - duchas, pisos e paredes; Ginásio em mau estado (piso, cobertura e balneários) Mau estado do piso e vedação do campo de jogos
E Profissional Santa Maria	Razoável	Bom	-	-	-	-	-	-

Fonte: Fichas de Sistematização Física. Legenda: s/i - Sem informação; A - Adequado; D - Desadequado.

Quanto aos problemas verificados, destaca-se o estado razoável do mobiliário (salas de aula, refeitório e salas de professores), a fraca ou inexistente iluminação exterior, a falta de adequação do recinto exterior às necessidades actuais (em termos de segurança, inclinação do terreno, mau estado dos campos de jogos ou espaço de recreio infantil), problemas de infiltrações, ausência de sistemas de aquecimento em todos os equipamentos e, ainda, a inexistência de ligação da rede de drenagem de águas residuais à rede pública em 4 das 6 EB1/JI, localizadas fora da sede de concelho.

Tabela 3.10_ Caracterização e avaliação da segurança dos estabelecimentos escolares e envolvente

Estabelecimento de ensino (em funcionamento)	Passetos nas ruas	Iluminação da rua	Passadeiras	Passadeiras com semáforos	Lombas de redução de velocidade	Saída de escola com resguardo	Sinal de indicação de escola	Vias de grande circulação	Cruzamentos perigosos não protegidos
JI “Mãe de Deus”	N	D	N	N	N	N	N	N	N
EB1/JI de Vila do Porto	A	A	A	N	N	S	S	S	S
EB1/JI de Almagreira	D	A	A	N	S	S	S	S	N
EB1/JI do Aeroporto	D	A	A	N	N	S	S	S	N
EB1/JI D. António Sousa Braga	D	A	A	N	S	N	S	S	S
EB1/JI Sol Nascente	A	A	A	N	S	S	S	S	N
EB1/JI de São Pedro	D	A	A	N	S	S	S	S	N
EB2,3/S Bento Rodrigues	A	A	A	N	N	S	S	S	N
EP Santa Maria	A	S	S	N	N	N	N	S	N

Fonte: Fichas de Sistematização Física. Legenda: A - Adequado; D - Desadequado; S - Sim; N - Não; s/i - Sem informação.

Os estabelecimentos escolares localizam-se dentro do aglomerado urbano, de um modo geral junto à Estrada Regional, podendo verificar-se situações de perigo à circulação das crianças. Por outro lado, as escolas estão devidamente assinaladas, as saídas estão devidamente resguardadas da via, embora apenas na proximidade das escolas fora da sede de concelho existam lombas de redução de velocidade para uma chamada de atenção mais eficaz dos condutores.

Tabela 3.11_ Caracterização e avaliação da segurança passiva e activa nos estabelecimentos escolares

Estabelecimento de ensino (em funcionamento)	Segurança passiva					Segurança activa			
	Sistema de alarme	Extintores	Iluminação recreio	Saída de emergência	Plano de emergência	Alarme ligado à vigilância activa	Guarda-nocturno	Vigilância por empresa de segurança	Distância ao quartel de bombeiros (km)
JI “Mãe de Deus”	N	A	D	S	N	N	N	N	1,3
EB1/JI de Vila do Porto	S	A	N	S	S	N	N	N	1,0
EB1/JI de Almagreira	S	A	N	S	S	N	N	N	3,7
EB1/JI do Aeroporto	S	A	N	S	S	N	N	N	3,40
EB1/JI D. António Sousa Braga	S	A	N	S	S	N	N	N	12,9
EB1/JI Sol Nascente	S	A	N	S	S	N	N	N	10,7
EB1/JI de São Pedro	S	A	S	S	S	N	N	N	2,9
EB2,3/S Bento Rodrigues	N	A	A	S	S	N	N	N	1,3
EP Santa Maria	N	A	N	D	N	N	N	N	1,5

Fonte: Fichas de Sistematização Física; Cartografia da 3ª fase da Revisão do PDM_Vila do Porto. Legenda: A - Adequado; D - Desadequado; S - Sim; N - Não; s/i - Sem informação.

Relativamente à segurança dos edifícios, todos os estabelecimentos possuem Plano de Emergência, à excepção da EP Santa Maria e do JI “Mãe de Deus”. Todas as EB1/JI apresentam sistema de alarme implantado.

Em termos de segurança activa, não existem estabelecimentos com vigilância privada ou com alarme ligado à vigilância activa, nem mesmo com vigilância nocturna.

O quartel de bombeiros fica localizado na sede de concelho (assim como o centro de saúde) numa situação periférica relativamente a outras zonas da ilha, sendo que esta distância aos

meios de socorro não se revela superior a 13km, encontrando-se a maioria dos estabelecimentos a menos de 3km do quartel.

3.2.6. Alterações detectáveis e necessidade de obras

De um modo geral, verificam-se alterações aos projectos originais do Plano dos Centenários, nomeadamente a adaptação dos pátios exteriores e encerramento dos telheiros para inclusão de sala de aula, instalações sanitárias, cozinha e zona de refeitório. As alterações aos materiais característicos do Plano dos Centenários verificam-se em algumas escolas sobretudo ao nível das janelas do alçado posterior do edifício com alteração das caixilharias, decorrentes das obras de adaptação referidas, conforme se pode observar nas imagens que se apresentam de seguida.

Figura 3.10 _Alterações detectáveis nos edifícios do Plano dos Centenários



Por outro lado, a degradação dos edifícios vem evidenciar as marcas das ampliações e adaptações efectuadas.

Tendo em consideração os levantamentos realizados e as respostas aos inquéritos e fichas de sistematização física, verificam-se algumas situações de necessidade de obras, sobretudo decorrentes da própria idade dos edifícios e a data da última operação de reabilitação, alguns problemas de infiltrações e humidade, problemas de climatização, desadequação de salas e espaços específicos às necessidades e ainda substituição de equipamento e mobiliário.

Relativamente aos edifícios das EB1/JI, tendo em conta que as últimas obras de beneficiação dos equipamentos ocorreram entre 1999 e 2001, as escolas apresentam a nível das fachadas exteriores e cobertura problemas de humidade e infiltrações, que provocam a desagregação dos revestimentos, fissuras, manchas e deterioração dos materiais em geral, causando a degradação das condições de habitabilidade e salubridade dos espaços interiores.

Figura 3.11 _Necessidade de obras e adequação dos espaços



Verifica-se igualmente a necessidade de melhoria da iluminação exterior e da adequação dos espaços de recreio à realidade de cada escola, nomeadamente ao número de alunos, ao tipo de espaços e de pavimentos que apresentam, assim como à segurança e acessibilidade.

Ao nível dos espaços interiores, há que referir essencialmente a necessidade de reajustamento dos espaços de refeitório e das instalações sanitárias, bem como a substituição/complementação de algum mobiliário das diversas salas.

A EB1/JI de Vila do Porto, dada a sua localização na sede de concelho, sendo a mais antiga e a que serve maior número de alunos constitui o estabelecimento que necessita de intervenção a curto prazo.

Relativamente à EB2,3/S Bento Rodrigues, os problemas detectados estão associados essencialmente às más condições e mau estado actuais dos equipamentos, como as áreas de balneários, o piso e vedação do campo de jogos, a degradação avançada em geral do pavilhão gimnodesportivo, que muitas vezes impossibilitam o normal funcionamento das actividades.

No que respeita à EP Santa Maria, de acordo com a informação facultada, não são indicadas necessidades de obras, sendo os espaços existentes considerados adequados.

3.2.7. Taxa de ocupação, irradiação e saturação dos espaços

Neste ponto analisa-se a capacidade/saturação dos estabelecimentos escolares a partir dos dados relativos ao ano lectivo 2009/2010, bem como a irradiação dos equipamentos.

Uma vez que os estabelecimentos escolares do concelho oferecem mais do que um nível de ensino, com excepção dos jardins-de-infância, o cálculo das capacidades actuais são apresentados por tipologia de equipamento.

Relativamente ao jardim-de-infância “Mãe de Deus”, apresenta duas salas de actividades, um com capacidade para 15 crianças e outra para 10 crianças, tendo actualmente a primeira 14 e a segunda 10 alunos, resultando numa taxa de ocupação na ordem dos 96%.

Segundo o referencial da DGOTDU de 2002 *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, no que diz respeito à capacidade de uma EB1/JI, as turmas devem ter entre 20 e 25 alunos. Partindo do número mínimo de alunos por turma (e por sala) - uma vez que não se faz a distinção entre educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico - obtém-se uma capacidade total instalada de 620 alunos (31 salas).

Tabela 3.12_ Taxa de ocupação global dos estabelecimentos da rede educativa (ano lectivo 2009/2010)

Estabelecimento de ensino	Capacidade		Ocupação actual * (alunos)	Taxa de ocupação
	Nº salas de aula *	Nº máx. de alunos		
Jl “Mãe de Deus”	2	25	24	96,0%
EB1/JI de Vila do Porto	11	220	180	81,8%
EB1/JI de Almagreira	4	80	30	37,5%
EB1/JI do Aeroporto	6	120	93	77,5%
EB1/JI D. António Sousa Braga	2	40	33	82,5%
EB1/JI Sol Nascente	4	80	22	27,5%
EB1/JI de São Pedro	4	80	43	53,6%
TOTAL EB1/JI	31	620	401	64,7%
EB2,3/S Bento Rodrigues	26	780	644	82,6%
EP Santa Maria **	1	20	11+15 ⁽¹⁾	55% ; 75% ⁽¹⁾

Fonte: Fichas de Sistematização Física Legenda: ⁽¹⁾A sala existente é ocupada por duas turmas alternadamente.

Assim, analisando os dados apresentados na tabela anterior, pode concluir-se que a taxa de ocupação global dos estabelecimentos EB1/JI no ano lectivo 2009/2010 no concelho de Vila do

Porto situa-se numa média de 65%. Dos seis estabelecimentos analisados, dois apresentam uma taxa de ocupação inferior a 50%, destacando-se a EB1/JI Sol Nascente, na freguesia de Santa Bárbara, com cerca de 28% de ocupação.

No que se refere à EB2,3/S Bento Rodrigues, de acordo com os dados recolhidos através da Ficha de Sistematização Física, a escola apresenta uma capacidade de 26 salas de aula regulares e é com base neste número que se calcula a capacidade instalada desde estabelecimento de ensino.

A capacidade e a taxa de ocupação actual é analisada em termos de equipamento, e não por tipologia de ensino, uma vez que se trata de um estabelecimento onde são leccionados os 2º e 3º ciclos do ensino básico e o ensino secundário. Assim, partindo do princípio que o número máximo de alunos admitido por sala é 30, a capacidade total da EB2,3/S Bento Rodrigues é de 780 alunos, revelando uma ocupação actual de 644 alunos, correspondente a 83% da sua capacidade.

No que diz respeito à EP Santa Maria, o estabelecimento dispõe de 1 sala de aula com capacidade para 20 alunos. Embora em termos globais apresente uma taxa de ocupação de aproximadamente 75%, uma vez que a escola chega a leccionar 2 cursos no mesmo ano lectivo, alternadamente, pode dizer-se que a capacidade actual se encontra esgotada. Daqui resulta uma potencial necessidade de ampliação do estabelecimento no sentido de aumentar o nº de salas.

A **irradiação** de uma escola é determinada pela distância-tempo máximos entre a escola e os locais de residência, medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos seus eixos.

Os valores de irradiação variam em função da faixa etária dos alunos e dos modos de deslocação utilizados, devendo igualmente atender-se às características físicas do local de estudo, nomeadamente a orografia, o clima, as vias de comunicação e a rede de transportes, de forma a garantir aos alunos as condições adequadas de segurança e conforto nas suas deslocações diárias à escola.

De acordo com o disposto nas *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos* (DGOTDU, 2002) estabelece-se os seguintes tempos de deslocação escola-local de residência recomendados para os diferentes graus de ensino:

- Jardim de Infância - a pé 15 min., em transporte público 20 min.;
- Escola Básica 1º Ciclo - a pé preferencialmente 1 km ou 15 min. ou no máximo 1,5 km ou 30 min.; em transporte público no máximo 40 min.;
- Escola Básica 2º e 3º Ciclos - a pé preferencialmente 1,5 km ou 30 min. ou no máximo 2,2 km ou 45 min.; em transporte público no máximo 60 min.;
- Escola Secundária - a pé 2 km ou 30min. preferencialmente ou, no máximo, 3 km ou 50 min.; em transporte público, no máximo, 60 min.

A tabela seguinte 3.13 apresenta as áreas de influência de cada escola EB1/JI em funcionamento, consoante o local de residência (por aglomerado). Verifica-se que existe um estabelecimento com Jardim-de-Infância e 1º ciclo em cada sede de freguesia, sendo que a sede de concelho possui dois destes estabelecimentos, sendo a que concentra igualmente maior população residente.

Torna-se relevante referir que muitas das crianças que frequentam as EB1/JI de Vila do Porto e do Aeroporto residem fora da freguesia sede do concelho, situação motivada por esta constituir o local de trabalho dos pais, que optam por trazer os filhos consigo.

Refira-se ainda a situação da freguesia de Santo Espírito como mais desfavorável em termos de distâncias e tempos de deslocação entre a residência e o local de estudo, uma vez que é a freguesia com maior número de aglomerados e áreas de povoamento tradicional, localizados muitas vezes em zonas de difícil acesso (caracterizada por um relevo mais irregular, com vales encaixados, obrigando a uma rede viária mais sinuosa e estreita), havendo por isso que recorrer ao transporte através de táxi, quando não são os pais que os levam à escola.

Tabela 3.13_Área de influência das escolas do 1º ciclo do ensino básico em função do local de residência

Local de residência	Escola	Local de Residência	Escola
Santa Bárbara	EB1/JI Sol Nascente (Santa Bárbara)	Santo Espírito	EB1/JI D. António Sousa Braga (Santo Espírito)
Lagos		Loural	
Arrebentão		Santo António	
S. Lourenço		Malbusca	
Barreiro		Calheta	
Norte		Feteirinha	
Feteiras		Maia	
Lagoinhas		Terras do Raposo	
Forno		Azenhas	
Cruz de S.Mor		Cruz	
São Pedro	EB1/JI de São Pedro (São Pedro)	Glória/Fonte do Jordão	
Paúl		Cardal	
Chã de João Tomé		Panasco	
Ribeira do Engenho		Lagoa	
Feteiras de Cima		Além	
Feteiras de Baixo		Santana	
Almagreira	EB1/JI de Almagreira (Almagreira)	Vila do Porto	EB1/JI de Vila do Porto
Praia		Valverde	EB1/JI do Aeroporto
Courelas		Aeroporto	(Vila do Porto)
Graça		Anjos	

Fonte: 3ª fase de Revisão do PDM_Vila do Porto

O facto do único estabelecimento dos 2º e 3º CEB e de ensino secundário do concelho se situar num dos extremos do território municipal faz com que os alunos provenientes, por exemplo, da Calheta cheguem a demorar aproximadamente 50 minutos em transporte colectivo.

Finalmente, a análise da proveniência dos alunos, docentes e auxiliares de acção educativa dos vários estabelecimentos de ensino é apresentada na tabela seguinte, com base nas respostas das várias entidades aos questionários, destacando-se a freguesia de Vila do Porto como local de residência predominante.

Tabela 3.14_Locais de origem/residência dos alunos, docentes e pessoal auxiliar de acção educativa

Estabelecimento de ensino	Freguesia de residência	Nº		
		Alunos	Docentes	Aux. Acção Educativa
JI “Mãe de Deus”	Vila do Porto	18	1	5
	São Pedro	3		
	Santo Espírito	1		
	Anjos	2		
EP Santa Maria	Vila do Porto	15	6	2
	Almagreira	1	2	
	São Pedro	3	1	
	Santo Espírito	4	4	
	Santa Bárbara	3	2	
UO EBS Santa Maria		s/i		

Fonte: Questionários, 2010. Legenda: s/i - sem informação

Não foi possível analisar a proveniência dos alunos e docentes da Unidade Orgânica da Escola Básica e Secundária de Santa Maria por falta de dados.

3.2.8. Possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios

Tendo em conta as taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares, a situação actual não revela necessidade de ampliação dos edifícios. Por outro lado, em termos de possibilidade de ampliação, relativamente aos estabelecimentos afectos à educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, os edifícios já esgotaram a sua capacidade de ampliação - com excepção da EB1/JI de Santo Espírito que poderá subir um piso. Relativamente aos restantes, poderá ser equacionada a possibilidade, em caso de eventual necessidade, da construção de um novo edifício complementar ao principal, nas situações em que o terreno apresente dimensão suficiente, podendo assim compensar a falta de espaço.

Tabela 3.15_Perspectivas futuras de reajustamento dos estabelecimentos educativos

	Perspectivas de reajustamento	Requalificação das instalações	Ampliação	Observações
JI “Mãe de Deus”	Não	s/i	s/i	Mobiliário das salas necessita reparação; adequação do espaço exterior às necessidades;
EB1/JI de Vila do Porto	Sim		Construção de passagem coberta de ligação entre os 2 edifícios	Melhoria da iluminação exterior; Beneficiação de fachadas e cobertura; Manutenção dos espaços de recreio
EB1/JI de Almagreira	Não	-	-	Melhoria da iluminação exterior; Substituição do mobiliário do refeitório; Manutenção e adequação do espaço exterior às necessidades; Necessidade de ligação da rede de drenagem de águas residuais à rede pública;
EB1/JI do Aeroporto	Sim	Cobertura do campo de jogos		Substituição do mobiliário do refeitório e das salas de aula
EB1/JI D. António Sousa Braga	Sim	Substituição da cobertura do edifício	Ampliação do espaço de recreio	Adequação do espaço de recreio às necessidades; Necessidade de ligação da rede de drenagem de águas residuais à rede pública;
EB1/JI Sol Nascente	Não	-	-	Substituição do mobiliário do refeitório Melhoria da iluminação exterior; Necessidade de ligação da rede de drenagem de águas residuais à rede pública;
EB1/JI de São Pedro	Não	-	-	Substituição do mobiliário do refeitório Necessidade de ligação da rede de drenagem de águas residuais à rede pública;
EB2,3/S Bento Rodrigues	Sim	-	Ampliação do ginásio e construção de auditório.	Beneficiação das instalações desportivas (campo de jogos e ginásio) incluindo balneários;
EP Santa Maria	Não	s/i	s/i	s/i

Fonte: Fichas de Sistematização Física. Legenda: s/i - Sem informação

Segundo os dados recolhidos nas Fichas de Sistematização Física, registam-se perspectivas de reajustamento em três estabelecimentos do 1º ciclo - a EB1/JI de Vila do Porto, EB1/JI do Aeroporto e EB1/JI D. António Sousa Braga - referindo-se fundamentalmente a obras de conservação e de recuperação de algumas instalações, nomeadamente a substituição da cobertura e beneficiação de fachadas exteriores, adequação e ampliação do espaço de recreio às necessidades e a construção da cobertura do campo de jogos e de passagens cobertas de ligação entre os edifícios escolares. Refira-se ainda a identificação da necessidade de requalificação das zonas desportivas da EB2,3/S Bento Rodrigues.

Por outro lado, a existência de salas com outras valências, para além das salas de aula permite maior flexibilidade aos estabelecimentos na gestão dos aumentos e perdas de alunos a que as escolas estão sujeitas por razões diversas - aumento/diminuição da população, surgimento de novas zonas residenciais, etc.

Quando a dimensão do terreno o permite, tem-se assistido à construção de um segundo edifício de dimensões mais reduzidas destinado a arrumos ou mesmo a uma sala polivalente, que poderá funcionar como refeitório/cantina, sala para actividades de educação física, entre outras funções.

3.2.9. Partilha de instalações entre instituições

O único estabelecimento de ensino cujo espaço escolar é utilizado por outras instituições é a EB2,3/S Bento Rodrigues, nomeadamente as suas instalações desportivas e a cantina.

A Escola Profissional utiliza duas vezes por semana o campo de jogos, localizada a uma distância de aproximadamente 700m, para a realização de actividades de educação física.

Os diversos clubes desportivos existentes na ilha (andebol, basquetebol, entre outros) utilizam o ginásio e o campo de jogos da escola para a realização dos treinos diários e competições.

No que diz respeito às EB1/JI, refira-se apenas que os alunos da EB1/JI de Vila do Porto se deslocam à cantina da EB2,3/S Bento Rodrigues à hora do almoço.

3.2.10. Rede concelhia centros educativos e bibliotecas escolares

O concelho de Vila do Porto não dispõe de Centros Educativos.

No que se refere às bibliotecas escolares, os estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º ciclo não possuem biblioteca, existindo apenas uma localizada na EB2,3/S Bento Rodrigues.

O concelho dispõe ainda de uma biblioteca municipal localizada na sede de concelho, instalada num edifício remodelado, inaugurada em 2009, onde existem cerca de 35 mil obras, das mais variadas áreas, incluindo a temática açoriana, e obras em inglês, alemão, francês e espanhol; bem como periódicos, cd-roms, DVD's e cassetes vídeo. Possui ainda um auditório (que poderá funcionar de forma autónoma) e um arquivo municipal.

A Biblioteca Municipal tem desenvolvido regularmente um projecto de animação infantil destinado à ocupação dos alunos do Ensino Básico e dos Jardins de Infância após o horário das aulas, onde estes podem utilizar os computadores, ler livros e realizar os trabalhos de casa.

3.2.11. Serviços de psicologia e orientação

Os serviços de psicologia e orientação são prestados nas escolas por psicólogos disponibilizados na generalidade pela Direcção Regional de Educação e Formação, a todos os níveis de ensino, incluindo o pré-escolar. Refira-se que a Escola Profissional é o único estabelecimento que não possui serviços de psicologia e orientação (veja-se a tabela seguinte).

Tabela 3.16_Oferta de serviços de psicologia e orientação

Estabelecimentos	Entidade que disponibiliza	Cobertura dos Serviços de Psicologia	Local onde é disponibilizado
Jl "Mãe de Deus"	SCMVP	Boa	Na própria escola
EB1/JI de Vila do Porto	DREF	Boa	Na própria escola
EB1/JI do Aeroporto	DREF	Boa	Na própria escola
EB1/JI da Almagreira	DREF	Boa	Na própria escola
EB1/JI D. António Sousa Braga	DREF	Boa	Na própria escola
EB1/JI Sol Nascente	DREF	Boa	Na própria escola
EB1/JI de São Pedro	DREF	Boa	Na própria escola
EB2,3/S Bento Rodrigues	DREF	Boa	Na própria escola
EP Santa Maria	-	-	-

Fonte: Questionários

Relativamente a este aspecto importa ainda mencionar que de uma forma geral a cobertura dos serviços de Psicologia nas escolas é avaliada como sendo Boa.

3.2.12. Movimento associativo de encarregados de educação

A existência de associações de encarregados de educação, pela análise da resposta aos inquéritos por parte da sede da Unidade Orgânica da EBS de Santa Maria, é extensível a toda a rede educativa de natureza pública do município.

Relativamente à rede privada, o JI “Mãe de Deus” possui igualmente uma associação de pais e encarregados de educação, o mesmo não se verificando na Escola Profissional de Santa Maria.

3.2.13. Educação especial

A educação especial faz parte integrante da estrutura das redes de ensino regular e profissional e visa responder a necessidades educativas especiais, decorrentes de limitações ou incapacidades que se manifestam de modo sistemático e com carácter prolongado, inerentes ao processo individual de aprendizagem e de participação na vivência escolar, familiar e comunitária.

Na próxima fase do trabalho irá proceder-se à análise da procura de educação especial no concelho de Vila do Porto, uma vez que até ao momento não foram disponibilizados os dados para esse efeito.

3.2.14. Actividades de tempos livres e actividades extra-curriculares

De acordo com as informações recolhidas junto dos estabelecimentos de ensino, as actividades pedagógicas e complementares, extra-escolares são proporcionadas pelo JI “Mãe de Deus”, pela EB2,3/S Bento Rodrigues e ainda pela Escola Profissional.

No que respeita às actividades oferecidas pelo JI estas correspondem à organização de passeios com uma periodicidade mensal, sendo os respectivos custos suportados pela autarquia.

Tabela 3.17_ Actividades pedagógicas e complementares da EB2,3/S Bento Rodrigues

Actividade	Periodicidade	Local onde se desenrola a actividade	Quem suporta os custos
Clube de Teatro	Diária	Dentro da escola	EB2,3/S Bento Rodrigues
Clube das Ciências	Diária	Dentro da escola	EB2,3/S Bento Rodrigues
Clube de Jornalismo	Semanal	Dentro da escola	EB2,3/S Bento Rodrigues
Clube Desportivo	Diária	Dentro da escola	EB2,3/S Bento Rodrigues

Fonte: EBS Santa Maria. 2010

Há ainda a referir o programa “Escolinhas do desporto” que prevê a realização de actividades desportivas diversas nas EB1/JI do concelho, conduzidas por professores da EB2,3/S Bento Rodrigues diariamente depois do horário escolar, com o objectivo de proporcionar acções pedagógicas de expressão e educação físico-motora.

O programa atinge crianças entre os 6 e os 10 anos e desenvolve-se em todas as freguesias do concelho. As acções decorrem nos espaços desportivos das escolas e proporcionam às crianças um conjunto diversificado de vivências motoras visando criar e consolidar hábitos de prática desportiva, contribuir para o desenvolvimento desportivo do concelho e ocupar de forma lúdica e formativa os tempos livres das crianças.

Por outro lado, verifica-se que no concelho de Vila do Porto não existem centros ATL (Actividades de Tempos Livres).

Por sua vez, a Escola Profissional desenvolve regularmente actividades e iniciativas complementares da acção educativa, conforme se pode observar na tabela que se apresenta de seguida.

Tabela 3.18_Actividades pedagógicas e complementares da EP Santa Maria

Actividade	Periodicidade	Local onde se desenrola a actividade	Quem suporta os custos
Concurso de montras	Irregular	Fora da Escola	Escola
Festa de Natal; São João	Anual	s/i	s/i
Visitas de estudo	Mensal	Fora da Escola	FSE

Fonte: EP Santa Maria (Questionário) 2010

3.2.15. Projectos educativos e processos de Auto-avaliação

De acordo com a legislação em vigor, o Projecto Educativo constitui o documento que consagra a orientação educativa da unidade orgânica, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a unidade orgânica se propõe cumprir a sua função educativa.

Foi possível aceder a dois dos três projectos educativos das escolas existentes no concelho: o da unidade orgânica da EBS de Santa Maria e o da Escola Profissional da CCIPD. Sabe-se que o JI “Mãe de Deus” possui projecto educativo mas desconhece-se o seu conteúdo e grau de consecução dos seus objectivos.

Tabela 3.19_Projectos Educativos da rede escolar do concelho e grau de concretização dos objectivos

Estabelecimento	Existe formalizado	Grau de alcance dos objectivos	Tem sofrido alterações ao conteúdo	Em que domínios	É avaliado
JI “Mãe de Deus”	Sim	s/i	Sim	s/i	Não
UO EBS Santa Maria	Sim	Médio	Não	-	Sim
EP Santa Maria	Sim	Elevado	Sim	Ao nível de actualizações	Sim

Fonte: Questionários. Legenda: s/i - Sem informação

Refira-se ainda que tanto a Unidade Orgânica da EBS de Santa Maria como a Escola Profissional possuem processos de auto-avaliação.

No caso da EBS de Santa Maria, o processo realiza-se de dois em dois anos, avaliando o grau de execução das actividades propostas no Plano Anual de Actividades em cerca de 90%, tendo-se registado uma melhoria no sucesso escolar dos alunos do ensino básico, embora no Ensino Secundário os resultados estejam aquém do desejável. Por outro lado, a taxa de insucesso escolar tem diminuído, sendo actualmente residual.

Existe uma cultura de colaboração entre os diversos membros da comunidade educativa, particularmente o envolvimento da Associação de Pais e da Associação de Estudantes.

Relativamente à Escola Profissional, o processo de auto-avaliação tem uma periodicidade anual e o nível de execução das actividades que contribuem para a criação de ambientes educativos favoráveis à vivência escolar é considerado muito satisfatório. A taxa de sucesso escolar é de 100% e todos os alunos que concluíram o ano lectivo de 2009/2010 foram integrados no mercado de trabalho. A escola fomenta igualmente uma cultura de colaboração entre os membros da comunidade educativa.

a) Escola Básica e Secundária de Santa Maria

O Projecto Educativo consultado refere-se ao triénio 2006-2009 e nele encontram-se definidos os princípios e orientações gerais assentes nas características da comunidade educativa do concelho a partir das quais se estabelecem metas a cumprir naquele período, tendo em conta os recursos disponíveis (materiais, humanos...) e as políticas educativas propostas, com base nas orientações nacionais e regionais.

Trata-se de um documento dinâmico que é sucessivamente avaliado, ajustado e adequado à realidade e às necessidades da comunidade educativa.

Entre os problemas, identificam-se os mais relevantes:

- Comportamentos desviantes dentro e fora da sala de aula;
- Deficiente aplicação de hábitos e regras de convivência social;
- Individualismo na acção pedagógica;
- Desarticulação entre os diferentes ciclos e agrupamentos, nomeadamente, na troca de experiências e informações;
- Escassa formação ao nível do desenvolvimento pessoal e social da comunidade escolar;
- Carência de formação específica de acordo com as necessidades dos intervenientes;
- Reduzida participação dos pais/encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos;
- Ausência de hábitos de estudo e métodos de trabalho, na maioria dos alunos;
- Reduzida abertura da escola à comunidade.

Assim, foram apontados como objectivos gerais para um período de 3 anos (2006-2009):

- Promover atitudes/actividades que permitam a articulação entre família e escola;
- Promover o sucesso escolar através de uma maior ligação entre a escola e a comunidade;
- Sensibilizar os pais/encarregados de educação e a comunidade para uma participação mais activa na escola;
- Desenvolver situações de entreaajuda e cooperação na comunidade escolar;
- Estimular uma cultura de cidadania através do contacto com a comunidade, tendo em vista um melhor conhecimento do meio e a formação de cidadãos responsáveis;
- Construir o quotidiano de escola num exercício permanente de direitos e deveres de cidadania para todos quantos nela convivem (alunos/professores/ pessoal não docente/pais);
- Desenvolver um ambiente e um clima na Escola propiciador do relacionamento são, respeitador e tranquilo entre todos aqueles que integram a comunidade educativa;
- Desenvolver global e harmoniosamente a personalidade dos alunos;
- Formar cidadãos livres, conscientes e participativos;
- Melhorar a coordenação entre todos os intervenientes no processo educativo da escola;
- Promover situações de intercâmbio, não só entre os professores do mesmo Ciclo, mas também entre os professores dos diferentes Ciclos de ensino, de forma a desenvolver uma verdadeira «Cultura de Agrupamento»;
- Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de actores educativos responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- Aperfeiçoamento da formação do pessoal docente e não docente com vista ao melhoramento do seu desempenho;
- Contribuir para que os alunos, cumprindo a escolaridade obrigatória nesta escola, adquiram as ferramentas fundamentais (aprendizagens, competências, atitudes e

valores) que lhes permitam construir percursos que, embora diversos, facultem a cada um, no futuro, a autonomia necessária a uma melhor qualidade de vida;

- Promover o sucesso educativo dos alunos de forma a garantir a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses, aptidões, capacidade de raciocínio, memória, espírito crítico, sentido moral e sensibilidade estética;
- Incrementar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade;
- Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano, através da utilização de equipamento informático/multimédia;
- Fomentar o uso adequado de linguagens das diferentes do saber cultural, científico e tecnológico, proporcionando a pesquisa, a reflexão e a organização de informação para a transformar em conhecimento mobilizável.

b) Escola Profissional

O Projecto Educativo facultado pela Escola Profissional constitui um documento muito actualizado relativo aos três pólos existentes (Ponta Delgada, Lagoa e Vila do Porto) que lança várias pistas para a construção do panorama da educação no concelho e estabelece um conjunto de objectivos estratégicos de carácter pedagógico e institucional para o triénio 2010-2013:

- Fomentar o desenvolvimento individual, social, ético, cultural e científico dos formandos;
- Adequar a Escola aos verdadeiros interesses do formando e reais necessidades do meio envolvente;
- Promover a autonomia, a actividade, o espírito de iniciativa e sucesso escolar dos formandos;
- Fomentar a construção de novos saberes partindo da iniciativa, criatividade e abordagem crítica da sociedade em que vivemos;
- Despertar para o desenvolvimento de uma sociedade justa, onde predominem os valores do respeito, do diálogo, da complementaridade e da defesa da dignidade da pessoa humana;
- Projectar a Escola no meio onde está inserida;
- Criar condições para que todos os intervenientes do processo educativo sintam a escola como “sua”;
- Orientar os formandos para a escolha de uma carreira profissional;
- Investir na formação e actualização de formadores e pessoal administrativo;
- Proporcionar bom relacionamento na comunidade educativa;
- Seleccionar formandos que apresentem um perfil adequado ao curso em que se inscrevem;
- Dinamizar os espaços de lazer e de estudo;
- Elaborar um plano de emergência/evacuação dos recintos escolares (Lagoa e Santa Maria);
- Envolver os formadores nas actividades levadas a cabo pela Escola;
- Desenvolver projectos transdisciplinares;
- Estimular e incentivar o espírito empreendedor em toda a comunidade educativa;
- Consciencializar-se das necessidades do mercado de trabalho;
- Promover a abertura de novos cursos.

3.2.16. Recursos humanos

Relativamente ao corpo docente, a tabela seguinte apresenta o número de docentes em exercício de funções nos estabelecimentos de ensino no concelho.

Tabela 3.20_Pessoal docente em exercício nos estabelecimentos educativos do concelho de Vila do Porto

Estabelecimento de ensino	Educadores	Prof. 1º CEB	Prof. Língua estrangeira	Prof. Exp. Físico-motoras	Prof. 2º CEB	Prof. 3ºCEB e Ensino Secundário	Prof. Ensino Secundário
JI "Mãe de Deus"	1	0	0	0	0	0	0
EB1/JI de Vila do Porto	3	10	2	2	0	0	0
EB1/JI do Aeroporto	2	4	2	2	0	0	0
EB1/JI de Almagreira	1	2	2	2	0	0	0
EB1/JI D. António Sousa Braga	1	2	2	2	0	0	0
EB1/JI Sol Nascente	1	1	2	2	0	0	0
EB1/JI de São Pedro	1	2	2	2	0	0	0
EB2,3/S Bento Rodrigues	0	0	0	0	25	64	2
EP Santa Maria	s/i						
TOTAL	10	21	12	12	25	64	2

Fonte: Questionários.

De destacar o número de docentes de língua estrangeira e de expressões físico-motoras nos estabelecimentos do 1º ciclo com jardim-de-infância, com o objectivo de proporcionar acções pedagógicas de expressão e educação físico-motora para crianças entre os 6 e os 10 anos.

Tabela 3.21_Características do sistema educativo no ano lectivo 2009/2010

Tipo de escola	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de professores	Ratio alunos/professor
JI	1	24	1	24
EB1/JI	6	401	30	13,4
EB2,3/S	1	644	91	7,1
EP	1	26	s/i	s/i

Fonte: Questionários. Tratamento dos dados: Quaternaire Portugal, SA, 2010

Ao nível da educação pré-escolar e do ensino básico os resultados do ratio alunos/professor são condicionados pela existência de professores de apoio que não têm uma turma a seu cargo mas desenvolvem um trabalho de apoio com várias turmas. Do mesmo modo, na análise dos dados da EB2,3/S é importante ressaltar que o sistema prevê que cada professor leccione a várias turmas.

Não foi possível analisar informação relativa ao pessoal não docente, assim como os dados recolhidos junto da Escola Profissional não continham informação sobre os docentes em funções.

3.3. Acção social e transportes escolares

3.3.1. Acção social

No âmbito das suas atribuições e competências, a Câmara Municipal de Vila do Porto assegura mecanismos de Acção Social Escolar de forma a garantir aos alunos, por um lado, a aquisição dos manuais e materiais escolares necessários ao longo do ano lectivo, e por outro, uma refeição diária equilibrada, proporcionada nos refeitórios escolares geridos directamente pela autarquia em colaboração com a sede da unidade orgânica.

A tabela seguinte dá conta da tipologia de apoios dados aos alunos das diferentes escolas, embora não tenha sido possível recolher dados quantitativos acerca destes apoios. Refira-se que os apoios relativos à Escola Profissional são monetários, financiados pelo Fundo Social Europeu.

Tabela 3.22_Ação social escolar no concelho de Vila do Porto

Estabelecimento de ensino	Livros Escolares	Material Escolar de uso corrente	Apoio Alimentar	Transporte Escolar	Entidade Financiadora
EB1/JI de Vila do Porto	X	X	X	X	CM
EB1/JI do Aeroporto	X	X	X	X	CM
EB1/JI da Almagreira	X	X	X	X	CM
EB1/JI D. António Sousa Braga	X	X	X	X	CM
EB1/JI Sol Nascente	X	X	X	X	CM
EB1/JI de São Pedro	X	X	X	X	CM
EB2,3/S Bento Rodrigues	X	X	X	X	DREF
EP Santa Maira	X	X	X	X	FSE

Fonte: Questionários

3.3.2. Transportes escolares

O Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro determina a disponibilização do serviço de transporte entre o local de residência e os estabelecimentos de ensino a todos os alunos do ensino básico e secundário quando residam a mais de, respectivamente, 3 e 4 km dos estabelecimentos de ensino. Este será gratuito para os alunos sujeitos à escolaridade obrigatória. Para os do secundário, o transporte será comparticipado.

A rede de transportes escolares implica custos anuais no orçamento da autarquia e a tabela que se apresenta de seguida faz a relação desses custos tendo por base o número de alunos transportados e o tipo de transporte utilizado.

Para assegurar o transporte escolar a Câmara Municipal de Vila do Porto recorre a duas tipologias de serviço: as carreiras de transporte colectivo público, asseguradas pela empresa ETPSSM, e o serviço de táxi.

Tabela 3.23_Previsão de custos com os transportes escolares, tipologia de operador e nº de alunos transportados

Estabelecimento de ensino	Operador	Nº de alunos transportados	Custo previstos (€)		
			Mensal	Anual (Ano lectivo)	Comparticipação anual dos alunos
EB1/JI D. António Sousa Braga	Táxi	85	3.411,50	30.703,50	-
EB1/JI Sol Nascente					
EB1/JI de São Pedro					
EB2,3/S Bento Rodrigues	ETPSSM	230	9.622,40	86.601,60	s/i
TOTAL		315	13.033,90	117.305,10	s/i

Fonte: EBS Santa Maria, 2010

Considerando a tabela anterior, pode concluir-se que as despesas relacionadas com o transporte escolar (com excepção da EB2,3/S Bento Rodrigues) correspondem ao transporte das crianças que frequentam as escolas EB1/JI das freguesias de São Pedro, Santa Bárbara e Santo Espírito, sendo estas as que apresentam maior número de núcleos urbanos e áreas de povoamento tradicional, cujo trajecto casa-escola se torna mais dificultado.

Relativamente aos alunos do 2º e 3º CEB e do ensino secundário, estes utilizam as carreiras da rede de transporte público. A autarquia estabelece protocolo com a empresa de viação para a aquisição de passes para os alunos que frequentam a EB2,3/S Bento Rodrigues, desde que

cumpram o respectivo encaminhamento pedagógico, uma vez que existem carreiras de serviço público com horários compatíveis.

Tendo em consideração que o único estabelecimento de ensino dos 2º e 3º CEB se localiza na sede de concelho, para concluir a escolaridade obrigatória, toda a população estudantil do concelho tem que se deslocar diariamente a Vila do Porto e frequentar a EB2,3/S Bento Rodrigues, originando por isso fluxos demográficos com maior expressão.

Ainda de acordo com os dados apresentados na tabela anterior, verifica-se, como seria de esperar, que a despesa mais significativa está relacionada com o transporte colectivo público, que abrange maior número de alunos (73%). Por outro lado, há que referir o peso da despesa realizada com o transporte em táxis (cerca de 40€ por mês, por aluno) para as respectivas EB1/JI.

4. A PROCURA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NO CONCELHO DE VILA DO PORTO

4.1. Enquadramento geral

Antes de se iniciar o processo de caracterização da procura educativa nos últimos anos, importa fazer algumas referências de cariz metodológico, que se prendem não só com as fontes de informação mas também com a justificação que esteve subjacente à escolha das mesmas.

A informação que servirá de base a toda a análise, encontra-se disponibilizada no Estudo 50 Anos de Estatísticas da Educação, elaborado numa parceria entre o INE e o Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, nos Anuários Estatísticos Regionais e nas Séries Estatísticas da Educação, disponibilizadas pela Divisão de Planeamento e Estatística da Direcção Regional de Educação e Formação (DREF). Ainda em relação a este aspecto importa referir a dificuldade sentida na recolha de informação devido à incoerência de dados existente nas diferentes fontes, motivo que levou a equipa a optar pela utilização do referido Estudo, uma vez que através do mesmo foi possível a centralização da recolha de informação.

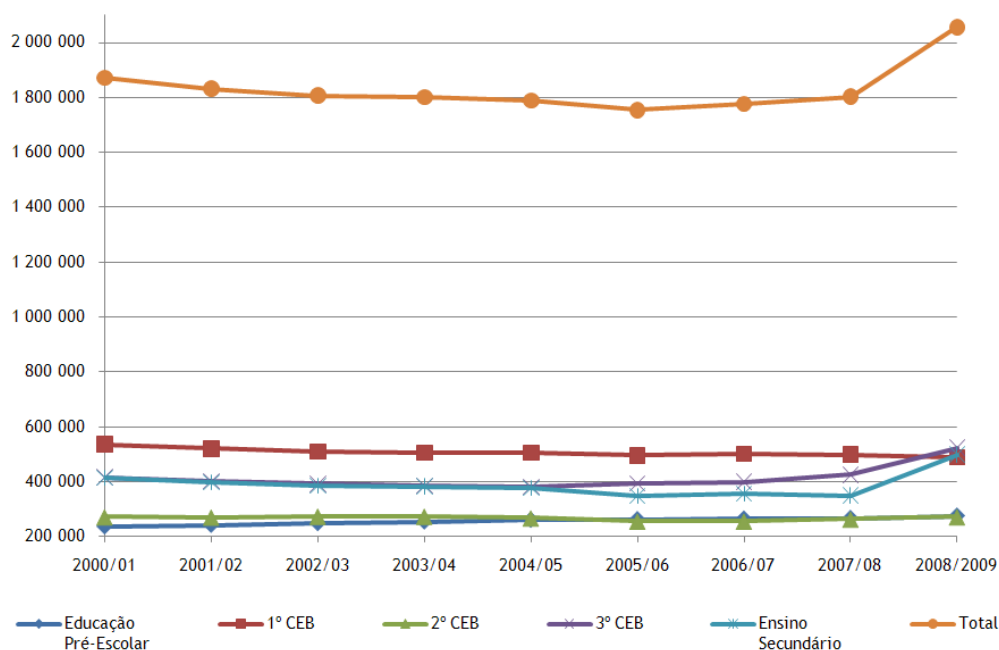
A caracterização da procura de equipamentos escolares no concelho do Vila do Porto foi construída com base em informação relativa à população residente no concelho em idade escolar (população escolarizável) e aos alunos matriculados nas escolas locais (população escolar).

Assim, e com base na informação recolhida, é possível afirmar que a procura educativa em Portugal tem aumentado desde 2005/06, altura em que atingiu os valores mais baixos do período em estudo (2000/01 - 2008/09), ultrapassado os valores do ano lectivo 2000/01. Se esta quebra pode ser justificada pelo abrandamento na dinâmica demográfica nacional, o aumento que se tem verificado nos últimos anos estará certamente relacionado com o alargamento da escolaridade obrigatória para crianças e jovens.

Fazendo a mesma análise por nível de ensino, as conclusões não diferem muito, embora se notem algumas especificidades, nomeadamente ao nível do Pré-escolar que não registou qualquer quebra nos números de procura, tendo desde 2000/01 aumentado o número de alunos matriculados. Relativamente ao 1º CEB o cenário difere ligeiramente, havendo um decréscimo até 2005/06 (inclusive), ligeiro crescimento em 2006/2007 e novamente decréscimo em 2008/2009. No caso do 2ºCEB, tem vindo a aumentar desde o ano lectivo de 2006/2007. Relativamente ao 3º CEB o panorama em Portugal foi de decréscimo até 2004/2005, salientando-se um grande crescimento até 2008/2009. No que se refere ao Ensino Secundário o cenário tem sido de constante diminuição relativamente ao número de alunos matriculados, sendo 2006/07 o único ano de excepção (veja-se figuras 4.1 e 4.2).

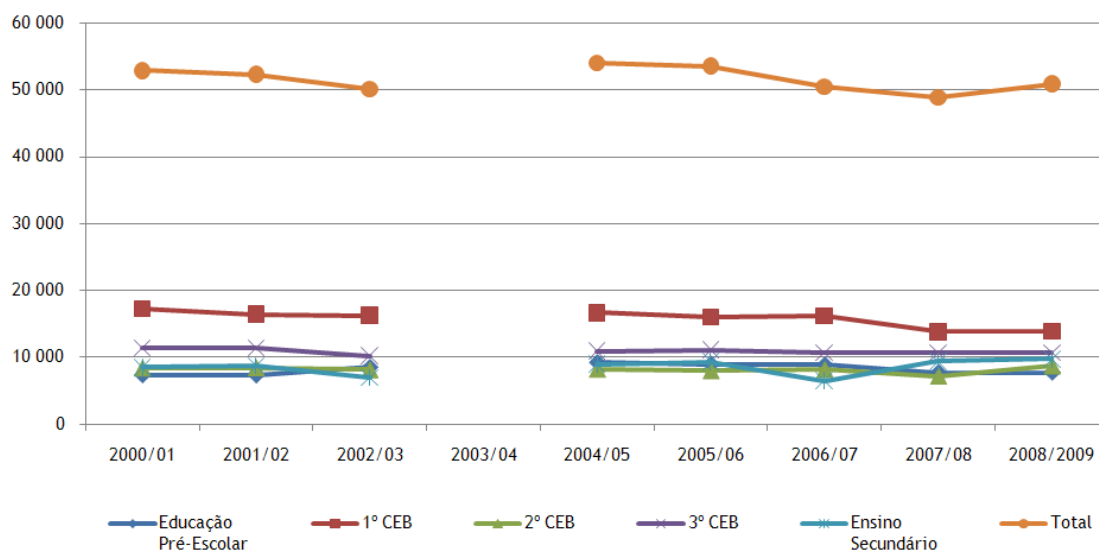
Ao nível do contexto municipal, a situação é claramente diferente do contexto nacional, verificando-se no período de 2000/2001 a 2008/2009 um decréscimo de alunos no 1º CEB (19%) e no 3ºCEB (6%), tendo-se registado nos outros níveis de ensino um crescimento positivo. Contudo, ao analisar os dados apenas a partir 2005/2006, constata-se que passa a haver também um decréscimo no pré-escolar (14%).

Figura 4.1_Alunos Matriculados segundo a modalidade de Ensino, por ano lectivo (Portugal)



Fonte: Anuário Estatístico da RAA 2000 - 2009; INE

Figura 4.2_Alunos Matriculados segundo a modalidade de Ensino, por ano lectivo (RAA)

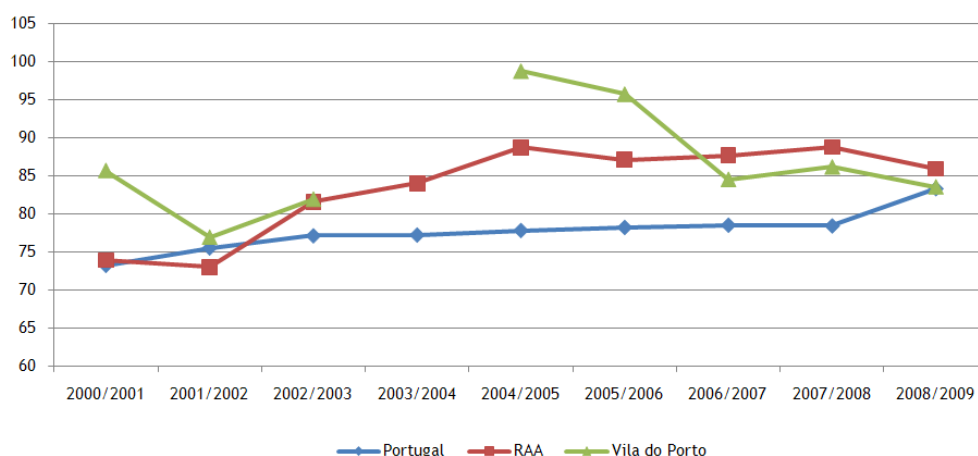


Fonte: Anuário Estatístico da RAA 2000 - 2009; INE.

Procurando caracterizar o panorama educativo num determinado contexto, para além de reflectir sobre os números da procura de educação, importa também olhar para um outro indicador que relaciona a população em idade de frequentar um determinado nível de ensino com a população que efectivamente frequenta esse nível de ensino: a taxa de escolarização.

A análise feita por grau de ensino mostra que a taxa de escolarização na Educação Pré-escolar aumentou no período em análise, não só a nível nacional, mas também na RAA, onde se verifica um maior aumento, nomeadamente, uma variação de 16% entre os anos de 2000/2001 e 2008/2009, apesar das várias oscilações, comparativamente a 13,8% em Portugal (continente e ilhas, doravante Portugal) Pelo contrário, em Vila do Porto houve, no mesmo período, uma variação negativa da taxa de pré-escolarização de 2,5%.

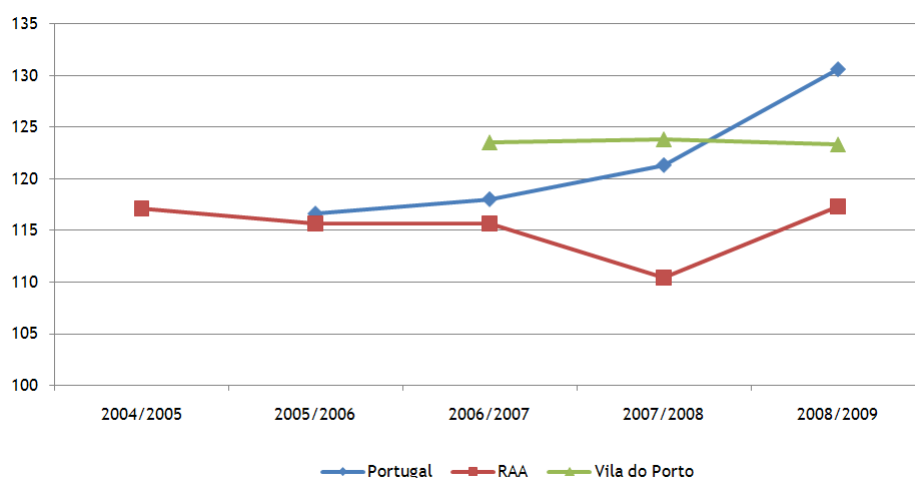
Figura 4.3_Taxa de pré-escolarização



Fonte: Anuário Estatístico da RAA 2000 - 2009; INE e Estatísticas do SREF (DREF)

Relativamente ao Ensino Básico, Portugal e a RAA viram a sua taxa de escolarização aumentar entre os anos lectivos de 2005/2006 e 2008/2009, tendo-se verificado neste último a taxa mais elevada a nível nacional (130%) e a mais baixa a nível regional (117%). No concelho de Vila do Porto, entre 2006/2007 e 2008/2009 a taxa de escolarização apresentou-se estável (cerca de 123,8%), sendo inclusivamente superiores em 2006/2007 e 2007/2008 às registadas em Portugal e na RAA.

Figura 4.4_Taxa de escolarização no Ensino Básico



Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação e INE; Lisboa, Outubro de 2009; Anuário Estatístico da RAA 2000 - 2009; Estatísticas do SREF - (DREF)

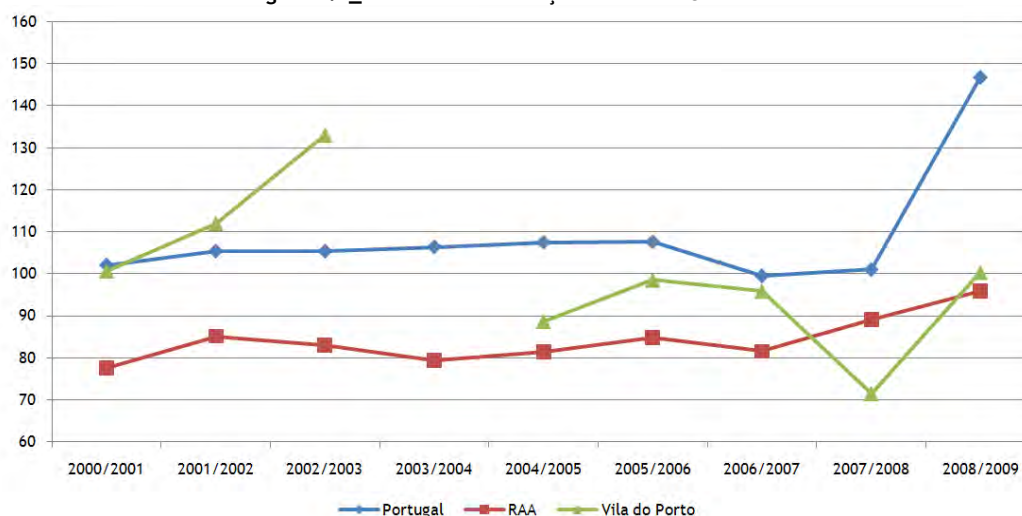
Importa contudo referir que os três contextos de referência (Portugal, RAA e Vila do Porto) têm taxas de escolarização ao nível do Ensino Básico acima dos 100%, o que no contexto local pode ser resultado de uma atracção de alunos vindos de outros concelhos, mas que nos contextos regional e nacional pode estar associado a elevadas taxas de retenção e insucesso escolar.

Quanto ao Ensino Secundário, a situação é ligeiramente diferente, existindo fortes contrastes entre Portugal, a RAA e Vila do Porto.

A nível nacional, a taxa de escolarização manteve-se entre 2000/2001 e 2007/2008 ligeiramente acima dos 100%, com algumas oscilações. Já na RAA, a taxa de escolarização do ensino secundário apresentou um aumento de 24% entre os anos lectivos de 2000/2001 e 2008/2009, mantendo-se ainda abaixo da média nacional, com um valor de 95,8%.

No concelho de Vila do Porto este indicador viu os seus valores diminuir acentuadamente entre 2000/2001 e 2007/2008 (uma diminuição de 28%), registando neste ano o valor mais baixo, comparativamente com a RAA e Portugal.

Figura 4.5_Taxa de escolarização no Ensino Secundário



Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação e INE; Lisboa, Outubro de 2009; Anuário Estatístico da RAA 2000 - 2009; INE e Estatísticas do SREF - DREF

4.2. Educação Pré-escolar

Tal como se tinha verificado anteriormente, a oferta de educação ao nível do Pré-escolar é constituída por 6 jardins-de-infância integrados em Escolas Básicas do 1º CEB na rede pública e um outro Jardim-de-Infância da rede privada, nomeadamente da rede solidária porque se trata de uma instituição de solidariedade social (IPSS).

A distribuição geográfica dos estabelecimentos cobre todas as freguesias do concelho, sendo a freguesia de Vila do Porto a que se encontra melhor servida em termos de número estabelecimentos de ensino pré-escolar.

Tabela 4.1_Frequência Pré-escolar no concelho do Vila do Porto entre 2000/01 e 2009/10
(nº de alunos matriculados)

Estabelecimento	Freguesia	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10*
EB1/JI de Almagreira	Almagreira	14	11	15	11	10	11	13	13	11	13
EB1/JI Sol Nascente	Santa Bárbara	6	8	11	12	13	11	8	6		10
EB1/JI D. António de Sousa Braga	St. Espírito	16	16	16	13	13	16	17	13	8	10
EB1/JI de S. Pedro	S. Pedro	18	11	12	10	14	13	13	19	16	15
EB1/JI de Vila do Porto	Vila do Porto	61	55	52	72	74	65	57	56	60	60
EB1/JI de o Aeroporto	Vila do Porto	37	42	43	34	41	36	31	35	29	35
Ji Mãe de Deus	Vila do Porto	31	24	17	23	22	25	18	15	19	24

Fonte: *Séries Estatísticas de Educação*, Divisão de Planeamento e Estatística da DREF. * Os dados referentes ao ano lectivo 2009/10 foram recolhidos através do processo de inquirição levado a cabo pela Equipa.

Legenda:

- Rede Pública em funcionamento
- Rede Privada

Nos anos lectivos de 2004/2005 e 2005/2006, as taxas de pré-escolarização ultrapassaram os 95%, deixando assim antever alguma margem de progressão neste nível de ensino, embora

não pareça existir necessidade de criação de mais estabelecimentos, já que em alguns casos a utilização é bastante diminuta, como se pode ver pela tabela anterior, nomeadamente nos casos de EB1/JI de Santo Espírito e de Santa Bárbara, bem como Almagreira, onde se têm registado ao longo dos últimos anos o menor número de inscrições no concelho.

A frequência pré-escolar encontra-se praticamente toda concentrada na Rede Pública, sendo as escolas da freguesia de Vila do Porto as que apresentam uma maior população neste nível de Ensino, justificada em primeiro lugar pela maior densidade populacional existente nesta freguesia e por constituir o principal pólo gerador de emprego na ilha, e em segundo, como resultado do anterior encerramento de escolas nas freguesias de Santa Bárbara e Santo Espírito.

De acordo com as projecções realizadas pela equipa, a tendência de perda de população com idade para frequentar o ensino pré-escolar (entre os 3 e os 5 anos) irá manter-se nos próximos anos, acentuando-se significativamente até 2020, altura em que haverá menos de uma centena de crianças neste intervalo etário. À semelhança do que acontece actualmente, espera-se que em 2020 o Vila do Porto seja a freguesia com maior número de crianças entre os 3 e os 5 anos, embora veja este número diminuir drasticamente, sendo inclusivamente a freguesia que perde mais população neste grupo etário. Este panorama deverá conduzir inevitavelmente a uma reflexão sobre o reordenamento a rede educativa ao nível do Pré-escolar.

4.3. Ensino básico

1º Ciclo

A oferta educativa ao nível do 1º CEB centra-se única e exclusivamente na Rede Pública. No ano lectivo de 2000/01 existiam mais dois estabelecimentos, a EB1 de Santo António e a EB1 de Feteiras, que entretanto foram encerradas por falta de alunos.

De uma forma geral, e tal como já se tinha constatado anteriormente, o número de alunos inscritos no 1º CEB no concelho de Vila do Porto tem vindo a decrescer desde 2000/01 a 2009/2010 (-48%), reflectindo-se essencialmente nas EB1/JI Sol Nascente e D. António Sousa Braga, que perderam mais de 65% dos seus alunos, e que são as duas escolas actualmente com menor população escolar, tal como acontecia com o Ensino Pré-Escolar.

Tabela 4.2_Frequência do 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho do Vila do Porto entre 2000/01 e 2009/10
(número de alunos matriculados)

Estabelecimento	Freguesia	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10*
EB1/ JI Almagreira	Almagreira	49	39	33	35	26	30	27	24	19	24
EB1/JI Sol Nascente	Santa Bárbara	32	26	30	33	30	25	21	18	17	11
EB1/JI D. António de Sousa Braga	Santo Espírito	52	60	50	58	49	42	33	32	31	17
EB1/JI de S. Pedro	S. Pedro	45	55	55	47	44	36	36	34	33	23
EB1/JI de Vila do Porto	Vila do Porto	165	177	166	157	140	145	146	131	144	87
EB1/JI do Aeroporto	Vila do Porto	62	53	52	66	56	70	69	60	58	58
EB1 de Santo António		10									
EB1 de Feteiras		8									

Fonte: *Séries Estatísticas de Educação*, Divisão de Planeamento e Estatística da DREF. * Os dados referentes ao ano lectivo 2009/10 foram recolhidos através do processo de inquirição levado a cabo pela Equipa.

Legenda:

-  Rede Pública em funcionamento
-  Rede Pública encerrada

Ainda de acordo com os dados da tabela anterior, percebe-se claramente que as escolas com maior ocupação são as EB1/JI de Vila do Porto e do Aeroporto, em resultado da sua localização na sede de concelho, e também do facto de terem recebido muitos dos alunos que se encontravam nas escolas entretanto encerradas por falta de massa crítica que justificasse o seu funcionamento, motivado pelos movimentos pendulares dos pais e encarregados de educação.

As projecções demográficas realizadas pela equipa dão conta da continuação da diminuição do número de crianças em idade de frequentar o 1º CEB (entre os 6 e os 9 anos de idade), até 2020, atenuando-se contudo este decréscimo entre 2011 e 2020. A freguesia de Vila do Porto deverá continuar a ser a que terá uma maior população dentro deste intervalo etário, embora com uma diminuição prevista de 47%.

As projecções realizadas e a entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010, que estabelece novas orientações para o reordenamento da rede obrigarão certamente a um reequacionamento da oferta do 1º CEB no concelho de Vila do Porto que levará necessariamente ao encerramento de alguns estabelecimentos de ensino. Assim, e de acordo com a nova legislação publicada a 14 de Junho de 2010, existem alguns elementos que importa reter:

1. Os alunos devem frequentar espaços que tenham refeitório, biblioteca, sala de informática e espaços adequados ao ensino de Inglês, Música e prática desportiva;
2. As escolas do 1º CEB devem funcionar com pelo menos 21 alunos, devendo as que se encontrarem abaixo deste número, ser encerradas
3. As escolas onde um só professor ensina ao mesmo tempo um número reduzido de alunos do 1º ao 4º ano e sem infra-estruturas adequadas (as referidas no ponto 1), devem ser encerradas.

As orientações anteriormente elencadas têm como principal objectivo adaptar a rede educativa ao objectivo de uma escolaridade mínima de 12 anos para todos os alunos, adequar a dimensão e condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono e insucesso escolares e, por último, racionalizar os agrupamentos de escolas, articulando diferentes níveis e ciclos de ensino.

2º e 3º Ciclos

O 2º e 3º CEB no concelho de Vila do Porto são leccionados exclusivamente na EB2,3/S Bento Rodrigues, que se encontra localizada na freguesia sede de concelho, como já referido.

No 2º CEB, o número de alunos matriculados tem sofrido bastantes oscilações ao longo dos últimos anos, sendo o balanço ligeiramente negativo entre 2000/01 e 2009/10 (-2%). No entanto, e de acordo com as projecções elaboradas, este é um cenário que se deverá acentuar nos próximos anos, prevendo-se um decréscimo populacional neste escalão etário, até 2020, sendo a população entre os 10 e os 11 anos nessa altura de cerca de 100 crianças.

Relativamente ao 3º CEB, o panorama é semelhante, tendo havido ao longo dos últimos anos algumas oscilações no número de alunos matriculados neste nível de ensino, verificando-se contudo, desde 2001 um decréscimo de 7%, superior à do 2º CEB, no mesmo período, como se pode comprovar na tabela seguinte.

Tabela 4.3_Frequência do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico no concelho do Vila do Porto entre 2000/01 e 2009/10 (número de alunos matriculados)

Estabelecimento	Freguesia	CEB	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10*
EB 2,3/S Rodrigues	Bento Vila do Porto	2º	173	160	181	197	193	186	197	181	155	169
		3º	235	287	237	238	200	215	219	227	221	219
		Total	408	477	418	435	393	401	416	408	376	388

Fonte: *Séries Estatísticas de Educação*, Divisão de Planeamento e Estatística da DREF. * Os dados referentes ao ano lectivo 2009/10 foram recolhidos através do processo de inquirição levado a cabo pela Equipa.

Os dados apresentados na tabela 4.3 ilustram o decréscimo de alunos inscritos no 2º e 3º CEB no período compreendido entre os anos lectivos de 2000/01 e 2009/10. Os dados utilizados foram retirados das Séries Estatísticas da Educação, por serem os que têm uma maior desagregação de informação permitindo análises mais completas, sendo a única excepção os dados do presente ano lectivo (2009/10), que são o resultado do processo de inquirição levado a cabo pela equipa responsável pelo presente estudo aos vários estabelecimentos educativos do concelho de Vila do Porto, não tendo por isso um carácter oficial. Ainda em relação às fontes dos dados relativos aos anos lectivos entre 2000/01 e 2008/09, é preciso referir que há algumas diferenças quando se comparam estes dados com os constantes nos Anuários Estatísticos Regionais.

A tendência de diminuição da população em idade escolar referida anteriormente para os níveis de ensino já analisados é replicável também para os jovens com idades entre os 12 e os 14 (idade de frequência do 3ºCEB), uma vez que com base nas projecções realizadas se prevê que este grupo etário assista a um decréscimo de 20% até 2011 e de 28% entre 2011 e 2020. É ainda previsível que seja a freguesia de Vila do Porto a ter o maior número de crianças com idades entre os 12 e os 14 anos, embora sofra uma perda de 48%. A freguesia com menos crianças neste grupo etário deverá ser a de Santo Espírito que entre 2001 e 2020 perderá mais de metade de população no escalão etário em causa.

4.4. Ensino Secundário

No concelho de Vila do Porto o único equipamento existente para responder à procura de educação ao nível do Ensino Secundário é a EB 2,3/S Bento Rodrigues, tal como referido no capítulo anterior.

À semelhança do que se verificou nos outros níveis de ensino já analisados, também a procura no Ensino Secundário tem diminuído nos últimos anos (cerca de 16% entre 2000/01 e 2009/10), verificando-se no entanto um aumento de alunos matriculados de 12% em 2009/2010 face a 2008/2009, como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 4.4_Frequência do Ensino Secundário no concelho do Vila do Porto entre 2000/01 e 2008/09 (número de alunos matriculados)

Estabelecimento	Freguesia	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10*
EB 2,3/S Bento Rodrigues	Vila do Porto	233	259	299	223	219	225	201	188	175	196

Fonte: *Séries Estatísticas de Educação*, Divisão de Planeamento e Estatística da DREF. * Os dados referentes ao ano lectivo 2009/10 foram recolhidos através do processo de inquirição levado a cabo pela Equipa e não constam de qualquer fonte oficial

Também neste nível de ensino, a tendência é para uma quebra na procura, já que as projecções demográficas realizadas dão conta de uma diminuição do número de jovens em idade de frequentar o Ensino Secundário (entre os 15 e os 17 anos). Assim sendo, prevê-se que entre 2001 e 2011 a população nesta faixa etária diminua 20%, acentuando-se ligeiramente entre 2011 e 2020.

Embora a taxa de escolarização local no último ano de análise disponível (2007/2008) se encontre substancialmente abaixo dos valores nacionais e da RAA, a verdade é que esta tinha vindo a subir ao longo dos últimos anos, à excepção deste último ano lectivo. Ainda assim, os valores mais baixos da taxa de escolarização no concelho do Vila do Porto não parecem estar relacionados com a falta de capacidade da escola de responder à procura.

4.5. Ensino Profissional

O Ensino Profissional no concelho do Vila do Porto é leccionado única e exclusivamente na Escola Profissional da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada - Pólo de Santa Maria que se localiza na freguesia com o mesmo nome e é um equipamento de carácter Particular e Cooperativo.

A tabela seguinte dá conta da evolução do número de alunos matriculados nesta tipologia de ensino nos últimos anos e permite perceber que também ao nível do Ensino Profissional se tem verificado um decréscimo no número de matrículas, o que eventualmente poderá estar relacionamento com uma oferta limitada do ponto de vista qualitativo (desadequação entre aquilo que é a oferta formativa e os interesses da procura) e/ou quantitativo (número de vagas disponíveis).

Tabela 4.5_Frequência do Ensino Profissional no concelho do Vila do Porto entre 2000/01 e 2009/10
(número de alunos matriculados)

Estabelecimento	Nível Ensino	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Escola Profissional (Pólo Santa Maria)	Cursos CET						10		14	12	

Fonte: *Séries Estatísticas de Educação*, Divisão de Planeamento e Estatística da DREF

De qualquer modo, os valores relativos aos primeiros anos do período em análise dão indícios de que esta poderá ser uma modalidade de ensino com interesse regional, não só como forma de combater o insucesso e abandono escolar, já que o aproveitamento no Ensino Profissional é bastante superior quando comparado com o 3º CEB ou com o Ensino Secundário, mas também enquanto estratégia de aumento dos níveis gerais de escolarização, aliando a estes dois aspectos uma resposta mais efectiva na qualificação de recursos humanos em áreas estratégicas a nível regional.

Ainda assim, a aposta nesta modalidade de ensino implica necessariamente um conhecimento aprofundado sobre aquelas que poderão ser as áreas estratégicas para o contexto regional que poderão ter influência directa na oferta formativa, mas também sobre o que poderão ser áreas de interesse dos potenciais frequentadores deste nível de ensino.

No entanto, é necessário ter consciência que a tendência relativamente à dinâmica populacional no escalão frequentador deste nível de ensino é para a diminuição, tal como tinha sido referido anteriormente para o 3º CEB e para o Ensino Secundário.

4.6. Ensino Recorrente

O Ensino Recorrente, enquanto resposta formativa destinada a indivíduos que não se encontram em idade normal de frequentar os ensinos Básico e Secundário, conduz à obtenção de certificados e diplomas equivalentes aos dos correspondentes ciclos e graus de ensino regular, através de planos de estudo específicos. Esta modalidade de ensino tem como principal objectivo a eliminação ou diminuição do analfabetismo e a elevação dos níveis gerais de escolarização das populações, já que concede uma segunda oportunidade a quem se viu impedido de aceder ou a quem foi precocemente afastado do sistema de ensino regular.

Tabela 4.6_Frequência do Ensino Recorrente no concelho do Vila do Porto entre 2000/01 e 2008/09
(número de alunos matriculados)

Estabelecimento	Freguesia	Ensino	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Escola 2,3/S Bento Rodrigues	Vila do Porto	1º Ciclo										
		3º Ciclo	21	29	16					23	35	
		Sec.										16
		Total	21	29	16					23	35	16

Fonte: *Séries Estatísticas de Educação*, Divisão de Planeamento e Estatística da DREF

No período em análise o Ensino Recorrente foi apenas leccionado Escola 2,3/S Bento Rodrigues. A tabela anterior dá conta de grandes oscilações no número de alunos matriculados, sendo de registar que não houve alunos matriculados entre os anos lectivos de 2003/04 e 2006/2007.

4.7. Currículos Alternativos

Como foi referido anteriormente, o sistema educativo da Região Autónoma dos Açores, para além da oferta formativa regular, tem um conjunto de outros programas de ensino que pretendem contrariar os baixos níveis de escolaridade da população, os elevados índices de abandono e insucesso escolar, oferecendo currículos alternativos.

A tabela seguinte demonstra o nível de frequência que estes programas tiveram nos anos lectivos mais recentes, leccionados unicamente na EB2,3/S Bento Rodrigues.

Tabela 4.7_Frequência dos Programas Alternativos no concelho do Vila do Porto entre 2000/01 e 2008/09
(número de alunos matriculados)

Estabelecimento	Programa	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
EB 2,3/S Bento Rodrigues	Alternativo	41									
	Cidadania				3	3		3		2	
	Oportunidade	23		23	25	28	24	35	10		
	PERE								28	30	
	PROFIJ	8	15		11	20	19	22	33	61	45
	UNECA									5	

Fonte: *Séries Estatísticas de Educação*, Divisão de Planeamento e Estatística da DREF

5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGIA DA SITUAÇÃO DA REDE EDUCATIVA DE VILA DO PORTO

5.1. Síntese estratégica

A Carta Escolar aprovada pela Resolução n.º 10/2004, de 22 de Janeiro, constitui actualmente, para o concelho de Vila do Porto, o único documento orientador do desenvolvimento do sistema educativo e de investimento nas infra-estruturas educacionais. Segundo este documento, não se antevê a necessidade de alterar a actual estrutura da rede escolar de Santa Maria, pelo que as opções de desenvolvimento devem privilegiar a consolidação da actual rede.

Educação pré-escolar (PE) e 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB)

...relativo à oferta

↗ Quanto à tipologia o concelho integra JI e EB1/JI, sendo que na primeira tipologia identificam-se uma unidade, JI “Mãe de Deus” da rede solidária, na freguesia de Vila do Porto e na segunda tipologia seis estabelecimentos da rede pública, todos da rede pública agregando no total sete estabelecimentos;

↗ Quanto aos estabelecimentos suspensos, a rede educativa, nestes dois níveis de ensino, possui sete estabelecimentos nestas condições nas freguesias de Santa Bárbara (Escolas de Lagos e Feteiras) e Santo Espírito (Escolas de Santo António, Santo Espírito, Calheta, Malbusca e Glória);

↗ Quanto ao número de salas existentes, nestes dois níveis de ensino, nas escolas em funcionamento, o total dos estabelecimentos integra 33 salas; em contrapartida os estabelecimentos suspensos totalizam 12 salas;

...relativo à taxa de ocupação, irradiação e saturação dos espaços

↗ Quanto à taxa de ocupação, sinaliza-se uma taxa global de 65% (por referência ao ano lectivo 2009/10) para os estabelecimentos que integram simultaneamente alunos do pré-escolar e do 1º CEB, portanto uma taxa razoável face à capacidade instalada. Os estabelecimentos que possuem uma taxa de ocupação acima dos 70% são apenas três, a saber: o EB1/JI de Vila do Porto, EB1/JI do Aeroporto e EB1/JI D. António Sousa Braga, com respectivamente 82, 78 e 83%. Abaixo dos 50% sinalizam-se dois estabelecimentos, a EB1/JI Almagreira (38%) e a EB1/JI Sol Nascente (28%), situando-se no limiar mínimo exigido actualmente;

↗ Verifica-se que, no cômputo global, ainda existe capacidade para abranger mais 219 crianças em idade pré-escolar e 1º CEB, nas escolas de tipologia EB1/JI; o JI da rede solidária encontra-se no limite da capacidade; concluindo-se que não existe lista de espera na rede pública.

...relativo à procura

↗ Diminuição do efectivo escolar do pré-escolar, em cerca de 20,6%, entre 2000/01 e 2008/09;

↗ Taxa de escolarização na ordem dos 123% nos últimos quatro anos lectivos, embora não se preveja necessidade de aumentar o número de estabelecimentos mas sim uma reorganização da rede actual;

↗ Concentração da frequência do pré-escolar na rede pública (existindo apenas um JI da rede solidária), sendo as escolas da sede de concelho as que apresentam maior população neste nível de ensino, associada à maior densidade populacional, à localização principal do emprego dos pais e encarregados de educação e ao encerramento das escolas de outras freguesias;

↗ Manutenção da tendência de perda de população em idade de frequentar o pré-escolar, acentuando-se até 2020, prevendo-se, para esta altura, a existência de menos de uma centena de crianças;

↗ Tendência de decréscimo, desde 2000/01, de alunos inscritos no 1ºCEB (-48%);

↗ As EB1/JI Sol Nascente e D. António Sousa Braga são as que apresentam menor população escolar; em contrapartida, as EB1/JI de Vila do Porto e Aeroporto apresentam maior massa crítica de alunos, pelas mesmas razões apontadas ao nível do pré-escolar;

↗ Diminuição do efectivo escolar, do 1ºCEB, a partir de 2000/01, acentuando-se este decréscimo entre 2011 e 2020, antevendo-se que a freguesia sede de concelho continue a ser a mais populosa, dentro deste grupo etário, embora com uma diminuição de cerca de 47%;

↗ Em regra os alunos frequentam os estabelecimentos da área de residência, com excepção dos que residem nas freguesias onde as escolas já encerraram. Nestes casos, os alunos são encaminhados para a escola mais próxima, na freguesia vizinha, estando garantido o transporte escolar.

↗ A legislação (Resolução de Conselho de Ministros nº 44/2010) recente determinará uma nova configuração da rede de escolas do pré-escolar e 1ºCEB;

...relativo ao estado de conservação, adequação e segurança dos espaços

↗ De modo geral, as instalações são adequadas e de boa qualidade, fruto de um processo de melhoria dos equipamentos escolares do pré-escolar e 1ºCEB, sobretudo ao nível da beneficiação do interior dos edifícios;

↗ A necessitar de uma intervenção a curto prazo, sinaliza-se a EB1/JI de Vila do Porto, fundamentalmente ao nível de beneficiação de fachadas, cobertura e espaços de recreio;

↗ Razoável estado de conservação do mobiliário, embora existam algumas escolas a necessitar da sua substituição, sobretudo o mobiliário do refeitório e tampos das mesas das salas de aula - como por exemplo as EB1/JI de Almagreira, Sol Nascente e São Pedro;

↗ Fraca ou inexistente iluminação no exterior;

↗ Fraca adequação dos espaços exteriores face às exigências actuais, em termos de segurança, inclinação do terreno, ausência de campos de jogos, etc. Por outro lado, todos os estabelecimentos da rede pública possuem Plano de Emergência e sistema de alarme, saídas de emergência e dispositivos de combate a incêndios considerados adequados.

...relativo à possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios

↗ Fraca pertinência relativa à ampliação dos edifícios escolares, dada a fraca taxa de ocupação dos que estão em funcionamento actualmente, com excepção eventualmente da EB1/JI D. António Sousa Braga, localizada na freguesia com mais estabelecimentos desactivados e possui apenas 1 piso e 2 salas de aula;

↗ Reduzida capacidade de ampliação dos estabelecimentos do pré-escolar e 1ºCEB; a construção de um edifício complementar só poderá ser equacionada no caso das escolas que apresentam terreno com dimensão suficiente para esse efeito;

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

...relativo à oferta

↗ Concentração da oferta deste nível de ensino em apenas uma escola, localizada na freguesia sede de concelho, a que se acresce uma oferta complementar de natureza privada, promovida pela Escola Profissional da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada - Pólo de Santa Maria (EP Santa Maria);

↗ A EBS de Santa Maria (EB2,3/S Bento Rodrigues) é sede da unidade orgânica que abrange as EB1/JI do concelho;

↗ A oferta da EB2,3/S associa cursos científico-humanísticos e cursos tecnológicos, e ainda, ao nível do ensino básico, os programas Cidadania e PROFIJ (2 cursos de nível II e 3 cursos de nível III);

↗ A oferta da EP Santa Maria orienta-se para cursos na área do turismo e serviços (cursos de nível III), integrando ainda cursos de nível II no âmbito do programa Reactivar;

...relativo à taxa de ocupação, irradiação e saturação dos espaços

↗ A capacidade instalada na rede pública (oferta) é de 26 salas de aula regulares. Analisando as taxas de ocupação deste estabelecimento, verifica-se que a EB2,3/S Bento Rodrigues situa-se em cerca de 83%;

...relativo à procura

↗ Tendência de diminuição população escolar ao nível dos 2º e 3º ciclos do ensino básico (CEB), embora no 2ºCEB apresente bastantes oscilações, obtendo-se um balanço negativo entre 2000/01 e 2009/10 (-2%), e no 3º CEB, com um panorama semelhante, embora ligeiramente mais acentuado, havendo ao longo dos últimos anos um decréscimo no número de alunos matriculados neste nível de ensino (-7%);

↗ As projecções assinalam uma tendência de decréscimo populacional neste escalão etário, acentuando-se até 2020, sendo a população entre os 10 e os 11 anos nessa altura cerca de 100 crianças;

↗ A procura no Ensino Secundário tem diminuído de um modo geral nos últimos anos (cerca de 16% entre 2000/01 e 2009/10), embora tenha existido um aumento do nº de alunos matriculados no ano 2009/2010 face ao ano lectivo anterior;

↗ Tendência para uma quebra na procura no secundário, segundo as projecções, prevendo-se que entre 2001 e 2011 a população nesta faixa etária diminua 20%, diminuição essa ligeiramente mais acentuada entre 2011 e 2020;

↗ Tendência para o aumento da taxa de escolarização local (100%), embora se encontre substancialmente abaixo da média nacional (146%), ainda assim superior ao valor para a Região Autónoma dos Açores (96%);

↗ Tendência de decréscimo no número de matrículas também ao nível do Ensino Profissional;

...relativo ao estado de conservação, adequação e segurança dos espaços

↗ O estado de conservação da EB2,3/S é razoável, sendo os espaços verdes e iluminação exterior considerados desadequados; necessidade de obras de requalificação das instalações desportivas, designadamente no que toca aos balneários, pavimentos, vedações e cobertura do ginásio;

➤ Apenas a EB2,3/S possui Plano de Emergência, dispositivos de combate a incêndios (extintores) considerados adequados e saídas de emergência, embora não apresente sistema de alarme;

...relativo à possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios

➤ Existe perspectiva de reajustamento das instalações, nomeadamente a ampliação do pavilhão gimnodesportivo e a construção de um auditório, embora não exista projecto; a escola apresenta área de terreno suficiente para responder às eventuais necessidades de ampliação, podendo igualmente aumentar 1 piso nos edifícios de aulas.

5.2. Desafios que se colocam no âmbito do (re) ordenamento da rede educativa do Concelho de Vila do Porto

Neste ponto identificam-se algumas questões ou domínios de questão que deverão orientar o exercício de reordenamento da rede educativa do concelho de Vila do Porto, bem como a aplicação das exigências da política educativa regional e nacional.

Este exercício, registe-se, não tem a pretensão de esgotar todas as questões que deverão nortear a produção de resultados ao nível do reordenamento da rede educativa do concelho, mas sim o objectivo de identificar algumas questões para alimentar a reflexão e as opções tomadas ao nível do ordenamento da rede a propor.

Neste contexto, identificam-se as seguintes questões:

A rede de pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico é a que tem maior necessidade, a curto e médio prazo, mas também de longo prazo, de uma intervenção integrada para responder aos novos imperativos e exigências reflectidas na legislação tem vindo a ser divulgada.

Esta intervenção, a curto e médio prazo, tem que ver sobretudo com o reordenamento da rede educativa e particularmente com o encerramento de alguns estabelecimentos que não cumprem ou que não venham a cumprir os requisitos mínimos para continuarem em funcionamento, com uma maior concentração de alunos no mesmo estabelecimento, ampliando eventualmente alguns edifícios e menos com o melhoramento dos estabelecimentos, embora como assinalamos alguns careçam de alguns melhoramentos em termos do estado de conservação dos edifícios.

A longo prazo o reordenamento da rede educativa coloca-se ao nível de uma maior concentração da população escolar em edifícios que centralizam espaços e valências diversificadas, para uma resposta educativa adequada e segundo os parâmetros definidos actualmente, como sendo refeitórios/cantinas, bibliotecas e espaços polivalentes, por exemplo, numa lógica de continuidade desta dinâmica de concentração iniciada numa fase anterior, nomeadamente a médio prazo.

O reordenamento da rede educativa do concelho de Vila do Porto passará pela apresentação de vários cenários possíveis, uns mais próximos do perfil actual do que outros, como veremos na parte dois do estudo. Para responder às necessidades de curto haverá necessidade de encerramento de alguns estabelecimentos e consequente redistribuição dos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo de ensino básico e para as necessidades de médio e longo prazo haverá necessidade de construção de centros escolares, para adequar a oferta às novas exigências, nomeadamente de diversificação de valências e de concentração de maior número de alunos e de professores no mesmo espaço educativo, sem contudo perder vista níveis de razoabilidade face às acessibilidades existentes.

A construção de unidades escolares, denominadas por centros escolares, associa-se a uma oferta mais qualificada quer do ponto de vista das valências que o espaço educativo oferece, na medida que origina a existência de espaços para o desenvolvimento de actividades diversificadas, como a prática desportiva, a expressão plástica e dramática, actividades e equipamento adequada às crianças integradas na educação especial, informática, línguas estrangeiras, etc., quer do ponto de vista do modelo pedagógico, pela concentração de alunos, professores e valências. Essa intervenção mais qualificada reflecte-se não só na população que frequenta a educação “normal” mas também na população que frequenta a educação especial.

Ao nível das políticas e das estratégias locais no domínio da educação, assinala-se o seguinte - aspectos:

↗ Necessidade de crescimento das taxas de pré-escolarização, para valores cada vez mais próximos dos 100%, pressupondo a universalidade das taxas de escolarização da população entre os 3 e os 5 anos, mas também das taxas de escolarização do ensino básico e secundário, em qualquer dos casos para valores próximos dos 100% (Resolução do Conselho de Ministros nº44/2010);

↗ Reforço do acesso das crianças a outras valências importantes para o seu desenvolvimento, através de estabelecimentos equipados com espaços e equipamentos específicos (espaços interiores e exteriores equipados para a prática de diversas actividades, tais como desportivas, expressão plástica e dramática, ocupação de tempos livres, etc.);

↗ Resposta adequada ao aumento da escolaridade mínima para os doze anos, que resultará numa maior pressão do lado da procura junto dos respectivos estabelecimentos, regular e profissional e de desenvolvimento de estratégias pedagógicas e complementares promotoras do sucesso educativo, em prol deste novo objectivo de escolaridade obrigatória.

PARTE II

PRÉ-PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DO CONCELHO DE VILA DO PORTO

1. CRITÉRIOS DE REFERÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA

Antes da apresentação da pré-proposta de reordenamento da rede educativa de Vila do Porto, iremos proceder a sinalização dos critérios de referência que o exercício de reordenamento se deverá pautar.

Taxas de cobertura oficiais e taxas de cobertura adoptadas

Por referência aos objectivos, explicitados na política nacional no domínio da educação e formação, de diminuição das taxas de repetência e de abandono escolar, bem como de aumento das taxas de escolarização nos vários níveis de ensino, identificam-se as seguintes taxas de cobertura:

Tabela 1.1_Taxas de Cobertura oficiais

Subsistema de ensino	Taxas de Cobertura (n.º mínimo de alunos)	Taxas de cobertura adoptadas (n.º máximo de alunos)
Pré-Escolar	90 % da população de 3 a 5 anos	100%
EB1	Ensino Obrigatório, 100 % indivíduos 6-9 anos	110%
EB2	Ensino Obrigatório, 100 % indivíduos 10-11 anos	110%
EB3	Ensino Obrigatório, 100 % indivíduos 12-14 anos	110%
Ensino Secundário	Ensino Obrigatório, 100 % indivíduos 15-17 anos	100%

Taxas de Repetência e Taxas de Abandono

Relativamente à diminuição das taxas de repetência e de abandono escolar, em conformidade com os objectivos da política educativa nacional definidos, e não tendo outra referência de momento, as que estavam previstas para 2010 são os seguintes:

Tabela 1.2_Taxas de repetência e taxas de abandono

Ano de Escolaridade	Taxa de Repetência		Taxas de Abandono	
	2000	2010	2000	2010
1º Ano	---	---	0	0
2º Ano	14	10	0	0
3º Ano	11	7	0	0
4º Ano	13	10	0	0
5º Ano	9	8	3	0
6º Ano	9	8	1	0
7º Ano	12	10	8	0
8º Ano	10	8	8	0
9º Ano	8	8	3	3
10º Ano	17	12	20	5
11º Ano	12	12	7	5
12º Ano	24	15	---	---

Fonte: DAPP "O Futuro da Educação em Portugal"

Previsão da Evolução do N° de Alunos no Concelho de Vila do Porto

Transversalmente, como os dados nos demonstraram anteriormente, em todos os níveis de ensino, a população em idade escolar no concelho de Vila do Porto tenderá a diminuir até 2020.

Tabela 1.3_Projecção da população em idade escolar segundo os grupos etários específicos, para o concelho de Vila do Porto e respectivas freguesias

		Pop.Total	3 a 5	6 a 9	10 a 11	12 a 14	15 a 17
Município de Vila do Porto	1981	6500	403	469	242	382	377
	1991	5922	281	451	222	357	297
	2001	5578	217	316	173	232	299
	2011	5261	147	260	143	185	238
	2020	4797	96	194	110	133	188
Almagreira	1981	618	25	31	18	28	36
	1991	525	26	52	24	29	18
	2001	537	21	29	25	23	34
	2011	482	19	31	26	20	26
	2020	425	15	26	24	16	22
Santa Bárbara	1981	621	27	33	15	34	38
	1991	512	31	27	16	22	23
	2001	480	18	25	10	26	16
	2011	430	16	20	9	20	9
	2020	373	11	15	6	15	4
Santo Espírito	1981	1005	56	74	30	73	61
	1991	758	44	63	36	39	30
	2001	723	28	48	19	34	45
	2011	592	19	36	16	19	30
	2020	496	12	25	11	11	22
São Pedro	1981	788	40	53	33	36	45
	1991	811	41	62	32	48	45
	2001	841	34	49	29	37	38
	2011	859	30	47	26	37	33
	2020	838	24	39	21	33	27
Vila do Porto	1981	3468	255	278	146	211	197
	1991	3316	139	247	114	219	181
	2001	2997	116	165	90	112	166
	2011	2904	63	126	67	89	140
	2020	2684	34	88	48	58	112

Fonte: Quaternaire Portugal, SA

Tabela 1.4_Comparação entre dados projectados e reais

N° de alunos	JI		1° CEB		2° CEB		3° CEB		E Secundário	
	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020
	147	96	260	194	143	110	185	133	238	188
	2009/10	143	2009/10	220	2009/10	388			2009/10	196*
	2010/11	*	2010/11	*	2010/11	*	2010/11	*	2010/11	*

Legenda: a sombreado, apresentam-se os dados reais.

* Os dados relativos ao EP não estão aqui incluídos, por ausência de informação.

Limiar mínimo de alunos por escola no 1º Ciclo do Ensino Básico

A Resolução do Conselho de Ministros define como um dos seus objectivos principais objectivos concretizar a universalização da frequência da educação básica e secundária, e com este enquadramento estabelece ainda orientações para o reordenamento da rede educativa, com vista a garantir três objectivos, a saber:

- Adaptar a rede escolar ao objectivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos;
- Adequar a dimensão e as condições das escolas promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono;
- E promover a racionalização dos agrupamentos de escolas, de modo a favorecer o desenvolvimento de um projecto educativo comum, articulando níveis e ciclos de ensino distintos.

Segundo determinação da mesma Resolução, as escolas de 1ºCEB devem funcionar com, pelo menos, 21 alunos. Acrescenta-se ainda que esta orientação permitirá encerrar, até ao final do ano lectivo de 2010-2011, as escolas cuja dimensão prejudica o sucesso escolar. Assim, o limiar mínimo a curto prazo para o 1º ciclo do EB deve pautar-se pelo encerramento das escolas que apresentem menos de 21 alunos.

É com base nestes pressupostos que se identificaram as propostas de reordenamento da rede educativa nos horizontes temporais, curto (próximo ano lectivo), médio e longo prazo.

2. PROPOSTAS - REDE EDUCATIVA DO CONCELHO DE VILA DO PORTO

2.1. Objectivos e princípios de intervenção

Os pressupostos de partida para o reordenamento da rede educativa são:

1. Do ponto de vista de objectivos/metabolismo ao nível das taxas de escolarização:

- ↗ Acesso generalizado à educação pré-escolar, ou seja, uma taxa de pré-escolarização de 100%;
- ↗ Frequência com sucesso do ensino básico, diminuindo as taxas de saída antecipada e de retenção, em direcção a uma taxa de escolarização de 100%;
- ↗ E generalização do ensino secundário, em direcção a uma taxa de escolarização de 100%.

2. E do ponto de vista físico:

- ↗ Qualidade funcional, arquitectónica e ambiental dos estabelecimentos de educação e formação.

A explicitação deste último pressuposto (qualidade dos estabelecimentos de ensino-formação) está associada à necessidade de garantir uma qualidade funcional (espaços e equipamentos), arquitectónica e ambiental e diversidade de espaços para o desenvolvimento de várias valências nos estabelecimentos de educação e formação, factores indispensáveis para alcançar sucesso educativo.

O aumento significativo das taxas de escolarização quer do ensino básico quer do secundário e a progressiva generalização do ensino secundário da população portuguesa (escolaridade mínima obrigatória), através das diversas vias disponíveis (ensino regular, ensino profissional, reconhecimento e validação e certificação de competências), implica um trabalho intenso para incentivar e motivar os jovens a continuar os seus estudos com sucesso, ainda que optando por respostas diferenciadas. Contudo, acredita-se que uma dinâmica de generalização do ensino secundário não passa só pelo aumento da qualidade funcional, espacial, equipamentos, mas também, por um lado, pela garantia de processos de sociabilidades e de socialização mínima e pela consolidação efectiva do acesso de todas as crianças entre os 3 e os 5 anos à educação pré-escolar, para a construção de uns bons “alicerces” na fase inicial da formação, e, por outro lado, pela consolidação da frequência com sucesso do ensino básico, diminuindo taxas de retenção e de abandono, ainda bastante significativas, face ao horizonte da taxa de escolarização de 100% no básico.

Neste contexto, é importante reequacionar-se um reordenamento da rede educativa que tenha como base uma estratégia educativa local, sem perder de vista a articulação com as orientações nacionais e regionais, que integre dimensões de requalificação organizacional, organização da oferta de educação-formação e actividades lúdico-didácticas e requalificação física, ultrapassando assim a componente mais visível (física) para atingir os objectivos definidos do ponto de vista de alguns indicadores (taxa de escolarização, taxas de repetência e de abandono, etc.):

- ↗ Do ponto de vista físico, através do reordenamento da rede educativa e da sua requalificação, melhorando as condições existentes.

- ↗ Do ponto de vista organizativo, através da racionalização e da rentabilização dos meios e recursos materiais e humanos disponíveis no concelho no ensino básico e secundário e noutras instituições do concelho, do aumento da interacção entre os níveis pré-escolar e básico (todos os níveis) e secundário, da racionalização dos custos dos transportes escolares, de modo a servir de forma adequada a população escolar e da utilização dos equipamentos educativos não apenas como espaços de ensino-

aprendizagem formal, mas também como espaços de aprendizagens informais, enquanto lugares de socialização e de sociabilidades através da relação estreita entre escola e comunidade.

Relativamente à oferta educação-formação e lúdico-didáctico, as mudanças passam pela diversificação das ofertas educativas, com valorização das componentes de natureza técnica, tecnológica, nomeadamente no 3º CEB e no secundário (regular e profissional), pelo acesso generalizado das crianças e jovens às actividades de tempos livres, dinamizadas pelas instituições que complementam a rede educativa, tais como bibliotecas, ludotecas, equipamentos desportivos, etc.

2.2. Propostas de intervenção específica de reordenamento da rede educativa para o concelho

As propostas que se apresentam neste ponto constituem ainda pré-propostas, que consequentemente deverão ser validadas em sede de Conselho Local de Educação a convocar para esse efeito.

As propostas de reordenamento deste concelho centram-se apenas ao nível do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. No que diz respeito ao secundário (regular e profissional) o problema não se coloca, na medida em que a oferta existente é suficiente face à procura verificada. Dito de outro modo, a oferta existente actualmente é suficiente porque as projecções prevêem uma tendência de decréscimo da população com idades para frequentar o 2º e 3º CEB e Secundário, apesar do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos.

2.2.1. Pré-propostas a curto prazo

A curto prazo entendem-se medidas com impacto no ano lectivo de 2011/12, isto é, já no próximo ano lectivo.

Tendo por referência o requisito mínimo de 21 alunos para um estabelecimento de ensino de 1º CEB poder funcionar (Resolução do Conselho de Ministros nº44/2010), o número de alunos matriculados nos estabelecimentos de EB1/JI no actual ano lectivo, não indicia qualquer perspectiva de encerramento de escolas no próximo ano lectivo, excepto para a EB1/JI de Sol Nascente (Santa Bárbara), embora com 22 alunos, a situação merece ser monitorizada para o próximo ano.

Para os anos subsequentes, tal como é recomendada, as taxas de ocupação, e por referência ao requisito mínimo em vigência relativamente ao número de alunos, devem ser monitorizadas, para ajustamento da rede educativa em função da procura.

2.2.2. Pré-propostas a médio prazo

A médio prazo entende-se, neste contexto, medidas com impacto nos próximos 2 a 3 anos lectivos). E neste período temporal apresentam-se dois cenários possíveis de reordenamento da rede educativa para o concelho de Vila do Porto, nomeadamente:

Cenário 1

Constituição de uma rede educativa com apenas 5 estabelecimentos de ensino público, complementada com a oferta da rede solidária actualmente existente, nomeadamente:

➤ A abertura de um **Centro Escolar em Santa Bárbara (pré-escolar e 1ºCEB)**, requalificando os edifícios existentes, recuperando o edifício actualmente ocupado pela Junta de Freguesia, de forma a integrar nos edifícios existentes as valências necessárias ao funcionamento de um centro escolar, destinado às crianças das freguesias de Santa Barbara mas também de Santo Espírito. A abertura do Centro Escolar em Santa Bárbara pressupõe o encerramento da EB1/JI D. António Sousa Braga e a transferência das crianças para esta “nova” escola.

Numa perspectiva de encerramento da EB1/JI Sol Nascente por ausência de massa crítica, a requalificação desta escola, porque tem capacidade para a requalificação dos espaços sem necessidade de novas construções, parece-nos a opção mais adequada.

➤ EB1/JI de Vila do Porto;

➤ EB1/JI do Aeroporto (Vila do Porto);

➤ EB1/JI de Almagreira;

➤ EB1/JI de São Pedro.

Cenário 2

Uma rede educativa constituída pelos seguintes estabelecimentos:

➤ **Centro Escolar de Santa Barbara (pré-escolar e 1ºCEB);**

➤ **EB1/JI de Vila do Porto;**

➤ **EB1/JI do Aeroporto (Vila do Porto).**

Encerramento dos estabelecimentos EB1/JI de Almagreira e EB1/JI de São Pedro, caso não tenham massa crítica suficiente para as manter abertas, distribuindo-se os alunos pelas restantes escolas, nomeadamente para as EB1/JI de Vila do Porto e Aeroporto.

Esta rede é complementada pela oferta privada que existe actualmente ou que venha a existir, que face à oferta existente não parece fazer sentido o crescimento da rede privada, porém essa decisão pertença aos investidores privados.

2.2.3. Pré-propostas a longo prazo (com impacto a partir dos próximos 5 anos)

A longo prazo considera-se a possibilidade de existência de dois centros escolares, um na freguesia de Vila do Porto e outro na freguesia de Santa Bárbara, que integre o pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico:

➤ **Centro Escolar em Santa Barbara (pré-escolar e 1ºCEB)**, desde que a massa crítica de alunos assim o justifique a prazo, embora neste caso se tenha que ter em conta as dimensões acessibilidades, a dispersão dos aglomerados e a deslocação para a freguesia sede de concelho das crianças do pré-escolar. Os factores associados a estas três dimensões são fortemente condicionadoras das opções a tomar para este horizonte temporal, para um cenário de encerramento deste centro escolar;

➤ **Centro Escolar em Vila do Porto** (pré-escolar e 1ºCEB), que face às condições existentes poderá ser perspectivado para o espaço da actual EB1/JI do Aeroporto, através da construção de edifícios complementares, de forma a disponibilizar aos alunos as valências exigidas a um centro escolar.